

**Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável**

**A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará:  
terra, pecuária e desflorestamento**

**Vania Vaz**

Tese de Doutorado

Brasília-DF, agosto/2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

---

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará:  
terra, pecuária e desflorestamento**

Vania Vaz

Orientadora: Doris Aleida Villamizar Sayago

Tese de Doutorado

Brasília-DF, agosto/2013

VAZ, Vania

**A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento/ Vania Vaz.**

Brasília, 2013.

167 p.: il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Sul do Pará. 2. Terra. 3. Pecuária. 4. Frente pioneira. I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O(a) autor(a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do(a) autor(a).

---

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará:  
terra, pecuária e desflorestamento**

Vania Vaz

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

---

Doris Aleida Villamizar Sayago – Doutora (CDS-UnB)  
(Orientadora)

---

José Luiz de Andrade Franco – Doutor (HIS-IH-UnB)  
(Examinador Interno)

---

Kelson Semerene Costa – Doutor (HIS-IH-UnB)  
(Examinador Interno)

---

Janaína Zito Losada – Doutora (UFU)  
(Examinadora Externa)

---

René Pocard-Chapuis – Doutor (CIRAD)  
(Examinador Externo)

---

Thomas Ludewigs (CDS-UnB)  
(Examinador Suplente)

Brasília-DF, 26 de agosto de 2013.

Aos meus amados pais Pedro e Rosangela.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sua presença constante em minha vida.

Aos meus pais, Pedro e Rosangela, pelo amor e atenção constantes.

Ainda, a um grupo também muito especial de pessoas que de perto ou à distância foram imprescindíveis para a realização deste trabalho, pelas manifestações de carinho, amizade e espiritualidade expressas das mais diferentes formas e nos mais variados níveis de relação: - João Roberto, Angela Meri, Olívia, Ivone, Olga, Gisa, Adriana, Lúcia, Letícia, Jacqueline, Ana Cláudia, Vinicius, Julia, Ana Paula e Iansã, obrigada por aquelas palavras mágicas em momentos tensos e difíceis!

Agradeço a Capes por financiar parcialmente essa pesquisa.

Agradeço a sede de Montpellier, na França, do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômicas para o Desenvolvimento (CIRAD), por apoiar parte da pesquisa de campo deste trabalho. Em especial, meu muito obrigada aos pesquisadores Jean François Tourrand e Rene Pocard-Chapuis dessa instituição, pelo apoio e motivação constantes em trabalhar com o sul do Pará.

Não poderia deixar de mencionar um grupo tão especial com o qual convivi, aprendi e troquei experiências, minha turma de doutorado (2008). Obrigada a todos, em especial a Gisella, Ilda, Odete, Monica e Isabel.

Também gostaria de agradecer à professora Doris Sayago, minha orientadora, pelo apoio, atenção e cobranças sempre necessárias ao meu aprendizado e experiência nesse processo tão intenso.

Enfim, sou grata a todas aquelas pessoas que cruzaram o meu caminho nessa trajetória de estudo e pesquisa, partilhando suas memórias, anseios, decepções, esperanças e planos para todo o sul do Pará.

“Na verdade, Amazônia e Brasil Central se encontram, se interpenetram, se ajustam e compõem um quadro admirável. (...)”

(VILLAS BOAS; VILAS BOAS, 1994, p. 24).

## RESUMO

Este trabalho de tese reflete sobre as diferentes dinâmicas de ocupação territorial que ocorreram em alguns municípios do sul do estado do Pará, em três frentes distintas. A primeira frente chegou ainda nos anos finais do século XIX, composta por sertanejos de cultura pastoril, de origem nordestina, os quais buscavam pastagens naturais para seus rebanhos. A segunda frente chegou ao final década de 1950, formada por empresários e corretores paulistas que atuavam no estado de Goiás. Finalmente, de 1964 até o final dos anos 1970, principalmente, chegou ao sul do Pará uma terceira frente, formada por várias empresas vindas, na sua maioria, da região centro-sul do Brasil e conhecidas, nos anos seguintes, como empresas agropecuárias que passaram a ser beneficiadas por projetos financiados pelo Governo Federal. Essas frentes, em diferentes épocas, relacionaram-se com os demais grupos da região, como os indígenas Kaiapós e os religiosos franceses dominicanos, que fundaram a primeira cidade da região, Conceição do Araguaia, ponto estratégico da missão catequética local. Para a realização das análises das distintas frentes e de suas relações com a região em diferentes contextos sociais e econômicos, usaram-se fontes documentais, narrativas orais e processos jurídicos os quais propiciaram reflexões sobre as diferentes estratégias de ocupação implementadas pelos grupos que ali se estabeleceram. Desse modo, as particularidades do processo ocupacional e suas consequências para a região incorporaram as mencionadas reflexões às diferentes fases estudadas. Sendo assim, concluiu-se que nesses diferenciados processos de ocupação, a pecuária foi o fio condutor das principais frentes que adentraram o território do sul do Pará.

Palavras-Chave: Sul do Pará; Terra; Pecuária; Frente pioneira.



## ABSTRACT

This study reflects upon the different dynamics of territorial occupation that took place in some counties of the southern area of the Pará state, in three distinct fronts. The first front arrived in the last years of the 19<sup>th</sup> century and was composed by northeastern inlanders of pastoral culture who were looking for natural pastures for their cattle. The second front arrived at the end of the 1950's and was formed by businessmen and brokers from São Paulo who worked in the state of Goiás. Finally, especially from 1964 until the end of the 1970's, the third front arrived in the southern area of Pará, constituted by several companies coming mainly from Brazil's south-central region, which got to be known, in the following years, as farming companies that benefited from projects financed by the Federal Government. These fronts, each in its own time, have related to other groups that already lived in that region, such as the Kayapó Indians and the French Dominican religious, who founded the first city of the region, Conceição do Araguaia, a strategic area of the local catechist mission. For the analysis of the different fronts and their relationship with the region in dissimilar social and economic contexts, documental sources, oral narratives and juridical processes were used so that reflections upon the different occupational strategies implemented by the groups that began to live there could be made. Thus, the particularities of the occupational process and their consequences to the region have incorporated the mentioned reflections to the distinct phases studied. This way, it has been concluded that in these distinguishable occupational processes, the husbandry was the responsible for the fronts to have entered Pará's southern territory.

Keywords: South of Pará. Land. Husbandry. Pioneer front.

## RESUMÉ

La thèse s'intéresse aux dynamiques d'occupation territoriales, qui ont atteint les communes du Sud du Pará au cours de trois principales vagues successives. La première a eu lieu à la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle, composée par des éleveurs *sertanejos*, de culture pastorale et d'origine *nordestine*, à la recherche de pâturages naturels de qualité pour leurs troupeaux. La deuxième vague a eu lieu à la fin des années 50, formée par des entrepreneurs originaires de São Paulo installés dans l'Etat du Goiás. Enfin, de 1964 jusqu'à la fin des années 1970, est arrivée dans le Sud du Pará une troisième vague, avec des firmes originaires des régions Sud et Sudeste, bénéficiaires des programmes d'incitations et financements mis en place par l'État Fédéral. Ces trois vagues se sont insérées à chaque époque dans les dynamiques locales d'occupation, animées notamment par les Indiens Kayapós, les religieux français dominicains fondateurs de la première ville de la région, Conceição do Araguaia, lieu stratégique de la mission d'évangélisation locale. L'analyse de ces vagues et de leurs interactions locales dans les sphères sociales, économiques, territoriales, s'est basée sur des sources documentaires, narrations orales, et documents juridiques. Tous fournissent des regards complémentaires sur les différentes stratégies d'occupations, mises en œuvre par les différents groupes sociaux. L'analyse de chaque vague s'appuie ainsi sur ces différentes stratégies. L'élevage bovin constitue le fil conducteur de cette occupation, et de la construction progressive du territoire du Sud du Pará.

Palavras-Chave: Sud du Pará. Dynamiques foncières. Élevage bovin. Front pionnier.

## RESUMEN

En este trabajo de tesis se reflejan las diferentes dinámicas de ocupación territorial que ocurrieron en algunos municipios del sur del Estado de Pará en tres frentes distintos de ocupación. El primer frente llegó en los últimos años del siglo XIX. Compuesto por sertanejos de cultura pastoral del nordeste, que buscaban pastizales naturales para sus rebaños. El segundo frente llegó a finales de la década de 1950, formado por empresarios y agentes corredores paulistas, que actuaban en el Estado de Goiás. A partir de 1964, hasta fines de 1970, principalmente, llegó al sur del Pará un tercer frente, formado por varias empresas, que venían, en su mayoría, de la región centro – sur del Brasil. Que se conocieron en los años siguientes como empresas agropecuarias que eran beneficiadas por proyectos financiados por el Gobierno Federal. Esos frentes, en diferentes épocas, se relacionaron con los demás grupos de la región, como los indígenas Kayapós, además de los religiosos franceses dominicanos, los que fundaron la primera ciudad de la región, Conceição do Araguaia, que era el punto estratégico de la misión catequética local. Para los análisis de los distintos frentes y de sus relaciones con la región en diferentes contextos sociales y económicos, utilizaron fuentes documentarias, narraciones orales y procesos jurídicos lo que permitió la reflexión sobre las distintas estrategias de ocupación establecidas por esos grupos que allí se establecieron. De esta manera, los puntos particulares del proceso ocupacional y sus consecuencias para la región incorporan las reflexiones en diferentes etapas estudiadas. Por lo tanto en los diferentes procesos de ocupación, la ganadería era el principal objetivo de los frentes que entraron en el territorio del sur de Pará.

Palavras-Chave: Sur del Pará. Tierra. Ganadería. Frente pionero.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa de Conceição do Araguaia e os povos indígenas vizinhos.....	33
Figura 2 –	Mapa do norte goiano à época da fundação do povoado de Conceição do Araguaia.....	35
Figura 3 –	Mapa do sul do Pará e suas divisas com Mato Grosso e norte de Goiás.....	41
Figura 4 –	Mapa do Brasil, com cidades e capitais de maior influência para os primeiros grupos que ocuparam a região de Conceição do Araguaia.....	44
Figura 5 –	Área inicial da Fazenda Santa Tereza – Companhia de Terras da Mata Geral....	73
Figura 6 –	Foto do veículo militar alemão Unimog, de propriedade da Companhia de Terras da Mata Geral.....	76
Figura 7 –	Imagem de satélite da área antropizada da Fazenda Santa Tereza, em agosto de 1973.....	79
Figura 8 –	Imagem de satélite da área antropizada da Fazenda Cumaru do Sul, em junho de 1979.....	80
Figura 9 –	Área atual da Fazenda Santa Tereza e Fazenda Cumaru do Sul, atualmente separadas por outras propriedades e por um projeto de assentamento (Mata Geral).....	95
Figura 10 –	Mapa da Rodovia GO-364.....	102
Figura 11 –	Foto da comitiva do corretor Carlos Ribeiro na primeira visita terrestre.....	107
Figura 12 –	Área inicial da Fazenda Cristalino, na divisa dos municípios de Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.....	114
Figura 13 –	Foto do núcleo urbano do projeto da colonizadora Campo Alegre.....	117
Figura 14 –	Foto da Fazenda Cristalino.....	118
Figura 15 –	Foto da época de implantação do Atlas Frigorífico S.A., localizado a 70km da sede da Fazenda Cristalino.....	120
Figura 16 –	Mapa do remanescente da Fazenda Cristalino, com destaque aos projetos de assentamento ao entorno.....	128

## LISTA DE ABREVIATURAS

AEA	- Associação dos Empresários da Amazônia
BASA	- Banco da Amazônia
CAN	- Correio Aéreo Nacional
CDS	- Centro de Desenvolvimento Sustentável
CIRAD	- <i>Centre de Cooperation Internationale de Recherche Agronomique por le Dévepoppent</i>
CNEN	- Comissão Nacional de Energia Nuclear
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DNPM	- Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
ESALQ	- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FBC	- Fundação Brasil Central
FETRAF	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FINAM	- Fundo de Investimentos da Amazônia
IAC	- Instituto Agrônômico de Campinas
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	- <i>International Finance Corporation</i>
INB	- Indústrias Nucleares Brasileiras S.A
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	- Instituto de Terras do Pará
MBST	- Movimento Brasileiro dos Sem Terra
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
PA	- Projeto de Assentamento
PIN	- Programa de Integração Nacional
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PROSPEC	- Prospecções, <i>Geologia</i> e Aerofotogrametria
PSD	- Partido Social Democrático
SNI	- Serviço Nacional de Informação
SPVEA	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TODA	- Título da Dívida Agrária
UDR	- União Democrática Ruralista
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia
UnB	- Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	<b>x</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 FRENTE DE EXPANSÃO NO SUL DO ESTADO DO PARÁ: NATUREZA, TERRITÓRIO E PECUÁRIA – A OCUPAÇÃO SERTANEJA DO FINAL DO SÉCULO XIX</b> .....	<b>20</b>
1.1 A INFLUÊNCIA DA CULTURA PASTORIL NORDESTINA .....	22
1.2 O AVANÇO DA ONDA PASTORIL DO MARANHÃO PARA O NORTE DO ESTADO DE GOIÁS.....	25
1.3 A CHEGADA DOS RELIGIOSOS DOMINICANOS NO SUL DO PARÁ.....	30
1.4 A CHEGADA DOS SERTANEJOS NO SUL DO ESTADO DO PARÁ.....	40
<b>2 O USO E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ENTRE 1910 A 1950</b> .....	<b>46</b>
2.1 A ATIVIDADE PASTORIL E O INÍCIO DO EXTRATIVISMO DA GMA ELÁSTICA NO SUL DO PARÁ.....	47
2.2 SUL DO PARÁ: O SURTO E A PRIMEIRA FASE DA DECADÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DA BORRACHA.....	51
2.3 A FRENTE DE EXPANSÃO SERTANEJA E AS MUDANÇAS NO CENÁRIO REGIONAL .....	56
2.4 AS FORTES INFLUÊNCIAS DO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL NO SUL DO PARÁ.....	57
<b>3 O SURGIMENTO DA FAZENDA SANTA TEREZA E A PRIMEIRA GRANDE MUDANÇA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS NO SUL DO PARÁ</b> .....	<b>67</b>
<b>4 FAZENDA CRISTALINO COMO MODELO DE DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SUDAM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA</b> .....	<b>98</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>133</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>149</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>155</b>
<b>ANEXO 1</b> .....	<b>156</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de tese reflete sobre as diferentes dinâmicas de ocupação territorial que ocorreram em alguns municípios do sul do estado do Pará, quais sejam, Conceição do Araguaia, Redenção, Cumaru do Norte, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia. Encontram-se na divisa com o estado do Tocantins e com o norte do estado do Mato Grosso, sendo alguns margeados pelo rio Araguaia.

A escolha do recorte geográfico deste estudo não foi casual. Os municípios selecionados possuem em comum com outros que compõem a mesorregião do sudeste paraense uma trajetória de ocupação recente, ocorrida em decorrência dos grandes empreendimentos agropecuários. Há diferenças, entretanto, no que concerne ao período da demarcação e titulação oficial das primeiras grandes áreas, bem como das primeiras ocupações dos campos naturais pela frente pastoril de origem nordestina, que chegou na região no final do século XIX.

A discussão sobre a frente pioneira ou de expansão na Amazônia Brasileira pode ser abordada por diferentes prismas e épocas. Cada região desse bioma carrega parte da história dos distintos processos de ocupação, os quais tiveram início ainda no período colonial. Mesmo assim, reunir esses processos estabelecendo alguns recortes temporais específicos tornou-se um grande desafio, visto que há a necessidade de se empregarem esforços para atrelar os vestígios culturais e sociais ligados principalmente ao uso da terra, da natureza e da pecuária, elementos marcantes da região deste estudo.

As diferentes frentes de expansão e ocupação que estiveram no sul do Pará intercalaram-se durante o processo ocupacional. Cada uma, porém, apresentava suas especificidades, estratégias e objetivos.

A primeira frente de expansão, composta por um grupo sertanejo pastoril de origem nordestina, partiu do Maranhão, cruzou o norte do Goiás e ocupou áreas de pastagens naturais próximas à margem paraense do rio Araguaia, em território indígena Caiapó, nos anos finais do século XIX. Praticamente nesse mesmo período, essa mesma área do sul do Pará foi escolhida por missionários franceses da Ordem Dominicana<sup>1</sup> como ponto central da missão de catequese.

Nos anos finais da década de 1950 chegou à região outra frente impactante, formada por profissionais liberais e empresários com experiência em produção pecuária ou em corretagem de imóveis, provindos principalmente do estado de Goiás. Sua intenção era

---

<sup>1</sup> A ordem religiosa dos Dominicanos surgiu em 1216, quando o religioso Domingos de Gusmão obteve do Papa Honório III a confirmação definitiva para iniciar seus trabalhos. A grande vocação dessa ordem estava focada no trabalho de evangelização de povos pagãos, em especial os cumanos, das regiões balcânicas, exatamente na época de sua fundação (SANTOS, 1996).

legalizar, junto ao governo do estado do Pará, áreas imensas, com o intuito primário de realizar especulação imobiliária.

O terceiro grupo foi formado por empresas de capital nacional ou estrangeiro, que instalaram fazendas na região a partir de 1964. Essas organizações aproveitaram as oportunidades de fomento para desenvolver grandes projetos agropecuários, tornando toda a região um imenso polo desse modelo de ocupação.

De certa forma, esse longo recorte temporal justifica-se por compreender os períodos de maior mudança na região. Ao se propor essa abordagem ampla da trajetória de parte do sul do Pará, assumiu-se um grande desafio, o de buscar informações para contemplar as diferenças e particularidades da área de pesquisa frente a outros espaços amazônicos estudados com maior frequência e aprofundamento.

Entretanto, o trabalho do antropólogo Carlos Antonio de Moreira Neto, realizado em um importante momento de transição da região – a década de 1950 – mostrou-se imprescindível. Sua análise proporcionou a possibilidade de se pensar a região em momentos distintos e bem decisivos quanto ao seu processo ocupacional, ou seja, desde a fase inicial de expansão das áreas de pastagens naturais para bovinos em território de domínio indígena até a mudança na forma e nos meios de ocupação das terras em decorrência do grande volume de áreas tituladas, a partir de 1958.

Quanto à fase inicial de ocupação, pode-se afirmar que esse estudo antropológico também contribuiu por usar bibliografia específica sobre a região, levando, assim, à observação da importância dos registros realizados pelos missionários dominicanos.

Os dominicanos iniciaram suas missões no Brasil por volta de 1881, na província de Minas Gerais, na região de Uberaba. Gradativamente, foram avançando e fundando conventos na Província de Goiás ou, mais especificamente, na Cidade de Goiás em 1883 e em Porto Imperial em 1886. Ainda neste último ano, prosseguiram sucessivamente rumo ao norte do Brasil em busca de tribos indígenas susceptíveis ao processo de catequese. Chegaram à margem paraense do rio Araguaia e, após os primeiros contatos com a tribo Kayapó.

O arquivo da Ordem Dominicana em Toulouse, mantenedora da memória escrita e documental dos missionários franceses que atingiram a região foco desta pesquisa, o extremo sul do estado do Pará, com o objetivo primário de catequizar<sup>2</sup> os índios.

Nos anos de 2010 e 2011 tive a oportunidade de frequentar, por dois períodos de três meses, a sede de Montpellier, na França, do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisas Agrônomicas para o Desenvolvimento (CIRAD), bem como de obter ajuda

---

<sup>2</sup> A sede da Ordem dos Dominicanos de Toulouse tinha fortes motivos para tentar encontrar um novo espaço para transmitir seus ensinamentos religiosos em comunidades pagãs, pois já há vários anos os Dominicanos da Ordem de Paris e as demais Ordens do interior da França, como de Lyon, desenvolviam missões na África e na América Central, a exemplo das Antilhas (AUDRIN, 1946).



financeira do mencionado centro de pesquisa para realizar parte da pesquisa de campo.

A possibilidade de estudo e de troca de experiências e aprendizado junto aos demais pesquisadores, alunos de pós-graduação e estagiários desse centro foi de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho de tese.

Foi no referido contexto que se confirmou a possibilidade de realização de pesquisa nos arquivos e na biblioteca da Ordem dos Dominicanos em Toulouse, na França. A visita à sede dessa ordem, “*Convent des Dominicains*”<sup>3</sup>, em Toulouse, ocorreu em outubro de 2010. Foram três dias consecutivos de visitas, com a presença do Frei Augustin Laffay, religioso responsável pelo arquivo e pela biblioteca.

É por esse motivo que, por exemplo, dois mapas visualizados em suas versões originais – um sobre as populações indígenas à época da realização da obra catequética e outro sobre os principais povoados e cidades do território – estão presentes neste trabalho. Porém, ambos foram reproduzidos a partir de uma das obras de Frei Audrin, missionário que proporcionou, por meio de suas obras “Entre Índios e Sertanejos do Norte” (1946) e “Os Sertanejos que Eu Conheci” (1963), relevantes informações sobre o processo de catequese na Amazônia e sobre a população sertaneja local.

O maior desafio encontrado na pesquisa a esse arquivo, no entanto, relaciona-se à precária condição para manuseio de documentos. Isso ocorre porque antes da compilação dos originais em Toulouse, muitos estiveram distribuídos em vários outros pontos de apoio da ordem, gerando danos ocasionados pela ação do tempo.

Outro grande desafio foi verificar o maior número possível de fontes, pois nem todas estavam organizadas em ordem lógica cronológica ou de acordo com a área de atuação da missão de catequese e das sedes administrativas dos dominicanos no Brasil.

Mas a maioria dos documentos oficiais tratava do projeto de catequese indígena. Dessa forma, algumas indicações da pesquisadora francesa Claire Pic, que, durante seu mestrado<sup>4</sup>, realizou recentemente, utilizou os arquivos da ordem, auxiliaram na ampliação da área de pesquisa para além dos arquivos, tendo-se passado também a considerar obras escritas por alguns missionários que participaram da missão no Brasil, em diferentes períodos.

As obras do Padre Marie H. Tapie, *Chez les Peaux-Rouges: Feuilles de Route d’ un Missionnaire dans le Brésil Inconnu*. (1926) e *Chevauchées: a Travers Déserts e Forêts Vierges du Brésil Inconnu* (1928), bem como a primeira obra produzida sobre a missão catequética em Conceição do Araguaia, GALLAIS, É. M. *Un missionnaire chez les sauvagens de l’ Araguaia au Brésil - Le P. Gil Villanova* (1906), tiveram grande importância para a

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://dominicains.com/freres>>. 1 Impasse Henri Dominique Lacordaire, 31400 Toulouse – França.

<sup>4</sup> Cf. Pic (2009).

formulação de constatações e descobertas. Durante o estudo das mencionadas obras, tomou-se o cuidado de não considerar as descrições presentes como fiel retrato da região, filtrando-se o olhar dos religiosos estrangeiros a diversas situações.

Essas obras apresentam relatos de viagem e de experiências cotidianas dos dominicanos, nos quais encontra-se pontuada, com a maior espontaneidade, a relevância das pregações, inclusive junto aos habitantes não indígenas. Havia também depoimentos aparentemente triviais a respeito do cotidiano dos sertanejos, proporcionando registro de informações de riqueza emblemática sobre o papel da pecuária na região.

O contato com parte das memórias deixadas por religiosos trouxe para este trabalho uma perspectiva de reflexão histórica sobre fatos que acompanharam a instalação da missão e sobre as relações sociais, econômicas e religiosas com a população sertaneja local. Além disso, possibilitou, em especial, a discussão de informações peculiares da frente pastoril sertaneja.

Contudo, para refletir sobre a onda pastoril de origem nordestina que alcançou a margem paraense do rio Araguaia, fez-se necessário estudar os aspectos mais característicos dessa frente sertaneja no sul Pará desde os seus primórdios, séculos atrás, ainda no nordeste brasileiro colonial.

Parte das fontes utilizadas neste trabalho referem-se a publicações de diários de viagens e memórias dos religiosos franceses que estiveram na região em estudo. Além de proporcionar um contato mais próximo com as formas de uso da terra do sul do Pará, essas obras abriram caminho para discussão e reflexão sobre o “Sertão”, o “Brasil Central” e, é claro, sobre o imaginário referente à “Amazônia”, constante na história de muitos aventureiros. Assim, nesse trajeto entre Minas Gerais, Goiás e Pará, observamos constantes descrições sobre o meio físico e todos os possíveis e impossíveis desafios presenciados. *“Dans ces régions désertiques, il y a un proverbe qui dit: Dieu est grand, mais le matto (forêt) est plus grand encore”* (TAPIE, 1928, p. II).

A elaboração deste estudo iniciou-se com um levantamento sobre as publicações acerca de trabalho escravo e trabalho degradante em muitas fazendas do sul do Pará, principalmente a partir da década de 1970. Além desse grande leque de publicações, as conversas com o Frei Henri Burin des Roziers também foram significativas para a discussão desses assuntos, tão recorrentes, durante muito tempo, na região, e de outros temas que contribuíssem com questões distintas, como a origem e trajetória dos grandes empreendimentos rurais no Pará.

A partir de tais fontes surgiu a atual temática da pesquisa, que objetiva apresentar as diferentes frentes que chegaram ao sul do Pará, bem como seus objetivos e anseios quanto ao novo território “ocupado”.

Além das consultas ao arquivo e à biblioteca da ordem dominicana, realizou-se levantamento bibliográfico sobre parte da trajetória do nordeste brasileiro, em especial do Maranhão. Entretanto, evidenciou-se que parte desse grupo de sertanejos de características pastoris atingiu outras regiões, a exemplo do antigo norte do estado do Goiás.

Para a realização dos dois estudos de caso, o da Fazenda Santa Tereza, área titulada desde 1958/1959, e o da Fazenda Cristalino, instalada em 1978/1979 e tida pelos produtores da região como empresa agropecuária “modelo”, foi necessário percorrer longos caminhos. Visitaram-se os municípios de Redenção e Cumuru do Norte, pois a área da Fazenda Cristalino ainda hoje se distribuí entre ambos, e de Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, que abrigaram a área original da Fazenda Cristalino.

Além das visitas *in loco* já mencionadas, foram realizadas viagens para Conceição do Araguaia e para os núcleos urbanos de Redenção, Santana do Araguaia e Altamira, com o intuito de se pesquisarem os cartórios de registros de imóveis locais.

Foram também empreendidas, no núcleo urbano de Redenção, entrevistas com um dos atuais proprietários da Fazenda Santa Tereza, Cássio Carvalho do Val, e com um dos primeiros funcionários do estabelecimento, o Sr. Ademar Guimarães, nos anos de 2008 e 2009, respectivamente.

Quanto à Fazenda Cristalino, vale destacar que, devido à grandiosidade tanto do empreendimento quanto da empresa por ele responsável, a Volkswagen, os atores que contribuíram com as entrevistas optaram por não divulgar os nomes.

A primeira e a segunda entrevistas sobre a região de Santana do Araguaia e sobre a influência da fazenda Cristalino ocorreram no ano de 2007. O primeiro entrevistado foi o senhor Carlito Meinberg, que respondeu à perguntas em Redenção e, posteriormente, em sua cidade natal, Barretos. O Sr. Meinberg discorreu sobre seu primeiro contato com a região, em 1959, e sobre sua relação com a atividade pecuária local desde então. A segunda entrevista foi realizada com o senhor Carlos Ribeiro, irmão de Pedro Ribeiro, o maior corretor imobiliário do sul do Pará. Pedro narrou parte da trajetória da família, bem como cedeu para cópia alguns documentos, como registros das transações imobiliárias que ocorreram, principalmente, antes de 1994.

A terceira entrevista sobre a propriedade em referência se deu no ano de 2009. Ela foi respondida por um empreiteiro conhecido na região como “Gato”, residente em Santana do Araguaia. O entrevistado “contratava” trabalhadores em pequenos municípios do interior do nordeste, geralmente do Maranhão e do Piauí, para trabalhar na abertura de fazendas na década de 1970, período de abundantes denúncias em que houve, inclusive, a confirmação de trabalho escravo e degradante. Ele prestou serviços na Fazenda Cristalino e em outros empreendimentos vizinhos.

Nos anos de 2009 e 2010 realizou-se a quarta entrevista, desta vez com um fazendeiro de Santana do Araguaia, médico e morador do interior de São Paulo. O homem em questão adquiriu terras no sul do Pará por influência de um amigo, o executivo Wolfgang Sauer, direto do grupo Volkswagen no Brasil e idealizador da Fazenda Cristalino. Por questões de proximidade com o círculo social de São Paulo, inclusive com outros empresários que também investiram na região, o senhor teve seu nome preservado.

No ano de 2011, outra entrevista relevante, no que concerne à atual situação dos conflitos na área da antiga fazenda Cristalino, foi realizada com um dos maiores posseiros da região, que também teve o nome preservado. O entrevistado é líder influente do grupo de proprietários que estão instalados na área há mais de 10 anos.

As narrativas orais compõem parte significativa deste estudo. Assim, no atual contexto, alguns trabalhos teóricos que abordam discussões sobre memória e oralidade mostram-se indispensáveis, já que o processo de reflexão sobre as fontes orais inicia-se muito antes da análise do material transcrito. Alguns textos teóricos sobre história oral e fontes orais, do italiano Alessandro Portelli, foram expressivos para se pensar sobre a dinâmica que envolve o tratamento das fontes orais, visto que estas são construídas na presença do historiador durante as entrevistas e que, paralelamente, remetem às memórias do entrevistado.

Em síntese, um dos objetivos gerais deste trabalho foi o de se refletir sobre as distintas estratégias e/ou motores de ocupação que ocorreram com diferentes atores, estando estes inseridos nos mais variados grupos sociais e dinâmicas de ocupação ou reocupação das terras, ao longo da trajetória da região.

O primeiro capítulo trata das origens e da trajetória inicial do primeiro grupo a alcançar a margem paraense do rio Araguaia com o intuito de permanecer e explorar o território. Foram sertanejos de origem nordestina que partiram principalmente do Maranhão, seguiram até o norte de Goiás e enfim alcançaram, já em contingente bastante reduzido, a margem paraense do rio Araguaia, nos anos finais do século XIX, período em que o território era dominado pelos índios Caiapó. Por praticamente meio século, essa região ainda em consolidação também abrigou, além desses atores, ribeirinhos, extrativistas e religiosos dominicanos, os quais fundaram Conceição do Araguaia.

O segundo capítulo destaca as movimentações políticas e econômicas que ocorreram no Brasil nas décadas de 1940 e 1950, as quais influenciaram, de maneira direta, a frente pioneira, que titulou enormes áreas em território sul paraense nos anos finais da década de 1950. Sem dúvida, foram rápidas as mudanças que ocorreram a partir desse período, na medida em que as áreas comuns de pastagens passaram a ser incorporadas a estabelecimentos rurais privados e os proprietários destes passaram a praticar o manejo do gado nos moldes culturais do centro-sul brasileiro.

O terceiro capítulo, que aborda a formação da Companhia de Terra da Mata Geral, hoje atual Fazenda Santa Tereza S/A, mostra que a ocupação fundiária da região se iniciou, por particulares, ainda nos anos finais de década de 1950. As estratégias aplicadas durante o processo de instalação, entretanto, foram baseadas em outros processos de ocupação do Brasil, com destaque para as áreas ocupadas na década de 1940 no norte do estado do Paraná e para as dinâmicas de especulação de terras do centro-oeste brasileiro na década de 1950.

Por fim, o quarto capítulo se consolida como estudo sobre a Fazenda Cristalino, propriedade que, à época de sua formação, pertencia ao grupo automotivo alemão Volkswagen. O modelo de ocupação foi escolha do Estado brasileiro, incentivada por meio de fomentos à instalação de fazendas administradas por empresas de diversos setores do cenário econômico nacional.

Torna-se cada vez mais desafiador apresentar ou retratar uma Amazônia pelo foco dos diferentes grupos que a compõe; nessas condições, os grupos da frente de expansão e da frente pioneira, ao mesmo tempo em que se assemelham pelas características de desbravamento, de conquista e de delimitação das melhores áreas, se diferenciaram bruscamente pelas formas de uso do território e, conseqüentemente, pelo impacto socioambiental que causam. Os altos índices de depredação do meio ambiente, as denúncias de redução à condição análoga de escravo e de trabalho degradante e o comportamento defensivo e/ou agressivo de fazendeiros frente a disputas pela terra ocorreram de forma hostil quando a frente pioneira capitalizada estava no “controle” de todas as dinâmicas territoriais e econômicas da região.

## **1 FRENTE DE EXPANSÃO NO SUL DO ESTADO DO PARÁ: NATUREZA, TERRITÓRIO E PECUÁRIA – A OCUPAÇÃO SERTANEJA DO FINAL DO SÉCULO XIX**

Poderíamos começar a contar a trajetória da ocupação na Amazônia brasileira por várias vertentes, inclusive pelas mais clássicas, como por exemplo, a motivação pela conquista do vale amazônico, que despertou o interesse da Coroa portuguesa e também de outras potências europeias, todas atraídas pela exploração das “drogas do sertão”<sup>5</sup> e das demais riquezas desse complexo natural.

Mas o intuito deste capítulo é mostrar outro momento da ocupação em território amazônico, ligado ao desenvolvimento da atividade pecuária no sul do Estado do Pará, a partir dos anos finais do século XIX. Os pioneiros dessa frente foram sertanejos de origem nordestina, os quais rasgaram os sertões em busca de melhores áreas de pastagens para o gado, contribuindo, assim, para o processo de interiorização das populações no território brasileiro.

Esse grupo, que especificamente pesquisamos, foi uma ramificação de um grupo maior, de origem baiana. Estabeleceu-se no interior do Maranhão e com o passar dos tempos as novas gerações, por necessidade de ampliação das pastagens, circularam por territórios vizinhos, chegando ao extremo norte de Goiás.

Desde os séculos XVI e XVII, em decorrência da expansão da atividade açucareira, muitos produtores pecuaristas deixaram o litoral do nordeste brasileiro por concorrência desigual com o alargamento dos canaviais. Esses homens manejaram o gado para áreas distantes da costa conquistando assim regiões livres, porém bem remotas.

Vários autores ao estudarem o desenvolvimento da atividade pecuária, desde o período colonial, apontam duas frentes de expansão dessa atividade que se destacaram: a de origem baiana e a de origem pernambucana. Puntoni (2002, p.26), ao visitar a obra “Capítulos da História Colonial”, de Capistrano de Abreu, enfatiza a divisão dessas duas correntes: o sertão “exterior” foi área de predomínio da frente pernambucana, a qual se manteve bem mais próxima ao litoral; e o sertão “interior”, povoamento de origem baiana, que ocupou muitas áreas, principalmente sobre o Rio São Francisco. Mas também, parte de seus integrantes atingiram o Piauí e o Maranhão, inclusive regiões do rio Balsas e do rio Tocantins.

---

<sup>5</sup> Salsaparrilha, cravo, canela, cacau, guaraná, urucum, geralmente extraídas da natureza por meio da exploração da mão de obra indígena. Cf. Ravena (2005).

Abreu (1998) apontou que os trechos mais difíceis desse processo de ocupação da frente de origem baiana, foram as áreas do Maranhão, mais especificamente em áreas dos rios Piauí e Canindé; apesar das dificuldades de deslocamento, parte desse grupo conquistou a fértil e distante região maranhense, logo denominada de Pastos Bons, região de origem das primeiras famílias sertanejas que chegaram em território paraense.

Não seria possível discutir sobre a ocupação sertaneja de origem nordestina, especificamente no sul do Pará, sem a discussão sobre outra frente, a de religiosos franceses, os quais buscavam populações indígenas a fim de catequizá-las. Os religiosos chegaram até à margem paraense do rio Araguaia, enquanto os sertanejos ainda estavam no processo de instalação e reconhecimento da região. De certa forma, esses grupos tiveram diferentes razões para ter alcançado essa região do Araguaia paraense, bem como desenvolveram diferentes estratégias para dinamizarem suas atividades na região.

Primeiramente, faz-se necessária uma rápida passagem pelas características gerais dos sertanejos, grupo originário do nordeste brasileiro, bem como pela trajetória que eles realizaram entre o Maranhão<sup>6</sup> e o norte de Goiás, antes de adentrarem o estado do Pará. Refletir sobre o perfil geral desse grupo evidencia uma das características básicas da cultura pastoril: a conquista de terras livres, contribuição ímpar para o processo de ocupação de grande parte do território nacional.

Dessa forma, o cenário central do processo de ocupação estudado é o do sul do estado do Pará, situado a mais de 1.000 quilômetros da capital, Belém. Uma vastíssima área que não foi ocupada pelo sentido litoral-interior e sim sertão-interior, produto da onda migratória de perfil pastoril. Outras frentes em menor escala: mineradores, caçadores, extrativistas e camponeses, também a incorporaram após a consolidação de um novo núcleo.

Essa incorporação ocorreu de forma natural, reforçando o modo de vida do sertão com toda a sua diversidade na composição social do sertão brasileiro, inclusive nos territórios maranhense, goiano e paraense. Portanto, devemos levar em consideração a vivência de diferentes perfis de sertanejos (AMADO, 1995; CORMINEIRO, 2009), entretanto o foco de estudo são os sertanejos que se dedicaram de maneira direta à pecuária bovina.

Todavia, outros atores estiveram diretamente envolvidos nessa dinâmica, os índios Kayapós, presentes em grande parte da área e os frades dominicanos, os quais também alcançaram essa região, praticamente no mesmo momento da chegada dos sertanejos.

---

<sup>6</sup> Lira (2006 p. 6), ao analisar o conflito de colonos, em especial pecuaristas no sul do Maranhão e parte de no norte de Goiás, em território indígena dos Timbiras e seus subgrupos, apontou que tais enfrentamentos perduraram por mais de cem anos. Assim, o processo de ocupação pela frente pastoril no sul do Maranhão, não foi facilmente realizado, em comparação, por exemplo, aos territórios do Piauí.

Esses religiosos pertenciam à ordem religiosa francesa dos Dominicanos de Toulouse e só chegaram ao Brasil no último quarto do século XIX. Vieram com um contingente reduzido, determinados na fundação de missão religiosa. Instalaram-se na Província de Goiás, área central do Brasil ainda muito remota, mas apresentava as maiores possibilidades de contatos com populações indígenas<sup>7</sup>.

## 1.1 A INFLUÊNCIA DA CULTURA PASTORIL NORDESTINA

Atribui-se que grande parte do gado introduzido no Brasil foi trazida pelos portugueses, principalmente de Cabo Verde. Morais (2007) assinala que no ano de 1534 aportaram os primeiros bovinos, os quais foram trazidas diretamente para a Capitania de São Vicente pela senhora Ana Pimentel, esposa de Martin Afonso de Souza, fundador daquela capitania, contudo outro forte efetivo de cabeças teria chegado à Bahia em 1550.

De forma geral, esses animais sofreram um processo natural de adaptação, pois em território brasileiro os proprietários dispensaram qualquer tipo de instalações como os estábulos, e deixaram que os animais instintivamente fossem atrás de água e pasto. Para Ribeiro (1995), parte dos primeiros lotes de animais ocuparam o interior de Pernambuco e parte do Recôncavo Baiano, e ao final do século XVI se multiplicaram e ocuparam muitas áreas próximas ao Rio São Francisco, além de áreas ainda mais distantes como o interior do Piauí e do Maranhão.

A expansão da lavoura açucareira no Brasil cresceu exponencialmente nos séculos XVI e XVII. De tal modo, acendeu igualmente a impraticabilidade de criar gado próximo ao litoral, devido a penetrações de animais nas plantações, o que proporcionou conflitos graves (FURTADO, 2004). Tardamente, a coroa portuguesa, por meio de uma carta régia no ano de 1701, proibiu a prática da pecuária extensiva a menos de 10 léguas da costa (PUNTONI, 2002). E assim, desenvolveu-se a atividade pecuária com características bem diferenciadas da atividade canvieira, entre elas a relação com a terra e a propriedade.

Desde seus primórdios, o ciclo da economia pastoril foi bem simples e pobre comparado aos grandes valores movimentados no setor canvieiro. Contudo, o constante crescimento interno da população, dinamizou o alargamento de mercado para a carne e o couro, proporcionando a crescente e contínua expansão da atividade, mesmo com a queda

---

<sup>7</sup> Karasch (2002) acrescenta que no período colonial, a política indigenista e de ocupação do território não eram importante para os políticos goianos, pois as ações prioritárias estavam relacionadas à riqueza mineral da Capitania de Goiás. Somente após o declínio da atividade aurífera, no final do século XVIII, ocorreram ações mais efetivas quanto ao processo de povoação do território, por consequência, a ampliação de conflitos com indígenas. Anteriormente, ainda no calor da mineração, muitas tribos do sul Goiás foram escravizadas, bem como ocorreram diversos conflitos entre Kayapós e garimpeiros, principalmente devido à fundação de cidades e pequenos núcleos dependentes da mineração. “Os índios ficavam sujeitos aos novos invasores, fugiam pela Araguaia para se refugiar a oeste do rio, ou então morriam nas violentas guerras do período” (KARASCH, 2002 p. 397).



do setor açucareiro a partir do século XVII. Para Furtado (2004 p.70), o crescimento da população do nordeste teria sido muito menor, caso não houvesse a “articulação com o sistema pecuário”, o qual oferecia a carne para amenizar a baixa oferta de demais produtos alimentícios principalmente nas regiões próximas ao litoral.

Este gradativo, porém constante, crescimento do ciclo econômico da pecuária foi favorável à expansão da população pelo do território brasileiro, “(...) Acabou incorporando ao pastoreio uma parcela ponderável da população nacional, cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade” (RIBEIRO, 1995, p. 340).

As características particulares da penetração do gado pelo interior brasileiro proporcionaram um curioso e forte sistema de expansão territorial, “a ocupação de terras era extensiva e até certo ponto itinerante”; Furtado (2004, p. 63). As primeiras ocupações foram escolhidas pelo regime das águas e também pela localização dos maiores mercados consumidores para o rebanho, contudo, o distanciamento foi praticamente obrigatório para os novos produtores. O crescimento do número de fazendeiros e do número de cabeças nos rebanhos dinamizava a expansão das áreas de pastagens, por onde ainda houvesse terras livres por ocupar.

Sodré (1962, p. 122-123), considera que a relação entre a expansão pastoril e a atividade agrícola canavieira pode ser resumida em três fases: na primeira fase geralmente a mesma propriedade era compartilhada para ambas as atividades. Na segunda fase ficou caracterizada a incompatibilidade técnica das atividades, cana e pecuária, em espaço relativamente próximo, na terceira fase houve a ruptura completa: “a pecuária ganha o sertão”, destacando-se principalmente as conquistas em áreas bem distantes do litoral.

As terras de melhor acesso para as rotas comerciais, mais próximas ao litoral, foram as áreas pleiteadas por aqueles que tinham possibilidades de receber uma concessão de Sesmaria da Coroa<sup>8</sup> e arcar com todas as responsabilidades burocráticas. Ficando assim as terras longínquas para serem conquistadas ao acaso, por sertanejos. Faoro (2001) mostra que também ocorriam expedições bem planejadas para o sertão, com o intuito de descobrir e legalizar com maior agilidade as melhores áreas.

Ribeiro (1995, p. 341), ao descrever parte da estrutura sólida de latifúndios nordestinos, trabalha com a ideia de que a estrutura de poder desse modelo de propriedade dependia de dois aspectos: as melhores possibilidades de compra de gado e as oportunidades sociais, como o merecimento de um “favor real”, através do recebimento da Sesmaria. Geralmente as maiores áreas foram bem mais privilegiadas, por abrigarem

---

<sup>8</sup> “Tendo sido concebida para solucionar questões peculiares ao reino português de fins do século XIX, a aplicação da lei de sesmarias no extenso e inexplorado território da colônia brasileira, não obstante as reiteradas tentativas de adaptação às condições aqui vigentes, resultou no uso mais ou menos generalizado da posse como recursos de acesso a terra, que culminou, por sua vez, com a suspensão das concessões de terras em sesmaria, em 1822. até a promulgação da lei de terras, ocorrida em 1850, a posse manteve-se como expediente isolado de apropriação privada das terras públicas” (NOZOE, 2006, p. 2).

preciosos pontos de água e também barreiros, onde se encontrava naturalmente o sal, tão importante na complementação da rala vegetação típica da região.

A contingência da falta de recursos, como, aliás, o nível técnico geral da economia colonial, que já vimos nos seus setores mais importantes, tinha de resultar num tipo de pecuária simplista e de requisitos mínimos; pouco mais que uma rudimentar indústria extrativa. O gado é mais ou menos deixado à lei da Natureza, são-lhe dispensadas muito poucas atenções, e o maior cuidado consiste em evitar o seu extravio e reuni-lo para ser utilizado (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 188).

Portanto, a busca constante por melhores áreas de pastagem, não permitia que os integrantes da frente pastoril se atrelassem a um único local. Sendo assim, foram desprovidos de bens materiais de maior ou de menor valor, os quais não fossem necessariamente utilizados no trato com os animais. Tal simplicidade no modo de vida foi percebido em todos os aspectos, inclusive no social, pois tiveram suas regras de convivência, e principalmente de conduta, repassada de geração a geração, sempre com características conservadoras. Também apresentaram ampla dificuldade em aceitar as imposições e normas feitas pelo Estado e pela vida “urbana” em sociedade.

Eram indomáveis mercê da natureza de vida que levavam, mercê das condições em que conduziam a existência. Prescindiam do auxílio do Estado, do amparo do Estado, das leis que são o reflexo da ação tutelar do Estado. Bastavam-se e tinham aversão mesmo à influência das autoridades em que viam em todos os tempos, mais do que a justiça, o mando incondicional, ao serviço de interesses pessoais, mais do que a polícia, a repressão aos ímpetos que eram uso e vulgares hábitos, mais do que a proteção, refreamento aos seus ímpetos primitivos e semibárbaros (SODRÉ, 1998, p. 221).

Ribeiro (1995, p. 354) discute que a marginalização da atividade pastoril não foi apenas geográfica, existiu também uma repulsa em compartilhar socialmente do mundo “civilizado”, caracterizando então, este sertanejo como “sertanejo arcaico”, por sua religiosidade pueril, mas com tendências ao messianismo fanático e principalmente por sua rusticidade no comportamento, com tendência à violência. Sodré (1998) também aponta que o caráter móvel do regime pastoril não permitiu que deixassem vestígios arquitetônicos, entretanto sempre propagaram sua cultura através de suas vestes, instrumentos de trabalho e utensílios pessoais, produzidos por meio de sua grande matéria prima: o couro.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas se surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que

calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1998, p. 135).

A cultura do couro, símbolo dos costumes dos sertanejos pecuaristas, atravessou os limites geográficos e também o tempo, sobre todo o período colonial brasileiro. Contudo, outras características, desse processo itinerante, do desbravamento de territórios por meio da pecuária, mantiveram-se do período colonial até as últimas décadas que antecederam a Proclamação da República Brasileira. Exemplos desses processos contínuos foram o contato/ e ou conflitos com as tribos indígenas e o afastamento das áreas já delimitadas como territórios de alguns grandes latifundiários, os quais no final do século de XVII, já ocupavam, bem como disputavam entre si, grandiosas porções de terras inclusive nos sertões do Maranhão e Goiás.

## 1.2 O AVANÇO DA ONDA PASTORIL DO MARANHÃO PARA O NORTE DO ESTADO DE GOIÁS

A forte expansão da pecuária consolidou ainda mais o caráter de independência da onda pastoril. A própria determinação dos sertanejos que se embrenharam pelos mais difíceis e longos caminhos, já construídos ou a construir, os motivava na constante penetração pelo interior do Brasil. À medida que desbravaram territórios, se distanciaram das normas e condutas estabelecidas pela sociedade que se avigorara cada vez mais nos núcleos urbanos.

O gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício, fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões (ABREU, 1998, p. 132).

Prado Júnior (2004), em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia”<sup>9</sup>, ao também diferenciar as duas grandes ondas pastoris do nordeste brasileiro: a baiana e a pernambucana, destacou a ocupação de regiões do Ceará, Piauí e Maranhão, porém enfatizou que tal ocupação do território nordestino não foi uniforme. Reforçando que em muitas áreas a pecuária acabou se consolidando em locais bem afastados das tradicionais

---

<sup>9</sup> Cf. Prado Júnior (2004, p. 63).

rotas comerciais<sup>10</sup>, a exemplo da região do alto Maranhão<sup>11</sup>, local do território de Pastos Bons.

Cardoso (1947) atribuiu o início de parte da ocupação no Maranhão por duas frentes: a primeira seria pela frente comandada por dois pecuaristas: Domingos Afonso Mafrense e Domingos Jorge Velho, que em 1674 teriam atingido as chapadas do Piauí, onde fundaram fazendas e mais tarde começaram a desbravar os sertões maranhenses. A segunda frente, provavelmente na mesma época, segundo o autor, foi comandada por Francisco Dias d'Ávila, da Casa da Torre<sup>12</sup>, na Bahia, essa comitiva chegou em áreas maranhenses depois da travessia e ocupação de parte do Parnaíba.

Entretanto, Cardoso (1947) enfatiza que o processo mais intenso de colonização do Maranhão deu-se a partir do início do século XVIII, quando muitos pecuaristas, principalmente originários da região do Vale do Rio São Francisco<sup>13</sup>, passaram a ocupar o sertão maranhense com maior intensidade.

Almeida (2006) também acredita que essa segunda penetração, provavelmente a partir de 1730, ocupou grandes áreas dos campos naturais no sul do Maranhão. Vasta área que devido a qualidades das pastagens naturais os pecuaristas passaram a denominá-la de "Pastos Bons", frisando que especificamente a ocupação dessa região ocorreu sem o apoio da Igreja ou do Estado, destacando como forte característica do grupo o desinteresse em contactar as autoridades portuguesas.

Entretanto, após a consolidação dessa região, já nos anos finais do século XVIII, ocorreram fatos relevantes por toda a região e territórios vizinhos. Um deles foi o estabelecimento da fronteira entre as Províncias do Maranhão e Goiás, missão que foi reservada ao militar português Francisco de Paula Ribeiro, que prestou vários serviços à Coroa em território maranhense (PACHECO FILHO, 2009). E também pelo cumprimento da carta régia de 12 de maio de 1798, que determinou a exploração do Rio Tocantins, a fim de dinamizar a navegação, principalmente entre o Pará e Goiás (CARDOSO, 1947; PACHECO FILHO, 2009).

Para Furtado (2004), o avanço de criadores de gado em direção ao interior do Maranhão proporcionou a chegada inclusive às áreas da floresta da Amazônia. A busca por melhores pastagens naturais permitiu que algumas frentes alcançassem o interior do Maranhão junto à margem do rio Tocantins, podendo então se conectar a áreas da Amazônia.

---

<sup>10</sup> A exemplo das rotas comerciais próximas ao Rio São Francisco.

<sup>11</sup> "Em 1751 a capitania contava com oito freguesias, cinco engenhos de açúcar, duzentas e três fazendas a criar gado, das quais quarenta e quatro em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas" (ABREU, 1998, p. 131).

<sup>12</sup> Maior latifúndio do período colonial, localizado no Bahia. Também conhecida como Castelo de Garcia d'Ávila, seu fundador, o qual recebera mais de 14 léguas de terras de sesmarias (BANDEIRA, 2007)

<sup>13</sup> "Os rios São Francisco e o Parnaíba, ao norte, eram os principais eixos da ocupação, por serem rios perenes (...)" (PUNTONI, 2002, p. 24).

O rio Tocantins desde as últimas décadas do século XVII já era alvo de expedições para estudo geográfico e das riquezas minerais pelos governos das províncias do Pará, Goiás e Maranhão, o que de certa forma contribuiu para ampliar as rotas terrestres, facilitando a expansão da pecuária por esse território (VELHO 1972).

Com o sutil crescimento das rotas terrestres e também da movimentação de embarcações em toda a região, foram criados alguns entrepostos comerciais para o controle fiscal das províncias. A partir desse momento, além da localidade de Pastos Bons, outras comunidades sertanejas foram se formando próximo ao rio Tocantins, Carolina<sup>14</sup> no Maranhão (1810) e Boa Vista do Tocantins<sup>15</sup>, no norte de Goiás (1825).

Em começos do século XIX, um primeiro núcleo urbano é fundado nas margens goianas do Tocantins, Boa Vista sucedido pela ocupação paulatina de todo o território delimitado pela junção desse rio com o Araguaia. Aí defronta-se a frente pioneira com um movimento colonizador orientado do sul, seguindo o curso do Araguaia, composto por criados de gado e garimpeiros. “A onda expansionista meridional não tem, entretanto, a importância do movimento nordestino e cedo funde-se a ele, deixando a tarefa de definir o estilo cultural das novas ocupações que se farão agora em território paraense” (MOREIRA NETO, 1960, p. 09).

Sendo assim, a onda pastoril ganhou força, principalmente à medida que encontrou terras ainda não ocupadas. O avanço de parte do rebanho para a região norte ocorreu por dois fatores: o clima mais ameno e a água em abundância. Entretanto, à proporção que a onda pastoril avançou, essa frente se distanciou dos centros de comércio até então existente, permanecendo ainda mais sujeita a novos desafios para a atividade.

Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda, prossegue a expansão pastoril no Maranhão. Atravessa-se o Tocantins e vai-se ocupando os campos do norte de Goiás entre o Tocantins e o Araguaia. (...) A expansão agora parece fazer-se mais lentamente, talvez pela melhor qualidade das pastagens, que permitiria uma densidade relativamente maior das cabeças de gado, (...) (VELHO, 1972, p. 27).

Desde as primeiras instalações, ainda às margens do Rio Tocantins, em território maranhense, o grupo de pecuaristas teve, ainda que de forma tímida, contatos com algumas comunidades amazônicas, que também transitaram pela margem desse rio. Tal localização, também permitiu o contato com as populações do norte goiano, as quais tentaram igualmente se estabelecer através da pecuária.

---

<sup>14</sup> Durante o processo de exploração do rio Tocantins, pela margem maranhense, os pecuaristas da região de Pastos Bons foram os primeiros a instalar fazendas naquela área. Por volta de 1809 surgiu aos arredores o povoado de São Pedro Alcântara (PACHECO FILHO, 2009). O local foi rebatizado com o nome de Carolina em 1823, em memória da primeira imperatriz.

<sup>15</sup> Atual cidade de Tocantinópolis – TO.

Esse grupo de pecuaristas goianos incorporou muito garimpeiros, que após a exaustão das maiores jazidas da região se deslocaram ainda mais para o norte, com duas outras expectativas: a coleta de especiarias ou a possibilidade de se tornarem criadores (REIS, 2001).

A fusão da onda pastoril, de origem nordestina com traços maranhenses, ao integrar o movimento de Goiás, composto em boa parte por garimpeiros, pecuaristas e camponeses, já por si só representaram as características híbridas<sup>16</sup> da nova população do extremo norte goiano. Essa região que possuía uma geografia relativamente privilegiada, sempre alimentou entraves políticos com o sul de Goiás, sendo então obrigada a desenvolver sua economia regional de forma mais independente e precária com os estados vizinhos.

Entre os registros sobre o território goiano, principalmente relativos à segunda metade do século XVII destacam-se os escritos do General Couto de Magalhães. Após mudar-se do Rio de Janeiro, em 1862, para assumir a presidência da província de Goiás, alguns anos mais tarde, deu início a uma série de várias viagens exploratórias por diversas áreas do sertão central do Brasil, dedicando-se principalmente aos estudos dos rios Araguaia e Tocantins, para dinamizar as possibilidades da navegação naqueles territórios.

Ao narrar suas expedições<sup>17</sup>, pelo Araguaia e demais regiões próximas ou interligadas por esse rio, confirmou também a abundância de comida e demais derivados oportunizados pela criação de bovinos. A garantia de sustento e a autossuficiência, inclusive na confecção de alguns utensílios de trabalho, geralmente em madeira e couro, proporcionaram aos produtores de bovinos um comportamento diferente em comparação aos agricultores e garimpeiros.

Poucas '*cousas*' se podem imaginar neste mundo de mais descuidado, risonho e alegre, do que a vida dos sertanejos, vaqueiros dos sertões do São Francisco, ou dos sertões de Goyaz e Matto Grosso, ou os da ilha de Marajó, na foz do Amazonas (MAGALHÃES, 1934 p.14).

O estilo de vida e de relação estreita como meio físico através do cuidado com os animais proporcionou a essas famílias exatamente tudo aquilo que julgavam necessário para o grupo. Entretanto, em muitas obras sobre sertão brasileiro, escritas viajantes, muitos deles brasileiros, não deixaram de elucidar uma das maiores preocupações de alguns grupos desses habitantes de áreas tão remotas, a fome.

Muitos viajantes, principalmente estrangeiros, narraram o sertão, geralmente com o desejo de acentuar os extremos, as diferenças mais marcantes entre o modo de vida da população do litoral e o modo de vida da população do sertão, reforçando alguns pontos

---

<sup>16</sup> Cf. Canclini (1998).

<sup>17</sup> Cf. Magalhaes (1934).

como cordialidade e intelectualidade. Muitas vezes, evidenciaram muito as descrições de conflitos e violência, como se esses fatos não fizessem parte também das relações sociais do litoral (AMADO, 1995).

Leonardi (1996, p. 30) também alarga o conceito e a reflexão do que foi o sertão, ou melhor, do que foram os vários sertões do interior do território brasileiro, ao relacioná-los com o conceito de fronteira. Não seriam fronteiras geográficas e políticas mais evidentes, e sim as noções mais amplas de fronteira, aquelas ainda construídas no início do período colonial, a exemplo dos limites dos territórios pertencentes a Portugal e à Espanha, mas também os limites não espaciais, como a “fronteira do legal e do ilegal”, do “espaço do possível e do impossível”.

Assim, a pecuária promoveu o alargamento da expansão territorial. Deffontaines (1957, p. 662) em um dos seus estudos sobre o desenvolvimento da pecuária no Brasil e na América Latina esclarecia: “felizmente, o gado é o único produto que supera o grave problema da distância, ele não exige um meio de transporte, ainda que seja necessária pelo menos uma rota”. Enfatizando que tal autonomia permitiu o deslocamento sem grandes danos, proporcionando cada vez mais a conquista dos espaços vazios, pela pata do boi.

Nada mais notório para relativizar com toda a dinâmica ocupacional que ocorreu pelos sertões brasileiros, por meio da expansão da atividade pecuária, em diferentes níveis, ao pensarmos em toda a diversidade cultural dos diferentes grupos que cruzaram o Brasil. Leonardi (1996 p.310) enaltece que o espaço do sertão também foi o local das novas invenções, soluções, mas especialmente da perseverança, principalmente quanto a busca de novas rotas e caminhos.

Na mesma intensidade que ocorreram as ocupações dos territórios livres no norte de Goiás, surgiram conflitos intensos entre os grandes proprietários de fazendas, latifundiários, pelo controle das suas próprias terras, mas também das áreas “livres”, que até então nunca haviam sido ocupadas. Nessas disputas foram questionadas demarcações territoriais, mas também o poder e prestígio político e social, frente a humilde população que naquela região ainda se formava.

Devido à localização geográfica, Goiás, Maranhão e Pará, sofreram algumas disputas políticas pela demarcação de suas áreas limites. Mas em cada um desses espaços, aconteceram muitas disputas políticas regionais e por terras, geralmente violentas entre fazendeiros e grandes posseiros. Já a dinâmica de ocupação dessa população sertaneja pastoril, levou em consideração apenas a qualidade da área conquistada e a possibilidade de acesso, não manifestando outras preferências.

Nos anos finais do século XIX e na primeira década do século XX incidiram disputas muito violentas, destacando-se as disputas ocorridas em Pedro Afonso, no Maranhão (CORMINEIRO, 2009) e no antigo norte goiano na região de Boa Vista (AUDRIN, 1946).

Esses conflitos influenciaram diretamente a dinâmica de ocupação de novas terras, principalmente por pequenos produtores de gado e camponeses, os quais evitaram o chamado dos grandes fazendeiros para incorporarem as tropas para a luta nessas disputas.

Assim, surgiram algumas pequenas aglomerações de famílias pelo norte goiano, mas aqui fazemos menção ao grupo de famílias que cruzou o rio Araguaia, levando algumas cabeças de gado em pequenas embarcações.

### 1.3 A CHEGADA DOS RELIGIOSOS DOMINICANOS NO SUL DO PARÁ

Em junho de 1881<sup>18</sup> a Ordem Dominicana no Brasil havia iniciado suas missões no país, por volta de 1896 recebeu a autorização de seus superiores na França para fazer experiências de ensaios da catequese tendo como foco os indígenas da margem direita do rio Araguaia, ainda dentro dos limites da diocese de Goiás<sup>19</sup> (AUDRIN, 1946, p.77).

Até a descoberta de uma população indígena suscetível a receber os ensinamentos religiosos, o ponto mais distante que os missionários dominicanos haviam se estabelecido era Porto Imperial<sup>20</sup>, na Província de Goiás. Audrin (1946) enfatizou que o pequeno povoado foi privilegiado por sua excelente artéria fluvial e seu crescimento ainda mais dinamizado com a chegada dos religiosos. Os moradores desse povoado, confiantes com o crescimento passaram a estabelecer relações comerciais, inclusive com Belém, para onde levaram os mais diferentes gêneros alimentícios e víveres, retornando com grande quantidade de sal.

Para os padres a posição geográfica privilegiada de Porto Imperial/Porto Nacional, amenizava um pouco as imensas jornadas, pois não foram responsáveis pela vida espiritual apenas dos índios, mas de todos os sertanejos dispersos naquela imensa área.

lam do Tocantins até o Araguaia, de um lado. Do outro percorriam o Jalapão, vasto triangulo entre o Tocantins e os limites do Maranhão, Piauí e Bahia. Era-lhes confiada também a zona de São José do Duro, antigo campo dos Jesuítas, que suspeitamos com razão ter sido visitado pelo Padre Antonio Vieira. Enfim, no extremo norte do Estado, chegando à confluência dos dois grandes rios amazônicos, portanto aos limites do Pará (AUDRIN, 1946, p. 57).

---

<sup>18</sup> “A 6 de outubro de 1881 dois padres e um irmão aportavam ao Brasil e a 31 do mesmo mês chegavam em Uberaba. Registremos aqui os nomes desses corajosos pioneiros; Frei Raymundo Madre, Frei Lazaro Mélihan e Irmão Gabriel Mole” (AUDRIN, 1946, p. 42).

<sup>19</sup> No século XVII, religiosos Jesuítas, desceram de Belém pelo rio Tocantins e exploraram áreas relativamente próximas. Cf. Azevedo (1999).

<sup>20</sup> Giraldin (2002) aponta que nas primeiras décadas do século XVIII, Pontal e foi o mais longínquo povoamento não indígena no território goiano, e que somente no final desse mesmo século, em área próxima foi criado o destacamento de Porto Real, às margens do rio Tocantins. No seu artigo “Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerentes nos séculos XVIII e XIX”, o autor discute a extinção de Pontal, por suposto despovoamento devido aos ataques indígenas e a migração para Porto Real, o qual tornou-se Porto Imperial e mais tarde Porto Nacional.



Conforme os estudos de Santos (1996), os dominicanos se esforçaram para aprofundar os mistérios da fé nas missões catequese, mas também assumiram trabalhos de evangelização ao tomarem a responsabilidade da vida religiosa de cristãos em lugares longínquos, mesmo com um número escasso de religiosos. Assim, desenvolveram paralelamente, um diferenciado trabalho, as desobrigas<sup>21</sup>, voltado exclusivamente para execução dos sacramentos, nas áreas que alcançaram com certa segurança.

Durante o período da seca (Páscoa até setembro) os missionários saíam dos conventos, no lombo de burros, em direção aos lugarejos. E chegando reuniam a população de toda redondeza para cumprir as *obrigações* religiosas: a comunhão e a confissão anual, crisma, casamentos, regularização das uniões *de fato*. Quando necessário, levava também a Unção dos Enfermos. A passagem do sacerdote era muito esperada pelo povo, pois a passagem do missionário era uma oportunidade de ficar em paz com as obrigações religiosas, visto que, em muitos casos, teriam outra oportunidade somente vários anos depois. Normalmente a diocese era dividida por zonas, e de quatro em quatro anos o pregador percorria cidade por cidade, aldeia por aldeia (SANTOS, 1996, p. 99).

Nesse sentido, as passagens sobre o cotidiano da missão religiosa dos dominicanos, que também se envolveram as demais comunidades da diocese, contribuíram para quebrar muitos dos mitos atribuídos sobre a habitual vida naquele sertão. O isolamento, característica tão comum em relatos sobre tal realidade, pôde num primeiro momento apenas relevar uma característica física quanto a dificuldade de contatos. Porém, Leonardi (2006) discute que esse afastamento característico de pequenas comunidades ou até de famílias, não gerou em determinados casos apenas a hostilidade, mas que também oportunizou em muitas situações, com ainda mais veemência, a hospitalidade e as relações de confiança e amizade.

Em outubro de 1896, dois missionários dominicanos, baseados no seminário de Minas Gerais, os freis Gil Villanova e Ângelo Dargainaratz, iniciaram um longo percurso, partiram do porto fluvial de Leopoldina<sup>22</sup>, na busca de índios para evangelizar. Seguiram o rio Araguaia, passaram a Ilha do Bananal, e no final desse mesmo ano encontraram uma aldeia de camponeses, com cerca de 30 cabanas e uma rústica capela (AUDRIN, 1946; SANTOS, 1996).

---

<sup>21</sup> A desobriga era o nome da missão dos padres, quando partiam para áreas bem distantes, para proporcionarem aos sertanejos, caboclos e ribeirinhos, por exemplo, a oportunidade de cumprirem com suas obrigações religiosas como cristãos católicos. Geralmente são nos relatores dessas grandes marchas, que surgem os comentários mais acentuados dos religiosos, sobre um dos grandes temores do sertanejo que vivia de forma muito isolada e distante, a fome.

<sup>22</sup> Porto de Leopoldina, atualmente região da cidade de Aruanã-GO.

Em fins de Janeiro de 1888 frei Gil, frei Estevão Gallais e mais um guia encarregado das montarias e dos animais de carga, puseram-se a caminho de Rio Bonito, iniciando assim a longa marcha dos dominicanos pelo sertão brasileiro em busca de índios para evangelizar. Foi o primeiro passo de uma caminhada que, oito anos mais tarde, desembocaria em Conceição do Araguaia com a fundação, em 1896, do **Centro Catequético indígena**, no estado do Pará, à margem esquerda do Araguaia. Em torno desse centro, nasceria um ano depois, em 1897, a cidade de Conceição do Araguaia (SANTOS, 1996, p. 101).

O contato inicial com os sertanejos foi oportuno, pois eles já haviam iniciado uma convivência relativamente pacífica com os índios da região. Inclusive foram esses sertanejos que conduziram os religiosos até a população indígena que estava estabelecida numa aldeia a cerca de dois ou três dias de marcha do povoado de Barreira de Santana. O primeiro contato foi satisfatório, pois chefes indígenas agraciados com presentes prometeram alguns de seus meninos para o novo colégio a fundar-se um dia (AUDRIN, 1946).

Passada a euforia do primeiro contato e determinados a fundar a catequese, os religiosos se ocuparam em ter a aprovação de seus superiores na França, pois a priori, eles tinham como limite todo o território da Diocese de Goiás, porém encontraram índios passíveis de catequização apenas na margem paraense.

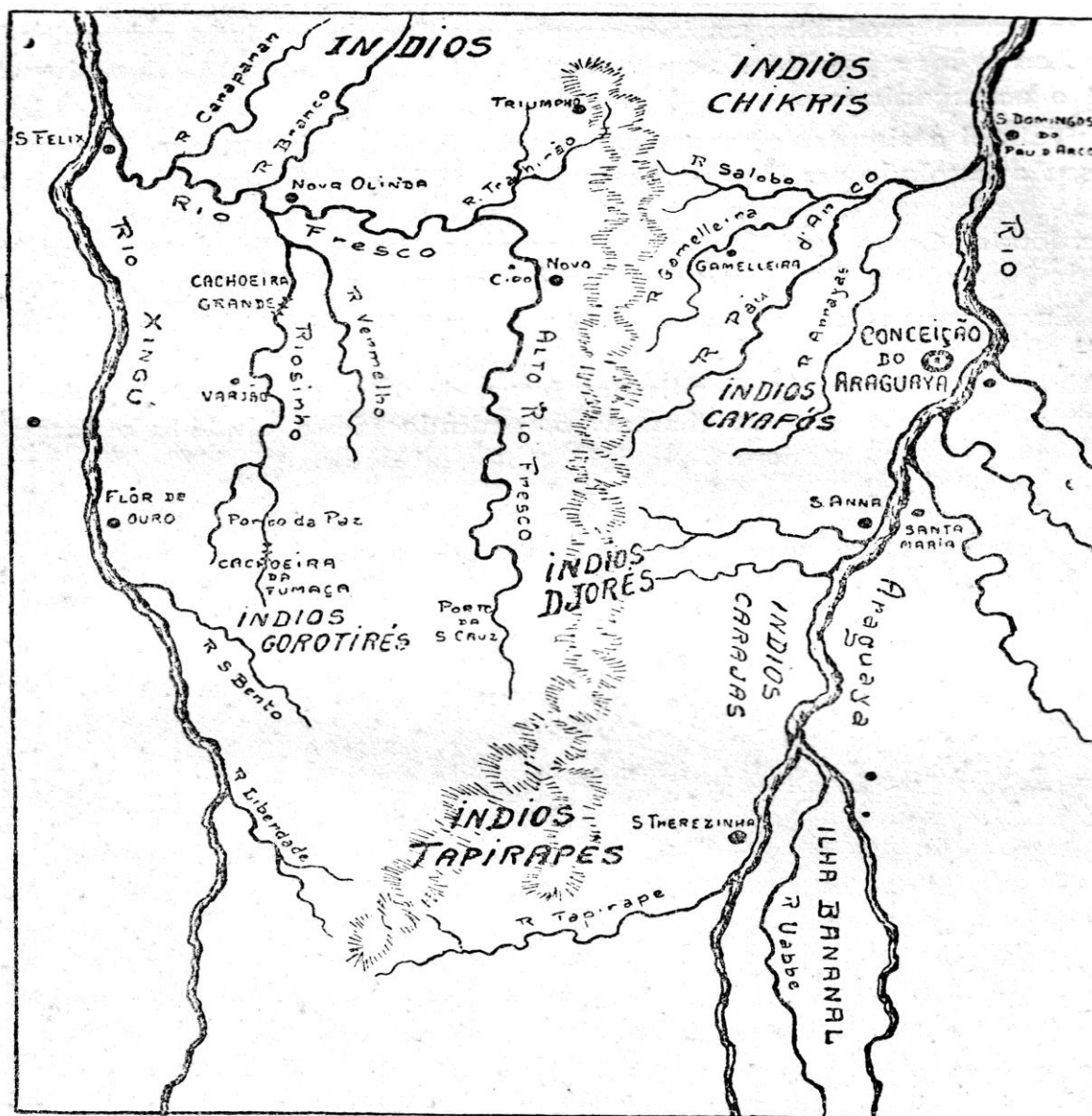
A partir da autorização dos superiores, mais ainda com a necessidade de comunicar o bispo responsável pelo território paraense, agilizaram as primeiras tarefas e as modestas construções. A missão religiosa, no estado do Pará, transformou-se no mais distante e também no mais perigoso posto dos dominicanos no Brasil, por toda a complexidade do meio natural e precariedade das vias de acessos, bem como das instalações (TAPIE, 1926). Mesmo com algumas baixas de religiosos por mortes acidentais ou por doenças tropicais, persistiram com a missão.

O processo de instalação foi um pouco conflituoso no novo território e apresentou certos percalços. O primeiro foi a disputa da atenção dos índios pela frente pecuarista, pois alguns produtores na ânsia de rapidamente ampliar o rebanho tentaram atrair homens indígenas para o trabalho forçado, geralmente oferecendo pequenos utensílios, mas principalmente cachaça.

Outro dilema para a missão foi o comportamento desse mesmo grupo de índios quando estiveram “convencidos” de buscar a “salvação” de suas almas por meio da catequese. Audrin (1946) mostrou o quanto os índios tentaram ganhar não apenas objetos e utensílios dos missionários, mas também passaram a exigir boas recepções, principalmente com carne bovina fresca, farinha e rapadura quando permaneciam no núcleo de Conceição para receber ensinamentos ou entregar as crianças aos cuidados dos religiosos. Os índios kayapós estabeleceram a condição, ou melhor, a motivação, para dedicarem parte do seu

tempo para a catequese: a comida farta.

Os religiosos tentaram inclusive a aproximação com outras tribos indígenas vizinhas, porém o foco oficial da catequese na margem do Araguaia paraense foi a tribo Kayapó.



**Territórios de Conceição do Araguaia**

Figura 1 – Mapa de Conceição do Araguaia e os povos indígenas vizinhos.

Fonte: Audrin (1946, p. 70).

Os índios Irá-Amraire Kayapó já estavam habituados com alguns “homens brancos”, pois mantiveram contatos com missões de exploração geográfica realizadas na região, principalmente pelo General Couto Magalhães (BORGES, 2011). O aprendizado da língua portuguesa ocorreu quando alguns índios frequentaram um colégio, fundado em 1859, por freis capuchinhos, na região de Santa Maria Nova, na margem goiana. Naquele momento o

objetivo era de apaziguar os ataques dos indígenas, num período que tentaram revigorar a navegação entre Pará<sup>23</sup> e Goiás (GIRALDIN, 2002).

Os primeiros registros oficiais sobre o cotidiano da vila pastoril de Santana da Barreira, no território de Conceição do Araguaia, datam de 1896. Foram realizados pelo explorador francês Henrique Coudreau, então contratado do governo do Estado do Pará, em trabalho de expedição analisando o trajeto do rio Araguaia, a fim de precisamente determinar os limites do Pará.

Para Audrin (1946), Moreira (1960) e Ianni (1978) foi o explorador Henrique Coudreau que, em conversa com seus compatriotas, influenciou os religiosos quanto à escolha geográfica para o estabelecimento físico da obra, indicando-lhes um local mais alto, cerca de 130 km rio abaixo, onde não havia marcas de enchentes. Em seus documentos oficiais sobre as notícias da missão no Araguaia, os missionários relataram a boa qualidade dos campos que escolheram, sendo um local adequado para todas as culturas que iriam realizar, descrevendo inclusive que o ponto central era um suave planalto com vista para o rio (GALLAIS, 1906).

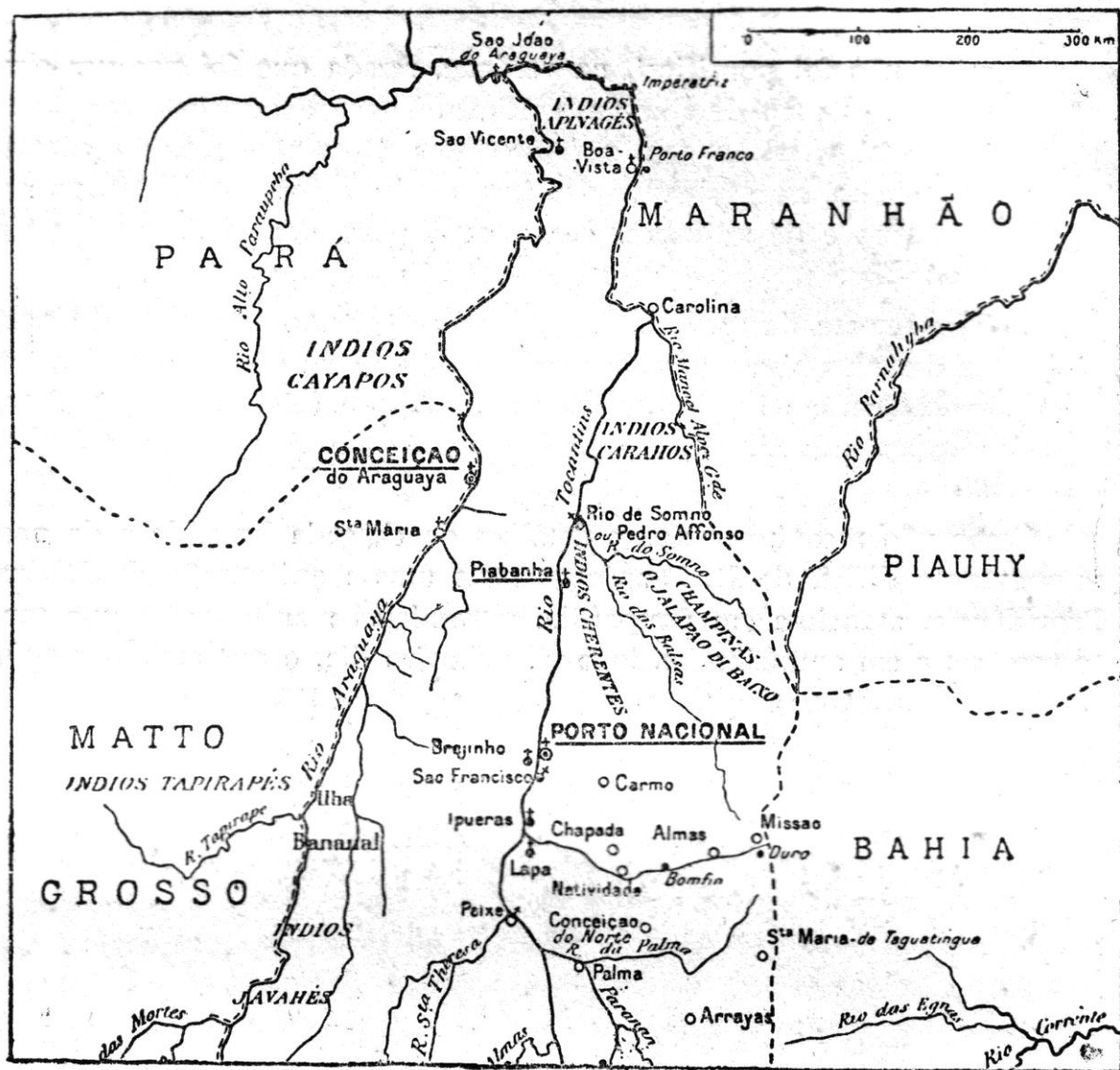
Nesse local foi fundada Conceição do Araguaia, em 14 de abril de 1897, dia em que o frei Gil Vilanova celebrou a primeira missa e batizou o local com o nome em homenagem à Virgem Imaculada. O que seria um simples aldeamento reservado para a catequese indígena tornou-se uma pequena vila; nela existia uma pequena igreja e uma escola primária. Desde os primeiros anos essa nova vila tornou-se referência e ponto de apoio para outras comunidades que utilizaram basicamente a navegação do Araguaia como forma de deslocamento.

Em 14 de abril de 1900, Conceição do Araguaia tornou-se freguesia, subordinada ao município de São João do Araguaia, que pertenceu ao município de Baião<sup>24</sup>, um dos mais antigos povoados paraenses.

---

<sup>23</sup> Por volta de 1850, Gregório (2009) mostra que a grande preocupação dos administradores paraenses foi a manutenção e a fundação de mais colônias de povoamento, para suprir a necessidade de mão de obra que se dedicasse as atividades básicas da província, em especial a agricultura. Mas também definia como estratégia para dinamizar o comércio e a comunicação por via fluvial com outras províncias, especialmente Goiás, a instalação de presídios militares as margens dos grandes rios.

<sup>24</sup> O município de Baião teve sua origem no ano de 1694. Naquela época o então governador geral das capitanias do Maranhão e do Pará, Antonio de Albuquerque Coelho Carvalho, desejando povoar estrategicamente a região, contemplada pelo Rio Tocantins, concedeu uma sesmaria ao português Antonio Baião. E impôs como condições a construção de uma respeitável casa e a formação de uma vila. Assim, na busca pelo melhor local dessas instalações, Antonio Baião procurou um local alto para instalar-se e iniciar a exploração de áreas vizinhas. O primeiro registro desse povoado consta somente de 30 de outubro de 1770, denominado, "Lugar de Baião". O fortalecimento da área ocorreu devido ao pequeno entreposto de comércio com o Alto Tocantins. Somente em meados de maio de 1833 chegou à categoria de vila, com a denominação, "Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins". Voltando a ter seu nome original, Baião<sup>24</sup>, por meio da lei provincial nº. 86, de 30 de abril de 1841. Foi elevada à condição de cidade com a mesma denominação, em 06 de junho de 1895, lei nº. 324. Em 1908, por meio da lei estadual nº. 1069, de 05 de novembro de 1908, desmembrou o distrito de São João do Araguaia, que foi elevado à categoria de município e que acabou por abrigar o território de Conceição do Araguaia. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/baiao.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2012.



O Norte Goiano

Figura 2 – Mapa do norte goiano à época da fundação do povoado de Conceição do Araguaia.

Fonte: Audrin (1946, p. 196).

A partir desse novo ponto de instalação, nomeado de Conceição do Araguaia, os sertanejos passaram a explorar mais a região e decidiram transferir boa parte do grupo para à margem direita do rio Pau d’Arco, processo importante para a formação de outros pequenos núcleos.

Conceição do Araguaia recebeu do Governo do Estado do Pará o título de distrito da comarca de Baião, no baixo Tocantins, e foi incorporada oficialmente à Diocese de Belém do Grão-Pará. O modesto aglomerado de famílias tornou-se ponto de desembarque para novos grupos que chegaram até a região; esses recém-moradores procuraram os padres, posto que eles demarcaram o local do lote, geralmente em áreas de tamanhos similares, em ruas traçadas paralelas ao rio (AUDRIN, 1946).

Se Conceição possuía a vantagem de ser localizada num ponto magnífico do Araguaia, numa faixa de terreno alto, ao abrigo de qualquer inundação, numa posição incomparável que lhe permitia ser avistada de longe pelos viajantes, tinha também o grave inconveniente de achar-se rodeada e oprimida por florestas virgens, cujos limites só os índios conheciam (AUDRIN, 1946, p. 82).

Nascia esse pequeno núcleo populacional e sua localização permitia que a população indígena permanecesse, até então, como o único grupo a percorrer o território para a coleta, a caça e a pesca. O conhecimento e destreza dos indígenas proporcionou, por algum período, que eles fossem os únicos a percorrerem as áreas de intensa floresta, enquanto os sertanejos ocuparam gradativamente as áreas de campos naturais.

Entretanto, Audrin (1946) afirma que não era interesse dos religiosos franceses que os índios se afastassem. Assim, um dos projetos iniciais dos missionários, consistia em construir uma grande casa, uma “*quicré*”, como os índios jamais tinham visto, bem próxima ao povoado de Conceição do Araguaia, na qual reuniriam as crianças da tribo para ensinar e catequizar.

Logo após as primeiras instalações os padres já se preocuparam com o futuro da missão, então alguns deles, em especial o frei Gil Villanova, que vislumbrou possibilidades de realizar uma grande plantação de árvores de exploração de borracha em Conceição do Araguaia. O cultivo seria conduzido pelos índios e mesmo com a aquisição de sementes o projeto não prosperou (SANTOS 1996). Foi então, a primeira tentativa para tentar manter o sustento da própria missão, uma vez que os recursos próprios foram bem restritos e não houve uma forte arrecadação para tal feito, justamente por se tratar de uma área nova, distante e com pouquíssimos habitantes, logo de nenhum interesse para políticos e demais grandes nomes do cenário paraense da capital.

Em 1901, com a chegada de um novo membro em Conceição do Araguaia, Frei Domingos Carrérot, houve uma nova tentativa de fortalecimento da missão. Esse religioso desenvolveu desde Porto Nacional a tentativa de manutenção de um estabelecimento rural para prover alimentos. A área destinada na região de Porto Nacional foi relativamente pequena, mesmo assim, começou a criação de gado e também de muares, indispensáveis para a missão. Iniciou suas experiências como pecuarista e foi instruído nas tarefas rurais por um sertanejo com experiência na atividade pastoril.

No novo território, tal como aponta Audrin (1946), teve a oportunidade de escolher um local apropriado e com as características essenciais, principalmente para a produção de bovinos, sua grande paixão. Conforme a obra de Tapie (1926), parte do olhar de admiração sobre a pecuária nacional iniciou-se em Minas Gerais, na região de Uberaba, posto até então, melhor centralizado da missão dominicana em território brasileiro e desde a época importante pólo dessa atividade.

A descoberta de uma área propícia para a criação de gado, pelos sertanejos e pelo frei Domingos, não foi aleatória, as características físicas do local anunciaram uma próspera criação de bovinos. Frei Domingos já havia incorporado certa experiência na produção pecuária em Porto Nacional e acreditava que os campos próximos a Conceição do Araguaia poderiam ser o grande diferencial da região. “Não seriam estes campos propícios à criação de gado e animais; à formação de sítios e fazendas, que trariam um dia fartos recursos aos moradores de Conceição, até então obrigados a sustentar-se unicamente de caça e pesca? (...)” (AUDRIN, 1946, p. 83). Nessas circunstâncias, demarcou o local previamente escolhido, fundou a Fazenda Santa Rosa, propriedade<sup>25</sup> da missão dominicana.

As imensas áreas de campos eram mais adequadas à pecuária do que os terrenos próximos aos povoados de Santana da Barreira e Conceição do Araguaia, principalmente porque não sofriam com as inundações perenes do grande rio, e os rebanhos eram recompensados com águas calmas de seus afluentes, na proporção adequada nas quatro estações do ano.

[...] atrás duma primeira mata que começava a um quilômetro apenas do povoado, e estendia-se depois numa largura de dez a doze léguas, existia uma zona de campos abertos, prolongamento dos campos do Anajás, descobertos pelos moradores de Barreira de Santana. Era o domínio absoluto dos kayapós amigos. Essas campinas entrecortadas de “capões” e riachos, serviam de orla à infinda mata virgem que vai até o Xingu e o Tapajós (AUDRIN, 1946, p. 82).

As primeiras visitas do religioso na nova parte do território foram realizadas junto de sertanejos experientes e de índios, pois em grande parte dessa imensa região mesclavam-se bosques, florestas e campos. Essa maior descrição sobre a vegetação e geografia local, contemplando as áreas de transição entre o Cerrado e a Amazônia, no sul do Pará, surgem com muita ênfase nas palavras de Audrin.

[...] abriam-se campinas verdejantes, cobertas de variados “capins”. Manadas de veados pastavam por aí sem medo; grupos de emas e seriemas disparavam em vertiginosa carreira. Além das estradinhas dos índios, via-se um sem número de trilhos fundos, feitos pelo pisar de antas e outros bichos selvagens, em direção aos “barreiros” ricos de salitre: ótima vantagem para os futuros rebanhos de gado, num país onde o sal obtem-se a muito custo de tempo e dinheiro (AUDRIN, 1946, p. 83).

---

<sup>25</sup> Puntoni (2002, p. 35) aponta que algumas ordens religiosas também foram proprietárias de fazendas no nordeste brasileiro, a exemplo na jurisdição de Pernambuco do Convento do Carmo da Reforma, no Recife. Oliveira (2009, p. 3-4) aponta que a Ordem Jesuítica do Piauí, tornou-se herdeira de aproximadamente 30 fazendas de gado, deixadas em testamento por um grande sesmeiro daquela Capitania, Domingos Afonso Mafrense.

Entretanto, Frei Domingos<sup>26</sup> não deixou que apenas algumas cabeças de bovinos ficassem livres pela ampla pastagem, passou a realizar pequenas mudanças na qualidade do rebanho e esforçou para manter o sustento da missão com carne, leite e vegetais produzidos nessa fazenda.

Começou então a organizar, com gosto e perícia, a nova propriedade, levantando o rancho e o curral. Os primeiros elementos equinos e bovinos foram trazidos do sertão goiano, sobretudo de Porto (*Porto Nacional*), uns comprados, outros oferecidos por amigos. Mais tarde frei Domingos deveria chegar ou mandar até Descoberto, à procura de espécimes do famoso gado “curraleiro” e “caracu”. Soltos nas campinas virgens da fazendinha de Santa Rosa, haviam de aperfeiçoar-se, multiplicar-se e tornar-se o principal recurso alimentário e pecuniário da Missão (AUDRIN, 1946, p. 83).

A exemplo da Fazenda Santa Rosa, outros estabelecimentos rurais também se tornaram mais atentos quanto a potencialidades daquelas terras e a possibilidade da ampliação dos rebanhos em quantidade e qualidade. A atividade pecuária tentou encontrar estratégias para se desenvolver, enquanto o núcleo de Conceição cresceu.

Sem perder de vista o objetivo primeiro, os frades resolveram enfrentar e assumir o trabalho apostólico que a nova realidade exigia. O número foi crescendo diariamente. Era preciso também organizar bem a cidade que estava nascendo dotando-a de um mínimo de infra-estrutura necessária. Frei Ângelo elaborou um plano arquitetônico para a cidade: organizou o traçado das ruas e as disposições das praças. Os missionários conseguiram a criação de uma escola primária, uma sub delegacia, um juiz de paz para regularizar os casamentos perante a lei (SANTOS, 1996, p. 114).

Ao mesmo tempo em que a organização e praticamente a normatização da conduta social afastaram os sertanejos pecuaristas do povoado, demais famílias tentaram chegar a Conceição do Araguaia, justamente pelo controle<sup>27</sup> dos religiosos, uma mescla de conforto religioso, esperança e o afastamento de conflitos violentos.

Em 1904, Conceição do Araguaia já se encontrava com cerca de três mil habitantes, e nessa mesma época, conforme apresenta Claire Pic (2009), os índios já haviam transferido uma das aldeias para menos de três quilômetros do núcleo; tal fato, por consequência, contribuiu em mudanças na cultura Kayapó, influenciadas não apenas pelo projeto de evangelização, mas também pelo novo vestuário e aprendizado da língua portuguesa.

---

<sup>26</sup> “Aos 20 de dezembro de 1915 o Papa Bento XV, pela bula *Appostollatus officium*, criou a Diocese de Porto Nacional, separando-a da diocese de Goiás. Em junho de 1921, toma posse o primeiro bispo da diocese, o dominicano frei Domingos Carrérot que comandou a diocese até 1933 quando veio a falecer aos 14 de dezembro” (SANTOS, 1996, p. 95).

<sup>27</sup> “Era um autêntica “Cidade de Deus” em pleno sertão brasileiro. Os padres eram as autoridades religiosas, morais e civis” (SANTOS, 1996, p. 115).



A missão desenvolveu-se fisicamente ampliando suas construções e espiritualmente, elevando o número de participantes em seus rituais. Porém, a igreja tanto agregou os cristãos mais devotos como afastou os sertanejos mais rudes, principalmente aqueles que não eram habituados a fazer reverências às figuras eclesiásticas, muito menos favoráveis às normas estipuladas pelos religiosos, em especial à abstenção de bebidas alcoólicas e festas com danças (MOREIRA NETO, 1960).

Todo o controle que os dominicanos conseguiram exercer diminuiu drasticamente por volta de 1904/1905, quando se descobriu nas matas próximas a Conceição do Araguaia uma rica área para extração da borracha (AUDRIN, 1946; IANNI, 1978; SANTOS, 1996). A partir daí se desenfreou uma intensa corrida para a região, tornando-se um dos vários pólos extrativos da borracha na Amazônia.

Constantemente chegavam os extratores que, com suas tropas atravessavam o rio, paravam alguns dias em Conceição e daí se embrenhavam nas matas em busca do precioso caucho. Abriam-se, ao longo das ruas, casas de negócios. Na espaçosa praça da Matriz fazia gosto ver-se o movimento das tropas, conduzindo pranchas de caucho e levando para os núcleos víveres, medicamentos e mercadorias. Na fachada das casas comerciais, vistosos letreiros indicavam a firma que geria o estabelecimento. O pequeno “povoado dos padres” cresce extraordinariamente em pouco tempo. Os novos aventureiros traziam consigo, logicamente, novos costumes. (...) Conceição do caucho agora era outra: O dinheiro antes escasso, agora corria à vontade; as lojas estavam repletas de objetos de luxo e bebidas; bailes, orgias, prostituição e constantes tiroteios (SANTOS, 1996, p. 115-116).

Diante da nova realidade, os dominicanos tiveram um novo desafio em evangelizar os novos pioneiros, que estiveram concentrados nos lucros da atividade da goma elástica e tão logo os religiosos não conseguiram desempenhar o nível de controle que exerciam sobre grande parte dos moradores.

Em contra partida o fluxo de mais pessoas na região já contribuiu para que a atividade pecuária saísse do estrangulamento comercial. Os sertanejos passaram a comercializar mais carne e couro, bem como administrar a venda de animais vivos ou de charque para as tropas que seguiam rumo ao imenso pólo de extração da borracha no rio Xingu.

O perfil itinerante na extração do caucho<sup>28</sup> também dinamizou a movimentação de pessoas naquele território, bem como a fixação esporádica para uma pequena extração de borracha, além, é claro, dos pequenos pecuaristas que se afastaram cada vez mais, procurando terras não ocupadas. Veiga *et al.* (2004) aponta que a presença de muitas mangueiras, com idades variadas, entre sessenta e cem anos de idade no sul do Pará, são evidências da presença de antigas propriedades espalhadas por toda a região.

---

<sup>28</sup> *Castilla ulei*, árvore nativa da amazônia, da qual também é extraído do latex para fabricação da borracha.

De certa forma, esses produtores estiveram desprevenidos e completamente despreparados para dinamizar todas as oportunidades oferecidas pelo surto da borracha. O ciclo logo caiu em decadência, porém quando retornou na década de 1940, será este o período que marcará o início das grandes transformações territoriais nessa região.

Torna-se importante ressaltar que além das novas dinâmicas territoriais, as quais se aproximaram a própria Igreja em Conceição do Araguaia, aos poucos também foram mudando seu foco, principalmente no trabalho junto aos indígenas. Em linhas gerais, a própria Ordem Dominicana mudou suas diretrizes e planejou, a partir de 1930, a abertura de conventos em grandes centros, estado suscetível a fechar alguns conventos do norte. A Diocese de Conceição do Araguaia foi uma das poucas que permaneceu, justamente por não dividir a área com nenhuma outra ordem religiosa. Entretanto, as novas configurações sociais e econômicas que surgiam na cidade, dispersaram a população sertaneja ainda mais, para o interior do território.

#### 1.4 A CHEGADA DOS SERTANEJOS NO SUL DO ESTADO DO PARÁ

A trajetória natural de expansão de novas terras para o rebanho, unida à necessidade de fuga dos conflitos fomentados por grandes latifundiários<sup>29</sup>, na região goiana de Boa Vista do Tocantins, no final do século XIX, fez com que alguns grupos cruzassem o rio Araguaia e chegassem à margem paraense.

Entre os relatos deixados pelos dominicanos e outros estudos realizados por viajantes e observadores, esses pequenos grupos passaram a se exilar na margem paraense do rio Araguaia, entre os anos de 1892 a 1896. A segunda metade do século XVII foi marcada pela intensificação das disputas pela posse da terra em muitas áreas do território goiano, um fato que foi se intensificando desde 1850, com a Lei de Terras, a qual desencadeou a proliferação de posses irregulares<sup>30</sup>.

Mas a trajetória e os traços culturais desse grande grupo de sertanejos nordestinos pecuaristas, que se dispersaram ocupando áreas interioranas em todo o período colonial, tornaram-se relevantes para mostrar a origem de muitos costumes e práticas sociais, bem como as formas de manejo do gado que persistiram por várias gerações, inclusive quando alcançaram o sul do Pará.

Nos relatos dos religiosos dominicanos, (AUDRIN, 1948) há histórias de que algumas famílias chegaram a reconhecer alguns missionários, os quais em situações críticas

---

<sup>29</sup> Em alguns livros de memórias que abordam a vida política e social do norte goiano, é comum o uso do termo “Coronel” e do termo “coronelismo”, para denominar os homens com grande poder aquisitivo, de terras e com influência política junto a capital de Goiás, os quais foram responsáveis por vários conflitos geralmente por disputas de terras. Como referência teórica sobre abordagens entre o poder local e o poder nacional, cf. Carvalho 1997).

<sup>30</sup> Cf. Silva (1997).

tentaram mesmo sem êxito, apaziguar os conflitos sangrentos ocorridos em Boa Vista, área de atuação da missão de Porto Nacional.

Nessa localidade lutaram dois partidos inimigos, conforme Audrin (1948) os mesmos eram chefiados por dois “coronéis” do norte goiano, o Cel. Perna e o Cel. Leitão<sup>31</sup>. O conflito entre esses dois “coronéis” em Boa vista, representou a disputa política de dois grandes partidos inimigos goianos, um conduzido por Francisco de Bulhões<sup>32</sup> e outro por José Xavier de Almeida<sup>33</sup>, antigo aliado da família Bulhões. Para Ferreira (1997), os primeiros anos da transição entre a Monarquia e a República geraram fortes mudanças na composição do poder em todo o território goiano, principalmente pelas tentativas de acesso ao poder geral de Goiás.

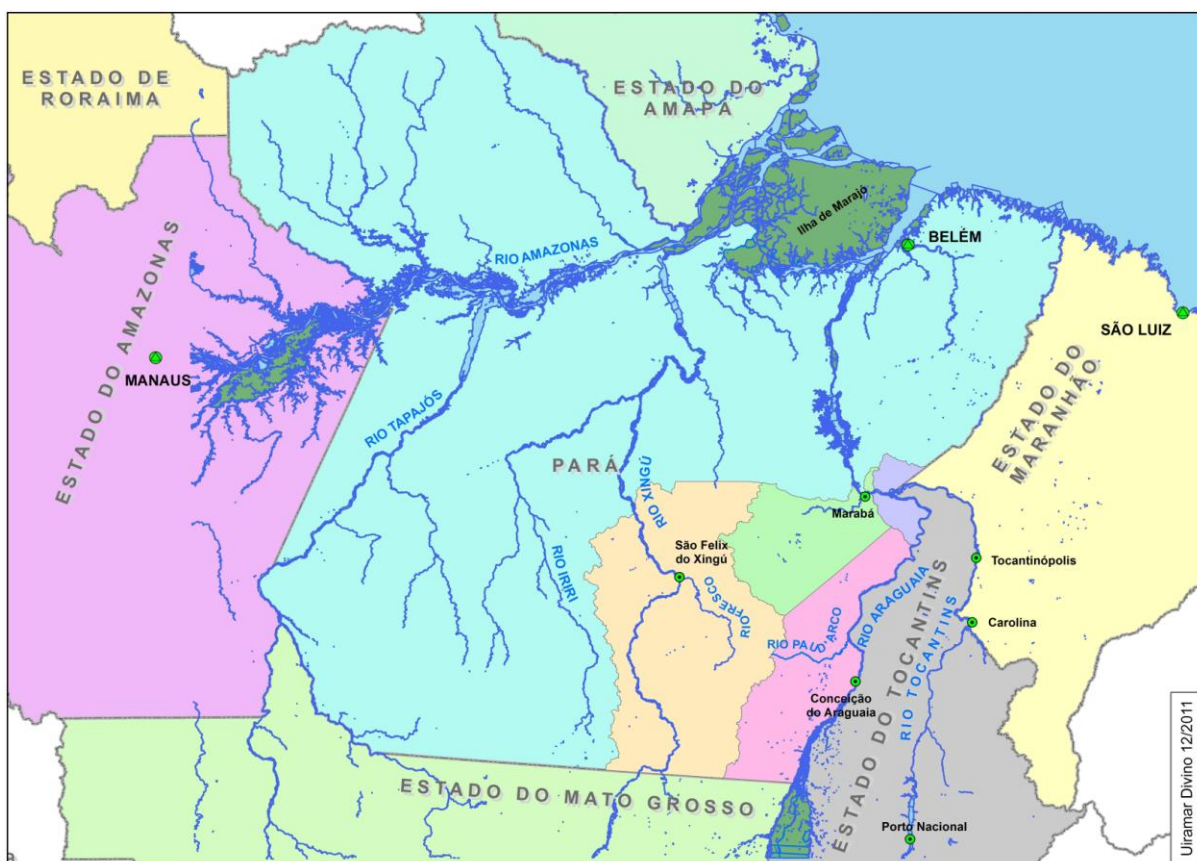


Figura 3 – Mapa do sul do Pará e suas divisas com Mato Grosso e norte de Goiás.

Fonte: DIVINO, Uiramar. Dez/2011 Adecot Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.

<sup>31</sup> O autor não fez nenhuma referencia quanto à origem do título de coronel de nenhum desses grandes fazendeiros.

<sup>32</sup> Foi Ministro da Fazenda e presidente do Banco do Brasil, Senador de 1894 a 1902.

<sup>33</sup> Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, membro do Partido Republicano Federal de Goiás, secretário do Interior e Justiça (1895-1899) e presidente de Goiás (1901-1905).

Mesmo que as mortes violentas, em decorrência das disputas por terra e poder político, assustassem a população sertaneja, a conquista de novas áreas de pastagens naturais foram imprescindíveis para que os sertanejos pudessem manter seus rebanhos. A população sertaneja traçou uma rota de fuga, para enfim se instalar em alguma área ainda livre, deixando para trás o território goiano.

Esse determinado grupo que se arriscou a cruzar o rio Araguaia, com embarcações bem precárias, encontrou uma nova área, onde se mesclaram alguns elementos do sertão, do cerrado, além de uma densa floresta. Velho (1972, p. 27) complementa: “é importante fixar a ideia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais”. Não havia recurso e nem experiência prática para transpor os obstáculos de grandes matas fechadas que foram encontradas nessas áreas de transição de vegetações.

Assim, a chegada à margem paraense do rio Araguaia, ocorreu de forma tímida e com mínimas intervenções pelo vastíssimo território, Moreira Neto (1960) estima que as primeiras famílias que chegaram ao Pará, cruzando o rio Araguaia e fixaram-se na margem de algum de seus afluentes, como os rios Inajá e Arraias. A formação do primeiro núcleo populacional, nomeado de Santana da Barreira, ocorreu por volta de 1882<sup>34</sup>. Essas famílias deixaram para trás as relações comerciais mais constantes, as redes terrestres de melhor acesso e os núcleos urbanos em crescimento em Goiás.

Moreira Neto (1960, p. 06), ao estudar a caracterização das frentes expansionistas pastoris que penetraram em territórios tribais Kayapós, resume: “não havia o arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro”. Circunstancialmente, sobraram-lhes as terras que não eram adequadas para a promissora agricultura ou de interesse dos grandes fazendeiros; fortalecendo caráter itinerante e elementar do movimento pastoril.

A marginalização dessas áreas de grandes pastagens naturais relacionou-se diretamente com a ausência do poder público ou do poder privado<sup>35</sup>. Nas fases de declínio da atividade pastoril, essas áreas diminuiriam ainda mais as possibilidades de comercialização e se isolaram temporariamente, fortificaram então as relações de troca, tornando-se ainda mais autossuficientes quanto às necessidades primárias (SODRÉ, 1962).

No recomeço, em território paraense, o grupo passou dificuldades similares àquelas passadas por seus ancestrais na marcha inicial, pelos longos sertões do nordeste. Dentro das poucas possibilidades de crescimento do território sul paraense praticamente os sertanejos voltaram a uma economia de subsistência bem básica, com raras transações comerciais.

---

<sup>34</sup> Turner (2002, p. 315) aponta que Frei Gil de Villanova, fez sua primeira viagem a região do Rio Pau d'Arco em 1891, fazendo o primeiro contato com os índios do grupo Kayapó, os Pau d'Arco-Irã'a mrayre.

<sup>35</sup> Cf. Faoro (2001).

A onda pastoril que se expandia na margem paraense do rio Araguaia foi parte de um movimento migratório com grupos de nordestinos e goianos, outros pioneiros seguindo e criando outras rotas chegaram às margens do rio Itacaiunas, onde somaram também as populações indígenas e ribeirinhas na constituição do Burgo Agrícola do Itacaiunas<sup>36</sup>.

Esse burgo agrícola, à margem do rio Itacaiunas, originou a cidade de Marabá, 450 km distante de Conceição do Araguaia. O burgo teve inicialmente trajetórias similares na pecuária, mas logo se diferenciou quando se tornou um grande pólo de extração da castanha. Porém, praticamente toda a cadeia, da exploração à comercialização, foi exercida por tradicionais famílias locais.

Assim, a necessidade de cessão para a exploração da castanha, por meio de contratos emitidos pelo poder estadual, dinamizou a proximidade de empreendedores locais da castanha, como os políticos em Belém, resultando inclusive num diferenciado modelo de ocupação territorial (PENÁRROCHA, 1998).

Dessa forma, a acessibilidade para percorrer as grandes distâncias entre Conceição do Araguaia, Marabá, Belém e Porto Nacional<sup>37</sup> foram superadas de forma lenta e gradativa, seja pela dinamização do transporte aquático em alguns períodos, seja pelo melhoramento contínuo das rotas terrestres. A vanguarda da frente pastoril, que se instalou primeiramente às margens do Araguaia e afluentes, aproximou-se da população indígena local para aproveitar-se de seus trilhos, caminhos bem rústicos traçados em meio à floresta.

---

<sup>36</sup> O burgo agrícola do Itacaiunas recebeu forte presença adeptos de Carlos Gomes de Leitão, após a derrota que esse sofreu nos conflitos em Boa Vista do Tocantins (EMMI, 1999).

<sup>37</sup> “A cidade de Porto Nacional, no final do século XIX era uma cidadezinha com suas casas no alto de um penhasco, ao abrigo das grandes cheias do rio Tocantins. Situada a quase mil quilômetros ao norte de Goiás, sendo à margem direita do Tocantins, estava completamente separada dos grandes núcleos de população. Na região viviam centenas de caboclos e indígenas abrigados nas selvas ou sob ranchos toscos de sapé e barro” (SANTOS, 1996, p. 93).



Figura 4 – Mapa do Brasil, com cidades e capitais de maior influência para os primeiros grupos que ocuparam a região de Conceição do Araguaia.

Fonte: DIVINO, Uiramaram. Dez/2011 Adecot Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.

Para Moreira Neto (1960), a pecuária no Araguaia paraense permaneceu por um período de marginalização e chegou a se definir significativamente devido à ausência de vinculações econômicas intensas e estruturadas. Apesar disso é a permanência nesse novo território que lhes proporcionou as melhores e mais vantajosas oportunidades para a dinamização, fortalecimento e pioneirismo da pecuária nessa região.

Muitos produtores ampliaram significativamente o seu poder econômico, em momentos cruciais da trajetória da economia paraense, os dois ciclos de exploração da borracha, mantendo praticamente o mesmo modo de criação desenvolvido no nordeste brasileiro.

Todavia, as maiores divergências entre esses produtores sertanejos de origem nordestina começaram a surgir em território paraense e essas eram relacionadas ao manejo da atividade pecuária, principalmente a partir da década de 1940. Alguns produtores que mantiveram contato e viajaram para outras regiões, como Ilha de Marajó no Pará e Carolina-MA, onde a pecuária já empregava outros procedimentos, tentaram reproduzir algumas técnicas, inclusive com tentativas de implementação de pastagens artificiais. Porém

esbarraram num grande dilema: delimitação de propriedade com a instalação de cercas, contexto que será abordado no próximo capítulo.

## 2 O USO E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ENTRE 1910 A 1950

A ocupação do sul do Pará pelos sertanejos de origem nordestina, previamente estabelecidos no norte de Goiás, deu-se por dois fatores interligados, a saber: a pouca disponibilidade de terras férteis livres, e os intensos conflitos entre grandes fazendeiros em território goiano. Ao buscarem novas áreas de pastagens naturais, aqueles sertanejos seguiram em direção à margem paraense do rio Araguaia, onde se depararam com diferentes desafios: clima, vegetação, além da estreita proximidade com os missionários dominicanos e indígenas.

Gradativamente, partes das áreas ocupadas pelos indígenas foram convertidas em pastagens e as áreas já destinadas à agricultura indígena, geralmente em áreas de matas ciliares, foram bruscamente ampliadas para também alimentar o novo grupo.

A pecuária acompanhava uma tímida lavoura de subsistência, praticada nas vazantes ou nas matas ciliares que bordejavam os cursos d'água permanente. Esta fornecia ao sertanejo um mínimo de produtos agrícolas indispensáveis à sua manutenção e a dos materiais de transporte: mandioca, milho, feijão, cana. Eram diminutas em extensão; as roças individuais dificilmente ultrapassariam a área de um hectare, em que geralmente só se plantava uma vez (MOREIRA NETO, p. 07).

Tal aproximação não deixou que alguns indígenas escapassem em algumas situações de aliciamento para o trabalho pastoril, entretanto, rapidamente foram atraídos para se dedicarem às obras dos missionários dominicanos (MOREIRA NETO, 1960).

Assim, um dos motivos para a fixação com êxito da onda pastoril foi a aproximação de certa forma “pacífica”, pois algumas tribos já haviam estabelecido contatos com o “homem branco”, principalmente com viajantes e exploradores do rio Araguaia. Muitos índios dessa região, já haviam sido o foco de ações políticas da Colônia, em processos de pacificação, principalmente quando houve o interesse de aproximar economicamente as capitânicas de Goiás e de Belém, através da retomada da navegação nos rios Araguaia e Tocantins (DOLES, 1973 *apud* GIRALDIM, 2002).

Estas famílias, em sua maioria de tradição nordestina, trouxeram para a Amazônia brasileira toda a experiência da cultura sertaneja pastoril, sendo que parte de seus costumes e tradições com relação à alimentação, religião e principalmente ao trabalho foram moldadas e readaptadas. Porém foram quase que inflexíveis quanto ao isolamento social do grupo e tinham total aversão às normas jurídicas e ao poder político, o qual se desenvolvia em todo o território nacional.



Ao penetrarem no sul do estado do Pará ficaram bem mais distantes dos grandes núcleos populacionais e inclusive afastaram-se das rotas comerciais que melhor possibilitaram o comércio do gado para regiões vizinhas. Discutiremos então nesse capítulo que própria insistência do grupo quanto ao desenvolvimento da atividade pastoril e a própria inviabilidade de comercialização contínuo nos primeiros anos nessa região foram circunstâncias favoráveis ao processo de desenvolvimento do rebanho. Contudo entre a década de 1910 e 1950 respingou também nessa região a influência ações políticas e econômicas que atingiram toda a região norte.

## 2.1 A ATIVIDADE PASTORIL E O INÍCIO DO EXTRATIVISMO DA GMA ELÁSTICA NO SUL DO PARÁ

A frente pastoril tinha seus caminhos travados pelos dois rios, o Araguaia e o Xingu, e o novo ciclo econômico que surgiu, com a movimentação de muitas tropas de seringueiros, foi uma válvula de escape, pois dinamizou o comércio regional da carne.

O gado bravo, criado às soltas segundo as tradicionais técnicas pecuárias nordestinas, impossibilitava a travessia dos rebanhos nas frágeis embarcações em uso na época. Para os compradores de gado que vão do Piauí ao Maranhão, o gado que está na margem oposta do Tocantins quase não convém, pois as reses que atravessam o rio ficam estropiadas e com muito custo endireitam. Se não descansarem numa boa invernada não “botam” até as feiras. Além disso, na travessia do rio muitas delas morrem, e é preciso também, pagar homens que são especializados nesse serviço (MOREIRA NETO, 1960, p. 14).

No entanto, o sertanejo que se estabeleceu no sul do Pará, manteve sua economia ora voltada para economia praticamente de subsistência, ora para as possíveis relações de comércio. O grupo, em um primeiro momento, foi se articulando para buscar pequenas rotas comerciais, principalmente aquelas que os ligassem aos locais de comércio do Maranhão. Tais tentativas, mesmo que frustradas, contribuíram para a contínua dedicação, melhoria e ampliação do rebanho.

Assim, a dinâmica de contínua dedicação à atividade pastoril, proporcionou o fortalecimento da atividade com a dinamização do comércio de carne, nos dois ciclos de desenvolvimento da borracha em território paraense. De certa forma, o grande surto de exploração da borracha, de 1870 a 1910, atingiu o sul do Pará praticamente no mesmo momento da instalação dos sertanejos. Sendo assim, foi muito curto o espaço de tempo das primeiras e rentáveis comercializações.

Outro ponto que influenciou o enraizamento do grupo pastoril no sul do Pará foi a própria geografia de onde se fixaram, pois era impossível o aproveitamento das áreas de florestas mais densas, o que tornou ainda mais disputadas as áreas de campo, especialmente aquelas que tinham oferta satisfatória de água em todas as épocas do ano.

Em 27 de fevereiro de 1901, Conceição do Araguaia foi elevada à categoria de Freguesia. Segundo, (IANNI, 1978), o motivo dessa rápida ascensão foi o intenso crescimento populacional, fruto da expansão da atividade econômica que alcançava também essa região paraense, a exploração da goma elástica.

Esse mesmo autor considera que o rápido e intenso desenvolvimento do ciclo da borracha, marcou um novo momento da história social do município de Conceição do Araguaia. Destacou a intensificação das relações econômicas, a disponibilização no comércio de artigos de uso pessoal e de trabalho, até então, vistos apenas em centros maiores, além da intensificação das trocas comerciais e sociais com Belém.

Também apontou uma das mais impactantes alterações frente ao destino daquela localidade, um poder político e administrativo independente do poder espiritual dos dominicanos. “A mercantilização das relações econômicas, devido ao surto extrativista do caucho e da seringa, gerou situações, interesses e relações novas, inesperadas para os dominicanos” (IANNI, 1978 p. 28). A partir desse momento, os religiosos perderam o “controle” que exerciam nas ações políticas, sociais e morais dessa localidade.

Em 1904, confirmou-se uma zona maior e realmente riquíssima de exploração da goma elástica nas matas vizinhas, esse local de grande concentração de extrativistas localizava-se nas florestas entre o Rio Araguaia e o Rio Xingu.

Não somente a cidade crescerá, mas os arredores continuavam a povoar-se com extraordinária rapidez. Os campos das Arraias viam-se multiplicar-se os sítios e fazendas. As matas do caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada “cabeceira”, em cada “campestre” fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do trânsito ininterrupto de comboios de seringueiros. Era a verdadeira “marcha para o oeste”, cujo resultado foi o encontro dos araguaianos com os caucheiros do Xingu, nas florestas amazônicas. (AUDRIN, 1946, p. 95).

Em 1908, o núcleo de Conceição do Araguaia foi elevado à categoria de vila e em 1910 a município. Para Ianni (1978 p. 32), a criação da Comarca e da Prelazia mostram as intensas relações econômicas, políticas e sociais que ali se configuravam.

Audrin, também narra a formação rápida de muitos núcleos de sertanejos, inclusive as margens do rio Xingu, sendo assim, a Igreja em Conceição de Araguaia, também passou a atender esses povoados, distantes da sede do núcleo. A partir de 1909, quando também foi aberta uma simples estrada, para ligar a região de extração do caucho do Araguaia com a região de exploração na área do Rio Xingu, foi o momento que a Igreja de Conceição,

conseguiu enviar apenas missionário<sup>38</sup> para dedicar-se a essa área distante.

Exatamente naquela época, os religiosos percorreram áreas maiores em comparação as áreas que percorriam na região de Porto Nacional. Assim, esse missionário, teve a árdua missão de continuar ou reavivar os costumes católicos cristãos, em uma região que alguns séculos mais cedo, fez parte de uma obra jesuítica.

O ano de 1911<sup>39</sup> é uma data memorável, no dia 10 de julho deste ano, o Papa Pio X, desmembrava, esta área da jurisdição dos Prelados de Belém, e então denominava que a imensa área entre os Rios Araguaia e Xingu, seriam áreas da missão dos religiosos de Conceição do Araguaia, então denominada de Prelazia Nullius da Santíssima Conceição do Araguaia. “A nova Prelazia ficava limitada: ao Sul, pelo então Bispado de Cuiabá, ao Leste pelo então Bispado de Goiaz; ao Norte, pelo Arcebispado de Belém do Pará; ao Oeste, pela Prelazia de Santarém” (AUDRIN, 1946, p.102).

Os relatos de Audrin (1946) e também de Tapie (1928,) afirmam em que a posição dos superiores na França e principalmente em Roma, causaram muitos comentários principalmente frente aos religiosos brasileiros, principalmente os superiores brasileiros, os quais não foram consultados com antecedência. Com a elevação para Prelazia, em pouco tempo a região ganhou um bispo, figura de pouco conhecimento da maioria da população, inclusive católicos sertanejos locais.

Entretanto, no mesmo momento de ascensão da Igreja, ocorreu a decadência do primeiro ciclo da extração da goma elástica. Mas, Moreira Neto (1960) categoricamente afirmou que a exploração da goma elástica e ainda em menor escala a exploração da castanha, impediram que a frente expansionista pastoril fracassasse em território paraense.

A falência da goma elástica, posterior a 1912, deixou o núcleo urbano de Conceição com um comércio relativamente estável e ocupado por uma população densa. Comerciantes, exploradores de cauchais, intermediários de todos os tipos especularam com a baixa do gado que se seguiu à liquidação dos mercados extrativista regional. Datam desta época os grandes fazendeiros – comerciantes que iniciam estabelecimentos de criação no Pau d’ Arco. Um, desses que, por volta de 1910, se havia estabelecido na “corrutela” da Gameleira como um transportador de caucho com uma tropa de muares que trouxera do Grajaú, no Maranhão, transformou-se mais tarde, em pequeno comerciante e “aviador”. Iniciado o período de decréscimo da atividade extrativista, aplicou grande parte dos lucros na compra do gado desvalorizadíssimo (MOREIRA NETO, 1960, p. 15).

---

<sup>38</sup> Não foi encontrado nas obras dos missionários Audrin, Tapie e Gallais, o nome desse missionário, nem mesmo da restrita documentação da Prelazia de Conceição do Araguaia a época, disponível no arquivo da ordem em Toulouse-França.

<sup>39</sup> 2011 A Igreja Católica, comemora o Centenário da Diocese de Conceição do Araguaia, administrada pelo Bispo francês, Dom Dominique.

A ampliação dos rebanhos e conseqüentemente das transações comerciais à época da exploração da borracha, proporcionou que a população sertaneja conhecesse e usufrísse do luxo, da riqueza e principalmente do rápido poder econômico. Porém, algumas mudanças na dinâmica do comércio mundial da goma elástica mudaram o rumo desse rápido crescimento.

A borracha amazônica, a qual depois de 1910 passou a ser excluída dos mercados internacionais pela concorrência do Oriente (PRADO JÚNIOR, 2004), trouxe grave alteração no quadro econômico paraense; tanto no setor privado, com a falência de muitas casas de comércio; como estatal, diminuindo drasticamente os serviços e a ajuda do poder público.

Logo após a perda do monopólio da borracha para a Ásia, o governo brasileiro manifesta o interesse em manter-se ligado aos mercados consumidores mundiais. Assim, por meio dos decretos nºs. 2.543 A e 9.521, ambos de 1912, na presidência de Hermes da Fonseca, tentou-se promover, bem como ressuscitar as amplas plantações da *Hevea brasiliensis* e das demais espécies de plantas lactíferas. Essas normas legais também permitiam a isenção de impostos dos implementos utilizados para a plantação. Era uma tentativa de ampliar o plantio dessas espécies e buscava também a melhoria na qualidade do látex, via de consequência diminuindo o preço do produto, para assim tentar vencer a concorrência (REIS, 2001 p.150-151). Em síntese, essa primeira intervenção econômica direta do governo brasileiro no complexo amazônico, não foi capaz de interferir no crescimento exponencial do comércio da borracha asiática e logo aquele plano seria abandonado (SILVA, 2012).

De certa forma, podemos refletir que o primeiro ciclo de extração de goma elástica garantiu a fixação da população sertaneja de perfil pastoril nessa área. Além de vislumbrarem outras perspectivas de comercialização mais intensa, tiveram a possibilidade de avançarem ainda mais, desbravando gradativamente novas áreas.

O seringueiro podia explorar a mesma área durante muitos anos sem diminuir a produção, enquanto o caucheiro do sul do Pará precisava avançar sempre para encontrar novas árvores. A diferença de coleta entre o caucho e a seringueira (*Hevea brasiliensis*) explicaria a fraca densidade habitacional do sul do Pará na época da borracha. De fato, em outras regiões da Amazônia, mais ricas em seringueira, como o Estado do Acre, por exemplo, a extração da borracha contribuiu para fixar os migrantes, de modo que um sistema de povoamento particular baseado no extrativismo persiste até hoje (VEIGA *et al.*, 2004, p. 46).

Devido às características da própria espécie vegetal, era uma árdua tarefa manter-se na atividade extrativista. As frentes capacitadas e aparelhadas essa atividade deslocavam-se constantemente, principalmente em direção ao rio Xingu, contribuindo então para a formação de pequenos núcleos em áreas bem distantes da sede de Conceição do Araguaia.

Todavia a maioria não conseguiu manter-se com a crise da borracha. Ficando então, áreas previamente já percorridas, para serem exploradas pela atividade pastoril.

## 2.2 SUL DO PARÁ: O SURTO E A PRIMEIRA FASE DA DECADÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DA BORRACHA

A frente pastoril estabeleceu-se nas áreas entre o rio Araguaia e o início das matas mais fechadas, as quais impediram, de certa forma, o avanço. Situação semelhante repetiu-se com a onda pastoril que se encontrava às margens do rio Itacaiúnas, hoje região de Marabá. “Ficou, portanto, a ocupação pastoril à margem da floresta amazônica e das formas de vida cultural que aí se desenvolveram” (MOREIRA NETO, 1960, p. 68). Sendo assim, ambas as frentes ficaram ainda mais fechadas comercialmente por um determinado período, mas também, puderam de certa forma fechar-se ainda mais para muitas de suas tradições.

Até então, o desafio de conquistar a floresta não era necessário frente à abundância dos campos de pastagens naturais. Os sertanejos, que ocuparam a margem do rio Araguaia e seus afluentes mais próximos, praticamente não avançaram nos primeiros anos de ocupação nas áreas de floresta fechada.

De certa forma num primeiro momento, esses sertanejos pecuaristas, aproveitaram os caminhos já delineados pelos indígenas<sup>40</sup>. Com a abertura de alguns trechos na mata fechada pelos extrativistas, principalmente em regiões bem mais distantes do núcleo, aí então, passaram a circular de maneira mais intensa por todo o território.

Entretanto, após a passagem do primeiro período áureo da goma elástica, os elementos e indivíduos que compunham novamente esse território, retratavam uma mescla de abandono. Ao mesmo tempo em que a população do núcleo central de Conceição reduziu drasticamente, o fluxo de pessoas que transitavam nas casas de comércio e nos pontos de apoio das comunidades rurais praticamente desapareceu.

Conceição terá umas mil almas, afora os criadores de gado dispersos nos campos do exterior. A mesopotâmia paraense entre o Xingu e o Araguaia possui uma topografia que pode ser caracterizada em síntese. Nas margens deste último rio prevalece uma faixa de mata de meia dúzia de léguas, aberta em seguida nos “geraes” ou campinas vastas, que terminam afinal na vegetação exuberante do Xingu. Hoje cessam as penetrações nas florestas, que se repetiam ao tempo do alto preço da borracha, no princípio do século. Os sertanejos, que então afluíam do Ceará, do Maranhão e de outros estados do norte, retrocederam aos lares, desanimados pelo colapso na formidável orgia do ouro, desarvorados pelas febres intermitentes. E os núcleos dos arranchamentos, ou os barracões dos seringueiros

---

<sup>40</sup> Hermano Silva (1936, p. 218), em seu diário de viagem sobre a expedição no rio Araguaia, realizada nos anos iniciais da década de 1930, relata também, sobre as demais tribos indígenas, que até o momento permaneciam “no estado bruto” e os missionários ainda insistiam em cativá-las: “os gorotirés (matas do rio Fresco), os chicrís (florestas do Itaípava) e os purucarús (noroeste do rio Pau d’Arco)”.

despovoaram-se, abandonados nas ínvias distâncias. Os gentios desbordaram novamente das furnas impenetráveis das serras, para onde se refugiavam tangidos pela crueldade dos invasores. Por isso, a gleba enorme tende a voltar ao primitivo despovoamento cristão (...) (SILVA, 1936, p. 218).

Nas décadas seguintes, em Conceição do Araguaia, (IANNI, 1978) apontou um considerável aumento da atividade e da variedade de produtos agrícolas. As leituras de demais obras apontaram que muito provavelmente, esse aumento, esteve relacionado à migração de alguns trabalhadores da atividade extrativista da goma elástica para a agricultura, principalmente aqueles extrativistas que migraram do nordeste brasileiro para a Amazônia, tendo como principal motor desse deslocamento, as fortes secas em seus territórios de origem e não mais voltaram para suas localidades de origem.

Nem mesmo o fornecimento de gêneros alimentícios, principalmente de farinha de mandioca, feijão, carne e alguns víveres para os garimpos, os melhores compradores da região, por usarem como pagamento a moeda corrente, foi suficiente para equilibrar a economia local.

Com o desfacelamento da estrutura extrativista da borracha e a queda da extração do ouro, a atividade pecuária diferentemente da agricultura se manteve mais dinâmica para alguns produtores, contribuindo então fortalecimento da atividade de criação de bovinos.

Porém, desde então alterou um pouco a dinâmica do grupo de pecuaristas sertanejos. O capital acumulado por alguns, não permitiu apenas a compra do gado desvalorizado, mas a manutenção de suas fazendas. Por outro lado, alguns passaram também a dedicar-se ao comércio no núcleo de Conceição do Araguaia, pois muitos comerciantes abandonaram a região, logo após a derrocada econômica. A partir desse momento alguns pecuaristas crescem de modo exponencial frente aos outros.

Um balanço da situação da pecuária posterior a 1915 indicará a centralização dos rebanhos em mãos de alguns grandes fazendeiros, os únicos que, pelo volume de seus interesses na área e a posse de algum capital, puderam sobreviver à derrocada da borracha, permanecendo na região. Apoiavam-se na extensão da pecuária a grandes áreas que foram incorporando a seu patrimônio na região, e na exploração do comércio urbano em Conceição que, também aos poucos, foram se monopolizando (MOREIRA NETO, 1960, p. 15).

O deslocamento daquelas famílias era o resultado de um Brasil em constante crescimento e transformações. Essas pessoas, de forma direta ou não, absorveram parte das tradições dos lugares por onde passaram e ampliaram seus conhecimentos através das grandes experiências proporcionadas pelo pioneirismo. Em suas longas trajetórias foram as necessidades básicas de sobrevivência e as possibilidades de obtenção de novas áreas que impulsionaram o alcance de novos e remotos espaços.

O desbravamento de grupos de pioneiros estendeu-se de maneira similar, e em períodos relativamente próximos, por outras regiões como, por exemplo, Marabá no estado do Pará, mas também em: Imperatriz no Maranhão e Pedro Afonso no antigo norte goiano, regiões que apresentam fortes características do nordeste sertanejo, como da cultura sertaneja e caipira do centro-oeste brasileiro.

A permanência de certos traços é tamanha que, mesmo transformadas as condições sócio-econômicas que lhes deram origem, ainda permanecem eles expressos nos “Regulamentos” e outras agências normativas da vida pastoril, revestidos de outras funções e atendendo a fins diversos. O próprio linguajar permanece. Nos amplos sertões do nordeste e em sua última extensão cultural, os campos do Araguaia, afloram de quando em quando nas conversas, vocábulo em desuso em outras regiões, e que se referem via de regra à fraseologia técnica do traqueio do gado, as práticas agrícolas, à alimentação doméstica. Os sistemas de peso e medidas são mantidos intocados, com toda sua arbitrária variância colonial (MOREIRA NETO, 1960, p. 39).

Ao refletirmos, sobre as análises de alguns autores, sobre o desenvolvimento da pecuária no sul do Pará, em especial o estudo do antropólogo Moreira Neto, percebemos que a manutenção do sistema de pagamento do vaqueiro, por meio da partilha dos novos bezerros.

No que diz respeito à disponibilidade de capacidade empresarial, a expansão criatória não parece haver encontrado obstáculos. Essa atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado (FURTADO, 2004, p. 65).

Essa tradição, mantida desde o início da atividade pastoril, ainda no Brasil Colônia, proporciona muito mais que a ascensão do vaqueiro para fazendeiro, após alguns anos de trabalho. Permitia a contínua expansão territorial da frente pastoril, esses “novos fazendeiros” partiam em busca de novas e melhores áreas, dinamizando a ocupação dos espaços. “O fato impõe ao desenvolvimento espacial da pecuária dessas regiões sua dinâmica própria. A busca de novos territórios é, portanto determinada não só pelos métodos rudimentares de criação e pela pobreza das pastagens, como formas usuais de remuneração do trabalho dos vaqueiros” (MOREIRA NETO, 1960, p. 17).

Essa forma de pagamento, de partilha ou “por sorte”, como também era conhecida, entre o fazendeiro proprietário e o vaqueiro trabalhador, durante muitas décadas e de forma ininterrupta em todo o território de Conceição do Araguaia, em momentos de crise ou de comércio intenso de bovinos, contribuiu não só para a autonomia de muitos vaqueiros, para tornaram-se pequenos produtores, mas para a gradativa ocupação das áreas de campo.

Assim, os estabelecimentos, ao longo dos anos, começaram a ter características próprias, tamanhos diferenciados, além das técnicas de manejo e do perfil dos fazendeiros. A partir de 1930 - 1940, também já atuavam de maneira sólida, a segunda geração de produtores, geralmente filhos dos primeiros ocupantes.

A nova geração de pecuaristas compartilhava também do hibridismo cultural na constituição da nova e característica população de Conceição do Araguaia, porém manteve-se a conservação dos costumes mais característicos da frente nordestina principalmente aqueles relacionados à pecuária.

O afastamento geográfico e a barreira do rio Araguaia, foram constantes desafios para alcançarem o norte goiano, para então aproveitarem de uma estrutura razoável de deslocamento. Assim, tentavam estabelecer algumas relações comerciais com a região nordeste, em especial o estado do Maranhão e em menor escala com a própria região norte.

Bem diferente é o sertanejo que aqui nos ocupa. Este se apresenta como curioso aglomerado étnico, resultante da fusão de tipos múltiplos, que conserva e transmite fisionomias diversas e gênios quase opostos. É um conjunto de elementos em que o goiano, o baiano, o piauiense, o cearense, o maranhense e o paraense se mesclam com descendentes de negros das mineirações e principalmente de índios (AUDRIN, 1963, p.105).

Moreira Neto (1960, p.19) comenta, segundo os informantes locais, que a partir 1935 todas as áreas até então ocupadas pelos exploradores da goma elástica, já estavam completamente abandonadas, mas desde meados de 1920 já existiam alguns caminhos interrompidos, alguns povoados os quais eram exclusivamente de perfil extrativista praticamente desapareceram, a exemplo de Gameleira e Cajueiro.

Por outro lado, torna-se importante destacar que, muitos dos povoados os quais surgiram em Conceição do Araguaia, foram em decorrência direta da atividade extrativista, contudo, torna-se necessário fazer uma ressalva ao povoado de Pau d'Arco, originalmente fundado por sertanejos de origem nordestina, essencialmente voltados para a atividade pastoril.

Esta complexidade da população sertaneja local proporcionava o contato e o fluxo intenso de pessoas de várias regiões, desenvolvia uma agricultura modesta, porém contínua, a ponto de abastecer toda a cidade. Já a pecuária bovina manteve um crescimento gradativo.

As fazendas variam em área de cinco mil a doze mil hectares. Uma das fazendas visitadas no decorrer da pesquisa, considerada pelo consenso local como a melhor organizada dos campos do Pau d'Arco, tem cerca de oito mil hectares e umas oitocentas cabeças de gado. Esse número é considerado excepcional em termos de concentração de bovinos por área e explicado em parte pelo melhor tratamento dado ao gado, pelo fato muito



raro de serem as pastagens quase totalmente cercadas a arame (...) (MOREIRA NETO, 1960, p. 34).

Pode-se dizer que essa fazenda foi um modelo de grande eficiência na atividade pecuária, não só por sua capacidade de suporte quanto à quantidade de animais como pelo avanço quanto às técnicas de produção. Foi durante o processo de transição do modelo de ocupação das terras no sul do Pará que se utilizou, de maneira tímida, a cerca como um delimitador do espaço do estabelecimento, mas também com o objetivo de ser uma barreira hábil para o controle da criação.

Isso mostra o nível de troca de informações, conhecimento e interação de alguns produtores. Foram as trocas comerciais que há muito tempo já existiam entre o Pará, norte de Goiás e algumas regiões do Maranhão e Mato Grosso que induziam produtores a buscarem alternativas com outras comunidades. Nessas circunstâncias, ao mesmo passo que se reflete sobre as dinâmicas sociais após as construções de grandes estradas, como a rodovia Belém-Brasília e rodovia PA-150, outras foram as bases, mesmo que precárias, para a comunicação do sul do Pará.

Cerca de duzentos quilômetros separam as propriedades pastoris mais distanciadas nos campos da sede do município. As comunicações de Conceição do Araguaia com Belém fazem-se regularmente por “motores” que navegam o Araguaia-Tocantins, estendendo-se ainda, pela mesma via, às zonas densamente povoadas dos centros regionais importantes como Imperatriz, Tocantinópolis, Porto Franco, Carolina e Pedro Afonso. Linhas aéreas regulares<sup>41</sup> colocam Conceição do Araguaia à distância de poucas horas de voo dos maiores centros urbanos do País. Estradas carroçáveis cortam o chapadão do norte goiano das margens do Araguaia à fronteira maranhense e em direção aos centros comerciais do sul. Por todas essas vias circulavam regularmente mercadorias e este comércio interregional, se bem que ainda precário e limitado vai anexando essas antigas áreas pioneiras ao contexto da sociedade nacional (MOREIRA NETO, 1960, p. 59).

Diante as possibilidades de acesso na região é possível relacionar o quanto era diferente o “tempo” dos grupos que por lá se encontravam. Muitas eram as inovações que chegavam a Conceição do Araguaia a partir da década de 1950, junto com a frente pioneira capitalizada, como: veículos automotivos e matrizes puras de bovinos de raça Nelore em quantidade. Mas nem tudo era novidade, como por exemplo, as facilidades do transporte aéreo, que já era algo cotidiano no local.

---

<sup>41</sup> O transporte aéreo que começou na região em 1942, segundo Ianni (1978), iniciado pelo trabalho do (CAN) Correio Aéreo Nacional, e nos anos iniciais da década de 1950 o transporte aéreo foi consolidado, por linhas aéreas oferecidas por particulares, segundo Lagenest (2006).

### 2.3 A FRENTE DE EXPANSÃO SERTANEJA E AS MUDANÇAS NO CENÁRIO REGIONAL

Ao estudar a trajetória das diferentes frentes que chegaram ao sul do Pará, é possível observar que em muitas narrativas, os atores entrevistados no presente estudo, destacaram o novo, o moderno e o tecnológico de suas conquistas e ações. Em suas concepções, a população local foi totalmente desconexa de informações, perante eles – os novos grupos que chegavam. “Quem conhece a fronteira sabe perfeitamente que nela, de fato, essas “faixas” se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem” (MARTINS, 1996, p. 40).

O distanciamento geográfico, as dificuldades de logística e a simplicidade da atividade que os sertanejos exerciam não os impediram de buscar algumas informações para a mudança no manejo da pecuária. Contudo, nada foi tão intenso ou diferenciado como as ações das novas fazendas que se formaram na região. Mas para eles, as poucas mudanças realizadas ainda nos anos iniciais da década de 1950, já eram grandes avanços, pois inclusive foram capazes de gerar atritos entre as diferentes gerações dos pecuaristas de origem sertaneja.

A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a diferença apareça, na verdade, como atraso (MARTINS, 1996, p. 45).

Como tentativa de implementação de novas técnicas, Moreira Neto (1960) destaca o desenvolvimento de pequenas áreas de pastagens artificiais, sendo utilizado um capim diferenciado até então, denominado pelos sertanejos de capim Jaraguá. Outra tentativa de mudança na produção pecuária foi por meio da aquisição de animais “enraçados<sup>42</sup>”, em especial pela espécie Zebu. Tais tentativas de mudanças causavam grande repulsa para os fazendeiros mais antigos, pois a necessidade de contrair débitos para tais alterações caracterizava uma situação desonrosa para os tradicionalistas.

Essa mesma resistência, segundo Ianni (1978) e Moreira Neto (1960), quanto aos processos de mudanças, ocorria para as especulações da movimentação de algumas companhias interessadas em obterem terras de forma oficial na região, eram distintas duas opiniões.

---

<sup>42</sup> Enraçados: termo utilizado para distinguir os animais com raças superiores, principalmente peso e tamanho, frente aos bovinos que já existiam na região.

O grupo mais jovem visualizava como positivo as mudanças nos sistemas de apropriação do solo, queriam repetir um padrão que já existia em regiões vizinhas, por outro lado o grande grupo de vanguarda sentia-se ameaçado, justamente porque tal mudança colocaria em risco a continuidade da pecuária naquele padrão de ocupação dos pastos naturais.

Dessa forma, pouquíssimos integrantes da frente pastoril preocupavam-se em buscar informações e meios para investir no processo de legalização de suas posses, junto ao governo do Estado. Um grande número de fazendeiros era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação de seus estabelecimentos, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas, tal como seus antepassados repugnavam.

Determinados produtores esforçavam-se para buscar outras possibilidades, outros meios de crescimento para a atividade econômica; nessas circunstâncias, alguns refletiam sobre a chegada das companhias imobiliárias como uma perspectiva de progresso, inclusive para a pecuária; contudo não esperavam que qualquer projeto ou política pública fosse capaz de atingi-los de maneira tão árdua (MOREIRA NETO, 1960).

A perspectiva de mudança relacionava-se também às expectativas geradas com a maior movimentação da política nacional, no contexto de processo de interiorização do Brasil, principalmente entre meados da década de 1940 até meados da década de 1950, destacando-se ações distintas como a Expedição Roncador-Xingu, a Fundação Brasil Central e o projeto até a conclusão da rodovia Belém-Brasília.

A Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central atingiram grande parte do território goiano à época, provocavam também intenso fluxo de informações entre o norte de Goiás e o sul do Pará. Mesmo com a barreira do rio Araguaia, essas duas regiões já haviam se integrado por questões religiosas, já que a base de apoio dos dominicanos era a sede religiosa, em Porto Nacional, também por questões sociais, devido os laços de parentesco da frente de expansão originária do norte de Goiás. Porém se conectavam principalmente por questões econômicas, em decorrência dos arranjos da pecuária no norte goiano.

#### 2.4 AS FORTES INFLUÊNCIAS DO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL NO SUL DO PARÁ

O contexto pastoril de Conceição do Araguaia foi sofrendo intensas modificações, pois ainda nos finais da década de 1950, a segunda frente pioneira, a qual oficialmente adquiriu muitas áreas naquela região, também transferiu para esta nova área suas tradições no manejo da pecuária, a exemplo das intensas implementações de pastagens artificiais.

Outra mudança drástica, no sistema pecuário foi nas relações de trabalho, principalmente na forma de pagamento pelos serviços. Moreira Neto (1960) aponta que a frente pastoril mantinha a tradição de pagar os vaqueiros, os quais cuidavam diretamente do rebanho, oferecendo uma parte dos novos animais que nasciam sob sua responsabilidade. Esta nova frente de empresários e corretores passou a incorporar estes trabalhadores em suas fazendas, como funcionários.

A primeira grande ruptura nas relações de trabalho, quando o vaqueiro passou a ser um trabalhador assalariado e não mais um “parceiro” de produção do fazendeiro, modificou definitivamente as possibilidades que até aquele momento uma família comum tinha: dedicar-se a uma pecuária familiar, com um rebanho formado pelas novilhas dos “pagamentos” e, dependendo da situação, podiam ampliar a quantidade de bovinos.

As mudanças não foram apenas nas relações de trabalho. Durante as décadas de 1940 e 1950, ocorreram situações as quais projetaram a região norte em todo o cenário nacional. Tais fatos foram alimentados politicamente, justamente quando a fronteira agrícola ainda se estabelecia, com sucesso, na região central do Brasil, em especial no Estado de Goiás.

Durante as discussões para a elaboração da Constituição de 1946, surgia a crítica sobre as profundas diversidades, principalmente econômicas, das regiões brasileiras, inclusive com discursos enfáticos, que tais descompassos poderiam provocar instabilidade à nação (REIS, 2001, p. 203). Sendo assim, duas regiões foram privilegiadas nas discussões e por consequência nas votações, a região Norte (contemplada, com o artigo 199, sobre o programa de desenvolvimento da Amazônia) e a região Nordeste (contemplada, com artigo 198, sobre o plano de defesa da seca) (MIGUEL, 2012).

Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata esse parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal (REIS, 2001, p.154).

Após a aprovação do plano de Valorização, foram ocorrendo evoluções para a sua execução, como a criação de uma Comissão Executiva em 1947, bem como a criação da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, que realmente começou a atuar alguns anos mais tarde (REIS, 2001, p. 163). Quanto ao plano geral de valorização econômica de Amazônia, não podemos esquecer que algumas disposições atingiriam diretamente todos os locais de pecuária no estado. Uma das disposições recomendava incentivar a formação de pastagens, principalmente próximas às cidades e dos demais núcleos de referência para o transporte do gado, a outra se preocupava com o

melhoramento dos rebanhos, por meio de cruzamento com raças indianas, concluindo-se com a tentativa de organização de fomento para a pecuária, contemplando bovinos e bubalinos.

Os rumores de melhorias para a pecuária paraense também atingiram o grupo de pecuaristas na região de Conceição do Araguaia. Mesmo sendo um grupo à margem da economia paraense, de forma indireta ou direta, absorvia parte das melhorias em outros polos de pecuária estatal, principalmente pela grande oferta de animais de raça para a melhoria de seus rebanhos.

É importante destacar que, na época da tentativa de execução do plano de valorização econômica da Amazônia, o órgão trabalhou sob a forma de convênios com algumas instituições, as quais já tinham maior conhecimento ou poderiam colaborar com a região, tais como: Serviço Nacional de Malária, Instituto Agrônomo do Norte, Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Contudo, ainda sob um contexto de parceria, foi apontada a participação das ordens religiosas, principalmente na área de educação e saúde, justamente devido ao caráter de mantenedoras daquelas localidades.

Essas foram ações de políticas públicas que atingiram toda a região norte, inclusive a área de pesquisa, o sul do Pará, logo nos seus primeiros 50 anos de constituição como núcleo populacional. Como finalização desse pausado processo de ocupação, em 06 de janeiro de 1953, por meio do artigo 2º do diploma 1.806, ficou estabelecido que a área de abrangência para a execução do plano de valorização da Amazônia seria a gigantesca região compreendida: “pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º” (REIS, 2001, p. 202).

As questões políticas prevaleceram para a escolha da região (REIS, 2001, p. 179), o intuito dos políticos era de minimizar a disparidade entre as regiões. Assim, algumas áreas de baixos impactos de políticas públicas até então, foram incorporadas ao contexto da “Amazônia Legal”:

O norte de Goiás, abrangido, pela Lei nº. 1.806, de 6 de janeiro de 1953, apresenta muito mais características geográficas, sociais e econômicas do Nordeste que propriamente da Amazônia clássica. Suas populações, no entanto, vivem um status cultural baixíssimo, que o estado decidiu melhorar através de uma política de recuperação.

Ao incorporarem o norte goiano na área de abrangência da Amazônia Legal, estreitaram ainda mais a convivência e a influência entre o Cerrado e a Amazônia brasileira. Nesse sentido, o sul do Pará não era exatamente uma área de transição, muitos o tinham como uma extensão do norte goiano. Entretanto ocorreu uma mescla entre culturas,

incorporando, grupos nordestinos, mineiros e paulistas. Todos com aptidões na atividade pecuária, que influenciariam de forma direta os rumos da economia local.

A região começou a incorporar-se ao processo geral da expansão capitalista no Brasil. Este processo ocorre na Amazônia, entretanto, numa situação específica: a região guarda as características de frente pioneira e incorpora, em sua expansão, as mais variadas formas sociais de produção, que abarcam, num leque, desde formas compulsórias de trabalho, até relações puramente assalariadas, uma vez que a expansão capitalista não se efetiva de modo homogêneo e retilíneo. É como parte deste leque que interessa analisar o movimento da expansão da acumulação de capitais, no momento específico em que se dá a incorporação dos espaços amazônicos à economia nacional (CARDOSO; MULLER, 1997, p. 07).

Desta forma, pensar sobre os processos políticos do Brasil, na década de 1940 e 1950, é importante para relacionar e pontuar sobre as reais motivações e interesses da ocupação do sul do Pará, de forma mais veemente, porém num contexto isolado e dependente de qualquer ajuda estatal direta. Mesmo assim, essas primeiras e imensas ocupações, ou simplesmente delimitações documentais do espaço, não foram ao acaso. O acompanhamento mesmo que indireto dos eventos das descobertas de riquezas e potencialidades do Brasil Central despertava os mais diferentes interesses em algumas parcelas mais atentas ou mais privilegiadas da população.

Os grandes episódios que alavancaram a ocupação do Brasil central foram dinamizados na década de 1940, com a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central e na década seguinte de 1950, pelo projeto e construção da rodovia Belém-Brasília. Mesmo que as articulações e especulações sobre eles estivessem mais concentradas no território goiano; as informações desse grande propósito de ocupação e progresso respingavam também nesse território paraense.

Este movimento de “conquista” teve muita importância no imaginário paulista e paulistano. Nesta época, ocorreu uma mobilização mais ativa e direta de grandes empresários, mas também alguns cidadãos decididos a administrar com êxito a oportunidade de aquisição de terras em área ainda “desconhecidas” e “despovoadas”.

Dentro desse contexto, surgem estratégias distintas de alguns órgãos do governo para o território amazônico<sup>43</sup>, mas havia um imaginário da descoberta ainda mais amplo, incluindo

---

<sup>43</sup> Somente em 27 de outubro de 1966 ocorreu oficialmente a delimitação geopolítica do espaço denominado como Amazônia legal, nesse momento ocorreu a extinção da SPVEA e criação da SUDAM, sendo assim o conceito de Amazônia legal teve essencialmente a finalidade planejamento. Nas décadas seguintes ocorreram algumas adequações, em 11 de outubro de 1977, a lei complementar nº. 31, cria o estado do Mato Grosso do Sul e desde então todo o território do Mato Grosso passa a fazer parte da Amazônia legal. Já em 5 de outubro de 1988, com a Constituição Federal é criado o estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados. Sendo assim, o estado de Goiás não era mais uma das áreas limites da Amazônia legal.

trechos de um “Brasil Central” também com áreas de floresta e sertões ainda por serem desbravadas.

O grande sertão do Brasil Central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 (L.S), que corta aqueles rios na altura dos seus grandes encachoeirados, com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, até poucos anos era a região menos conhecida de todo o continente americano, talvez do mundo. Isso não significava que a partir desses limites começasse o Brasil demográfico. Não. O sertão bruto, com pequenas interrupções constituídas por escassos e dispersos moradores que abrangia toda a região central do território brasileiro, com uma população altamente rarefeita (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1994, p. 41).

Justamente nesse ponto de encontro entre o “Brasil Central” e o cenário Amazônico, uma região de diferentes fronteiras, que se iniciam as primeiras ocupações, inclusive para o desenvolvimento da atividade pecuária no sul do Estado de Pará. De certa forma, a região do norte de Goiás, atual estado do Tocantins, já abrigava um encontro de diferentes populações do Brasil, que devido à posição geografia atraía e/ou servia de ponto de passagem para garimpeiros, os quais se deslocavam entre os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de acomodar as ondas migratórias do nordeste, em especial do estado do Maranhão, que se deslocavam gradativamente para essa região.

Contudo, todos os movimentos migratórios vão se intensificar a partir de 1964. A possibilidade de criação de empresas agropecuárias na região amazônica por meio de incentivos fiscais potencializou as transformações, e mesmo que ocorresse a imobilização de um grande capital com a compra de terras na região Amazônia, “os subsídios para o desenvolvimento de projetos eram compensatórios” (MARTINS, 2009, p. 153). Esta dinâmica ampliou as esperanças de diferentes grupos durante o processo de crescimento da região, que migraram e se estabeleceram de forma desordenada.

De certa forma, desde 1950 os empresários, fazendeiros e corretores de imóveis rurais, que isoladamente também começavam a busca por terras nesse interior do Brasil, ao mesmo tempo em que se “arriscavam” ou realizavam maiores investimentos nas expedições para maior conhecimento do espaço, vivenciavam situações de grande oportunidade e bons negócios, principalmente pelo do mercado de terras, pois o custo para as titulações foi irrisório perante a rápida valorização dos títulos.

Becker (1988) também reflete o quanto a acumulação monopolista impulsionou tanto a urbanização quanto a expansão da fronteira agrícola. A intensa produção de bens de consumo duráveis, geralmente dominadas por empresas de capital estrangeiro, fortaleceu-se e foi nesse momento que a economia nacional buscou diversificar seus investimentos,

destacando-se a compra de terras. Em contrapartida, o Estado apoiou essa escolha com a propagação de uma ideologia desenvolvimentista e proporcionou a mobilidade pelo território devido à instalação de estratégicas rodovias, que também permitiu a inserção de mercados regionais até então isoladas do contexto nacional.

A partir de então esse espaço amazônico seguiu uma trajetória conflituosa e desgastante; no imenso território, que de algum modo tornou-se “disponível” para todos, mas apenas os mais capitalizados tomaram a frente quanto às derrubadas mais significativas, em locais previamente escolhidos, pelo aspecto geográfico ou inclusive pelas suspeitas de reservais minerais.

Entretanto, a ocupação não ficou restrita aos grandes parceiros dos setores empresarial, industrial ou financeiro da época, fomentados pelo Estado, ou àquelas famílias que tiveram a oportunidade - positiva ou não - de participarem dos projetos oficiais de colonização; o processo de mídia e o apelo para a “*ocupação do vazio amazônico*” foram tão intensos que levaram vários migrantes, de todas as regiões brasileiras a migrarem espontaneamente na região Amazônia, com a crença na conquista de terras, antes mesmo dos projetos oficiais de colonização.

Torna-se ainda mais desafiador apresentar ou retratar uma Amazônia pelo foco dos diferentes grupos que a compõe; nessas condições os grupos das frentes expansionistas e da frente pioneira ao mesmo tempo em que se assemelham pelas características de desbravamento, de conquista e de delimitação das melhores áreas, se diferenciaram bruscamente pelas formas de uso do território e conseqüentemente pelo impacto socioambiental que causaram.

Os altos índices de depredação do meio ambiente, as denúncias de redução à condição análoga de escravo e de trabalho degradante, bem como do comportamento defensivo e/ou agressivo que fazendeiros desenvolveram, frente às disputas pela terra, ocorreram de forma hostil quando a frente pioneira capitalizada estava no “controle” de todas as dinâmicas territoriais e econômicas da região.

(...), a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grande proprietários de terra, de uma lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2009, p. 133).



Nesse sentido, o conceito de fronteira de José de Souza Martins nos traz reflexões além das consequências econômicas da fronteira. Para o autor, o cenário de ocupação massiva que a Amazônia se transformou a partir de 1964, deixou de forma bem clara que a principal marca da fronteira foi o conflito social.

A perspectiva de reflexão sobre o termo “fronteira”, estabelecida por José de Souza Martins, em especial, em duas de suas publicações complementares (1996 e 2009), aborda de forma bem específica a relação de “temporalidade e fronteira”. As discussões e indagações daquele autor contribuíram diretamente para o desenvolvimento da presente pesquisa, em especial, quanto às análises de diferentes atores e temporalidades.

A discussão sobre as terminologias “frente de expansão” e “frente pioneira” também foram pertinentes, pois, de certa forma, ambas as expressões acabam por tratar do mesmo tipo de ação humana de deslocamento dentro dos territórios. E a variedade de significações que o termo “frente de expansão” pode simbolizar: expansão da sociedade, expansão do capitalismo, expansão dos modos capitalistas – na sua origem, seria apenas a expansão da civilização.

Não há, à primeira vista, nessas concepções de frente de expansão e de frente pioneira, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Por isso mesmo, não são propriamente conceitos, mas, apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente. Mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo. Entendo que essas distintas e, de certo modo, desencontradas perspectivas, levam a ver diferentes coisas porque são expressões diferentes da mesma coisa (MARTINS, 2009, p. 135).

Entretanto, os apontamentos de José de Souza Martins para o “desencontro de temporalidades históricas”, permite, então, discutir sobre todos os grupos que constituíram tais frentes, em momentos distantes, próximos ou paralelos, cada grupo com seus anseios, conceitos e suas ações frente ao novo território.

Para Becker (1988), a condição de “fronteira econômica” tão bem marcou o massivo processo de ocupação da Amazônia, não apenas quanto às diferentes formas de ocupação e uso da terra, mas como dos arranjos sociais estabelecidos; formou-se uma engrenagem onde se adequava perfeitamente as redes de circulação e os fomentos, enfim, as bases que proporcionaram o deslocamento de populações que atenderam às necessidades dos novos espaços que surgiam.

Mello (2008, p. 25) complementa que a nova frente pioneira, em especial na Amazônia, não teve nenhum vínculo com a agricultura tradicional, e os grupos empresariais e sociedades anônimas que a compunham tinham capitais alavancados em contextos

urbanos, industriais e bancários, sendo assim, envolveram-se no propósito de ocupação de terras virgens e por consequência na valorização desses espaços, além das demais vantagens.

De certa maneira, esses grupos de investidores atuaram de forma mais enfática na região, seja no impacto social, ambiental e principalmente econômico, sendo assim essa tese se propõe a apresentar e a discutir sobre os diferentes perfis e ações desses “investidores” na região.

Contudo, Mello (2008, p. 26), apresenta que as diferenças gerais dessa “nova frente”, estão basicamente representadas por três pontos. O primeiro seria a questão dos fortes aspectos políticos envolvidos, principalmente a questão da segurança nacional e fatores econômicos. O segundo ponto seria a dinâmica do deslocamento de populações, “se livrar dos excedentes de população sem terra, enviando-os em direção às terras sem homens”, e o terceiro ponto, que gerou impacto *in loco* nas áreas afetadas e também em todo o contexto fundiário regional, “(...), o processo de colonização oficial, fundamentado na noção de propriedade”.

São essas brechas, na literatura sobre políticas públicas para a Amazônia, que oportunizaram realizar um recorte tão específico para uma tese dentro do contexto fundiário nessa região, apresentar e refletir sobre os modelos de propriedade existentes, oficiais e legitimados dentro do contexto da legislação agrária brasileira, mas de certa forma, tal formato representa alguns entraves para as novas propostas de ajustes e desenvolvimento de práticas mais sustentáveis para esse bioma.

Além das questões políticas das últimas décadas, tornou-se necessário refletir sobre quem eram, até então os ocupantes “naturais” e “tradicionais” dessa grande área em território paraenses, antes da massiva chegada do grande capital nessa região da Amazônia.

Na obra “Raízes do Brasil”, de Sergio Buarque de Holanda, com ênfase para o segundo capítulo intitulado: “Trabalho & Aventura”, enfim as ideias e conceitos ali trabalhados, sobre a formação da população brasileira, que desde muito cedo, foi dividida em dois campos desiguais. Tais análises e perspectivas permitem inclusive a compreensão e demais questionamentos, também quanto ao processo de ocupação e formação do território paraense em estudo. A discussão desse capítulo revela os ideais e expectativas, dos dois perfis gerais de homens no curso da humanidade: o trabalhador e o aventureiro.

Para uns o objeto final, a mira de todo o esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher frutos sem plantar uma árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos

vastos, dos horizontes distantes. O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar proveito do insignificante, tem sido bem nítida para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior que o todo (HOLANDA, 2003, p. 44).

Nas análises de Tourrand *et al.* (2012), outro aspecto estudado é a diferenciação entre o pioneiro/aventureiro e o trabalhador, que em síntese para ser resumido na “percepção e oportunidade do risco”. Ao observarem a trajetória de muitos pioneiros na área Rodovia da Transamazônica, em especial na região de Uruará-PA percebeu-se, durante longos anos de pesquisa, que em linhas gerais a “incerteza” é uma constante na vida do homem, sendo esse o sentimento que impulsiona os pioneiros a migrar, a se deslocar para o improvável, ou que conduz que o homem com a essência do trabalhador conserve-se nas áreas de sua origem.

Tourrand *et al.* (2012) também salienta o prazer pela aventura, descoberta e principalmente pelas novas oportunidades de mudança de vida. Além de revelar as semelhanças e diferenças em área de fronteira, numa região específica da Amazônia Brasileira, aponta que as escolhas dos pioneiros, principalmente aqueles que seguem após a primeira leva, não são realizadas ao acaso. Geralmente, eles se basearam em observações, contatos e informações sobre as possíveis perspectivas de sucesso, mesmo que, em muitas circunstâncias, fossem para ouvir situações exclusivamente positivas, assumindo e encarando igualmente todos os riscos.

Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possui existência real e fora do mundo das ideias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos dos homens e dos conjuntos sociais. E é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades (HOLANDA, 2003, p. 44-45).

Holanda (2003, p. 46) complementa que, o desejo individual pela aventura tem uma grande relevância, analisa igualmente que a grande diversidade de raças dispersas por nosso território proporcionou um hibridismo de culturas e valores, que igualmente contribuiu para tantas façanhas, geralmente acompanhadas por longos processos de adaptação. Mas do que isso, afirma que naturalmente o homem aqui no Brasil, ora foi desafiado, ora foi encorajado a vencer os desafios impostos pela natureza, propiciando de tal modo a mobilidade social.

As movimentações no cenário político e econômico do Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, atingiram de diferentes formas a população. Mais do que nunca, as intenções para a conquista de novas áreas, independente do tamanho: pequenas, médias ou gigantescas, eram movidos por interesses econômicos e comerciais, vendiam áreas em suas regiões de origem, a fim de obterem áreas maiores e melhores, ainda com baixíssimo custo.

### 3 O SURGIMENTO DA FAZENDA SANTA TEREZA E A PRIMEIRA GRANDE MUDANÇA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS NO SUL DO PARÁ

Enquanto o sul do Pará desenvolveu-se social e economicamente dentro de tímidas perspectivas intra-regionais, como por exemplo, o pequeno comércio de gado com o norte de Goiás e o Maranhão, em outras regiões do Brasil, em especial na região sudeste, pulsaram mudanças que gradativamente iriam influenciar todo o território brasileiro, em especial a região norte.

Nesse contexto, de pleno desenvolvimento da economia brasileira, o fundador da Fazenda Santa Tereza, o senhor João Lanari do Val, formou-se no ano de 1937<sup>44</sup> em Agronomia, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ), em Piracicaba, local que lhe proporcionou muitas amizades e ampliou sua rede de contatos. Na época, sua família já se dedicava à agricultura em Ribeirão Preto e também tinha propriedade no norte do Paraná: uma fazenda de café na região de Cornélio Procopio, região onde também atuou após a conclusão do curso superior (SILVA, 2009).

Assim, as relações sobre terras devolutas, especulação imobiliária e latifúndio, visualizadas por João Lanari, *in loco*, em pleno desenvolvimento no norte do Estado do Paraná, influenciaram no projeto pessoal que, anos mais tarde, ele teria a oportunidade de recriar na ocupação no sul do Estado do Pará. Lanari planejou e executou um modelo de ocupação muito similar, contudo, as experiências positivas e negativas de tal trajetória foram provenientes de um espaço de natureza única: o território amazônico.

A Fazenda Santa Tereza S.A.<sup>45</sup> é a atual denominação da Cia. de Terras da Mata Geral, pessoa jurídica de direito privado interno, com escritura pública de uma constituição de Sociedade Anônima publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 09 de setembro de 1963. Foi constituída por meio da união de 80 glebas<sup>46</sup> (lotes) de 4.356,00 hectares cada uma, totalizando 348.480,00 hectares. Seu fundador, João Lanari do Val, à época (1949-1959) atuou em Goiás, na região de Jussara e visualizou potencializar seu patrimônio com a aquisição de terras em outra nova área de fronteira.

Os rascunhos sobre a memória da Fazenda Santa Tereza, que influenciaram pequenos artigos nos jornais locais no sul do Pará, escritos por um dos filhos de João Lanari do Val, Cássio Carvalho do Val, contribuiu para remontar parte da trajetória desse empreendimento. Os artigos científicos do pesquisador Fábio Carlos da Silva também

---

<sup>44</sup> Universidade de São Paulo - 75 anos: Contribuições da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Formandos E.S.A. – Curso de Engenharia Agrônômica (EA, p. 60). Piracicaba: Serviço de Produções Gráficas (ESALQ, 2009).

<sup>45</sup> Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 1994, Redenção - PA.

<sup>46</sup> Segundo a família Lanari do Val foram 82 títulos solicitados, mas dois (02) processos perderam-se.

proporcionam outras reflexões sobre tal empreendimento. No entanto, documentos anexos em processos judiciais foram fundamentais para a certificação e confrontamento de alguns dados, bem como as pesquisas *in loco* no Cartório de Registro de Imóveis em Conceição do Araguaia, além de entrevistas com o senhor Cássio Carvalho do Val e com Ademar Guimarães, o qual integrou a primeira expedição de Lanari à região de Conceição do Araguaia.

A oportunidade desse empreendimento surgiu ainda em território goiano onde João Lanari adquiriu terras, na região de Jussara, em 1949. A rota para chegar até a sua propriedade incluía as cidades de Goiânia e Goiás Velho, seguindo por uma estrada precária até Jussara e Itapirapuã. Esse deslocamento até a sua fazenda proporcionou para João Lanari maior contato não apenas com o modo de vida local, mas também com seus funcionários e alguns vizinhos.

Nessas relações com pessoas de diferentes trajetórias, Lanari ouviu suas primeiras histórias sobre o sul do Pará: “Lá escutou as histórias das matas de Conceição, limpas, avarandadas, com muita madeira, palmito, mogno e terra boa e macia que ‘não merece ser pisada, tem que andar de joelhos’, no dizer do caboclo. Um sonho!” (CÁSSIO CARVALHO DO VAL – JORNAL FOLHA DE CARAJÁS, 23 jan. 2004).

O contexto tão bem vivenciado por João Lanari, sobre as possibilidades de conquistas e riquezas no sul do Pará, ainda está presente nas lembranças de Ademar Guimarães, que à época do planejamento desse primeiro contato com o Pará, trabalhou em sua fazenda.

“Eu trabalhava como caminhoneiro numa fazenda chamada Barracão, o proprietário era João Lanari do Val e o gerente José Bueno Silva; eu cheguei a conhecer João Lanari, mas trabalhava diretamente com José Bueno. Mas na fazenda tinha um baiano chamado Claudino Ferreira Lima, e esse Claudino em 1908 -1912 trabalhou aqui na borracha no Xingu; passou um tempo e ele foi cair em Jussara, onde ficou companheiro do José Bueno e passou a trabalhar na fazenda Barracão. José Bueno ouvia muito o Claudino falar no Pará, na Serra dos Gradaús, naquela época chamada de Serra Ruim, que tinha muito ouro, madeira chamada mogno, tem demais madeira, muito minério, e isso incentivou José Bueno, que colocava na cabeça de João Lanari do Val, que era o patrão dele na época” (ADEMAR GUIMARÃES, nov. 2008).

A conquista de grandes porções de terra era foco principal das perspectivas de João Lanari, inclusive por ele próprio acompanhar diretamente o rápido avanço da fronteira do estado de Goiás. Mas os demais comentários, histórias e possíveis indícios de outros tipos de riquezas, como o ouro, não deixaram de ampliar ainda mais o anseio por uma planejada expedição naquelas terras paraenses.

Nas circunstâncias que se encontrava o cenário nacional, em especial a região central do Brasil, destacando o Estado de Goiás, principalmente com o avanço para a região norte materializado com o início da rodovia Belém-Brasília. Lanari decidiu buscar rapidamente ajuda profissional antes de uma possível expedição. Procurou a empresa carioca Prospec **S.A. - Prospecções**, Geologia e **Aerofotogrametria** - que havia realizado um **levantamento aerofotogramétrico** de tal região paraense. “O geólogo Silvio Guedes lhe mostrou as terras roxas do Cumaru e assinalou a qualidade excepcional das matas no divisor Araguaia-Xingu, cabeceiras do Pau D’Arco” (CÁSSIO CARVALHO DO VAL – JORNAL FOLHA DE CARAJÁS, 23 jan. 2004).

A partir de dados mais concretos em mãos, Lanari começou a elaborar sua própria expedição. A primeira providência foi enviar o mateiro<sup>47</sup> mais experiente que conheceu, na época seu funcionário, o senhor José Bueno, que segundo suas próprias memórias, também havia acompanhado a Coluna Prestes em sua passagem pelo nordeste brasileiro. José Bueno deslocou-se de Jussara até Guaraí, ainda antigo norte de Goiás, em um trecho de quase 1.000 km. De certa forma, para a família Lanari todas essas histórias que envolveram a localização e mais tarde legalização das terras, onde se encontra sua grande propriedade atual, ainda é algo memorável, pelo qual os filhos do proprietário procuram cultivar como lembrança da saga do patriarca.

“De condução chegou a Guaraí, e depois por trilhas atingiu alguns animais, alugou outros, organizou o rancho, a tralha, a guia e então telegrafou a Lanari que logo chegou de DC3 do - Correio Aéreo Nacional<sup>48</sup> junto com o amigo Jorge Mendonça, munido de um mapa-croqui elaborado na Prospec e sua bússola” (CÁSSIO CARVALHO DO VAL – JORNAL FOLHA DE CARAJÁS, 23 jan. 2004).

Assim, em agosto de 1959 partiram para o sertão:

“Uma das coisas importantes de nossa vinda aqui, é que o João Lanari não conhecia a região, ninguém conhecia bem, nós viemos na escura, João Lanari foi ao Rio de Janeiro, o cunhado dele que trabalhava na PROSPEC, que era o Dr. Silvio e pegou o mapeamento na PROSPEC. E todos nós do José Preto<sup>49</sup> para cá andávamos um pouco nos campos aí e do Dr. João, que abria o mapa e perguntava: O que é aqui Raimundo? Aí Raimundo respondia o nome da cabeceira do córrego, o que fosse, era uma cabeceira, ao Dr. João falava e apontava no mapa: ‘nós estamos nesse ponto aqui’, já começamos a chegar aos picorotes, aí Dr. João abria os mapas e dizia que aqueles picorotes são esses, a serra de lá é essa serra aqui no mapa, foi isso até chegar à cabeceira do Pau D’ Arco” (ADEMAR GUIMARÃES, nov. 2008).

---

<sup>47</sup> Mateiro: explorador que se orienta nas florestas sem o auxílio da bússola.

<sup>48</sup> O CAN, Correio Aéreo Nacional, foi um serviço postal militar brasileiro tendo suas atividades iniciadas em 1931. O maior objetivo era de integrar as mais distantes regiões bem como facilitar a ação do governo federal em áreas de difícil acesso.

<sup>49</sup> Senhor José Preto, assim conhecido em Conceição do Araguaia, tinha a sua residência bem afastada, o que ajudou no início da rota usada na expedição de João Lanari.

Em análise das memórias escritas pela família Lanari, até mesmo em entrevista ou em conversas informais, com Cássio Carvalho do Val, que administra a propriedade, desde a morte do pai, em conjunto com seu irmão Fernando Carvalho do Val, existe um grande leque de detalhes sobre aspetos geográficos e inclusive de fauna e flora da região, o que ainda é algo bem latente nessa segunda geração à frente do empreendimento.

“No primeiro dia de viagem não conseguiram atingir o rio Arraia, onde havia um vilarejo (atual Alacilândia) e pernoitaram no lajeado da Missa, atual entroncamento para a Barreira de Campo”. (...) Na travessia do ribeirão Pau D’Arco, uma de suas cabeceiras, havia um pastinho de bengo e a tropa passou uns quatro dias se refazendo. “Lanari passou esses dias em exploração, caçando naquela mata esplêndida de terra boa, tão boa que deu-se por satisfeito e resolveu voltar dali mesmo sem atingir o Cumaru, que era o objetivo da expedição” (JORNAL FOLHA DE CARAJÁS, 23 jan. 2004).

Ao narrar sobre as memórias da trajetória inicial do empreendimento da família Lanari, Ademar Guimarães enfatizou com orgulho a sua participação como membro daquela comitiva. Durante a entrevista foi cuidadoso ao lembrar-se dos detalhes de cada situação, mas principalmente da sensação de mudança, de nova expectativa de vida com a nova proposta de trabalho que surgia.

“Quando nós fomos para lá, Dr. João já foi tirando fotografias das madeiras, dos paus, de cedros muito grossos, média a volta deles, coloca nós para ficar no pé no lado da árvore para ver a diferença na foto, e tudo mais, às vezes de algum animal. O Claudino tinha falado que havia ouro que tinha muito minério, mas a gente não chegou até a Serra dos Gradaús, Dr. João já tinha achado muito boas as terras e falou: ‘gente, nós vamos voltar, eu vou fazer o requerimento e nós vamos vir para cá, vocês topam vir para cá?’ (ADEMAR GUIMARÃES, nov. 2008).

Mesmo que as descobertas das jazidas de ouro, num primeiro momento, tornaram-se secundárias, frente ao deslumbramento da terra, matas e fauna, o desafio era somente um: começar do zero em uma área completamente inóspita, distante inclusive daquela que já era uma pequenina cidade bem isolada, Conceição do Araguaia.

Com base em seu ideal de um processo de ocupação privado, João Lanari conseguiu nos anos seguintes, junto ao governo estadual, a regularização fundiária dessas 80 glebas, em nome de amigos, parentes e alguns funcionários. Após a transcrição desses títulos, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Conceição do Araguaia, esses serviram de patrimônio inicial para a futura incorporação das glebas, que fundaram a Companhia de Terras da Mata Geral, em 1963.



Atualmente, a Fazenda Santa Tereza S.A. administra duas fazendas na região, sendo uma no município de Redenção (Fazenda Santa Tereza) e a outra no município de Cumaru do Norte (Fazenda Cumaru do Sul), sendo essas o núcleo das primeiras 80 glebas adquiridas.

Após consultar os livros de registro de imóveis de Conceição do Araguaia, bem como os documentos do Instituto de Terras do Estado do Pará, (ITERPA), foi possível relacionar a quase totalidade dos nomes que contribuíram diretamente para a realização de tal empreendimento, ordenando, completando e suprido omissões.

Foram diversas análises e comparações, tudo de forma individualizada e realizando inúmeras conferências – tudo para que a existência de supostos erros não pudesse afetar uma eventual futura continuidade de pesquisa a partir dos dados agora organizados. Como todos os dados estão em documentos que não permitem o aproveitamento eletrônico, fez-se necessário a criação, conferência e reconferência de diversas planilhas e, em seguida, a unificação dos dados a fim de encontrar as inconsistências.

Cada processo demandou muito tempo para a análise dos dados e identificação do nome de cada pessoa, tendo em vista que alguns nomes possuíam grafia<sup>50</sup> bem similares. O que se tem a seguir é o resultado das referidas análises, que representa a real situação que envolveu aquelas pessoas e suas consequências frente ao ordenamento fundiário da região, em especial, à criação da Companhia de Terras da Mata Geral.

Todos aqueles títulos foram expedidos com 80 diferentes nomes. Neste sentido, listá-los e organizá-los após a pesquisa documental foi uma forma de contextualizar as pessoas que se ofereceram ou que foram solicitadas a “adquirir” glebas no Estado do Pará. É preciso recordar que naquele momento, ainda não se tinha qualquer tipo de discurso político e publicidade pesada sobre as vantagens e possibilidades lucrativas no processo de ocupação do território amazônico.

Tais nomes, de forma direta, apresentaram o meio social e também político pelo qual o empreendedor, senhor Lanari, se relacionou principalmente em São Paulo, dado que os outros nomes, como Ademar Guimarães e José Bueno Cintra, foram funcionários da sua fazenda em Goiás e membros da comitiva de exploração. Todos os referidos nomes estão dispostos na tabela a seguir, sendo que as transações documentais foram realizadas por processos administrativos, junto ao Estado do Pará; porém, praticamente todos por procuração, uma vez que a grande maioria nunca esteve em território paraense para a aquisição da área de 4.356 ha, uma gleba.

---

<sup>50</sup> Integrantes da mesma família com sobrenomes iguais, bem como a primeira letra do nome. Pessoas com sobrenomes iguais ou similares que não tinham parentesco.

Tabela 1 – Primeiros Proprietários da Companhia de Terras da Mata Geral.

ITERPA*	CRI**	Proprietário (a)	ITERPA*	CRI**	Proprietário (a)
1	22	Maria Helena Machado Guimarães de Souza Dantas	41	33	Miguel Francisco Pacheco e Chaves
2	35	Antonio Alvarenga	42	60	Maria Cristina Pacheco Chaves
3	18	Octavio Giorgetti	43	53	Renato Bayma Archer da Silva
4	50	Antonio Carlos da Rocha Conceição	44	20	Francisco de Souza Dantas Neto
5	31	Gilda Willienses Conceição	45	01	Ernani Lacerda de Oliveira
6	16	Cássio Lanari do Val	46	44	José Bueno Cintra
7	49	Alberto Astronildo Júnior	47	54	Ademar Guimarães
8		Paulo de Breyne Silveira	48		Roberto Muniz Rondon
9	40	Amaro Lanari do Val	49	26	Gilda Rondon da Rocha Miranda
10	05	Maria Aparecida de Oliveira	50	12	Antonio Luiz Lanari do Val
11	15	Mauricio Roberto	51		Oswaldo Maia Penido
12		Maria José Rebello Carvalho	52		Anna Mathilde Pacheco e Chaves
13		Mario de Matos Salazar	53	21	João Eugenio Vieira Pacheco e Chaves
14	08	João Favrin Filho	54	41	Jorge Pacheco e Chaves Filho
15	19	Lourival Miranda	55	34	Rodolpho Rondon da Rocha Miranda
16	36	Paulo Correa Galvão	56		Maria Luiza Rondon da Rocha Miranda
17	68	Roberto Breyne Silveira	57		Celso Roberto Rondon da Rocha Miranda
18	47	João Pacheco Chaves	58	61	Maria Luiza Rocha Miranda
19	25	Mercedes Pacheco e Chaves	59		Elvio Aliprandi
20	63	Ruth Seng Pacheco Chaves	60		Jorge Mourão
21	69	Manoel Victor de Mendonça	61	55	Celso da Rocha Miranda
22	24	Augusto Cincinato de Almeida Lima	62	58	Maria de Lourdes Polly Bastos
23	48	Ruth Maia Penido	63	59	José Ferreira Keffer
24	70	Helio Lage Uchoa Cavalcante.	64	65	Eilleen Beatrice Paris
25	06	Luiz Gonzaga Nakaia	65	66	Eduardo Oliveira de Assumpção
26	09	Jorge Victor de Mendonça	66	67	Ferry Rosenstock
27	02	Paulo Lanari do Val	67	56	Carlos Eugenio Rabelo Carvalho
28	11	Fernando Caiuby Ariani	68	52	Suzana Chaves do Val
29	10	Natal Rubens Aleotti	69	57	Gloria Chaves do Val
30	03	Fábio Egidio de Oliveira Carvalho	70	62	José Cássio Chaves do Val
31	51	Armando Amorim Klein	71	27	Antonio Gomes Machado
32	30	Ida de Almeida Guimarães	72	23	Fabio Lanari do Val
33	64	Hildeberto Vieira Melo	73	28	Fernando Carvalho do Val
34	04	Manoel José de Carvalho	74	29	Maria de Nazareth Chaves do Vale
35	07	Jayme Ribeiro Serva	75	37	Cássio Carvalho do Val
36	13	Ruy Brado de Mendonça Junior	76	39	João Lanari do Val
37	38	Ulysses Silveira Guimarães	77	46	João Carvalho do Val
38	42	José Maria Lisboa Walter Seng	78	45	João dos Reis de Souza Dantas Filho
39	14	Placido Antonio da Rocha Miranda	79	43	João dos Reis de Souza Dantas
40	17	Constantino de Campos Fraga	80	32	Ana Maria de Souza Dantas

Fonte: \* ITERPA: Instituto de Terras do Pará. Belém-PA

Fonte:\*\* CRI: Cartório de Registro de Imóveis. Conceição do Araguaia-PA.

A configuração da Companhia de Terras da Mata Geral alterou-se até a atual apresentação das duas propriedades rurais, Fazenda Santa Tereza e Fazenda Cumaru do Sul. Antes das vendas para terceiros e dos desmembramentos por decisões judiciais a dimensão desse empreendimento foi bem impactante e a representação espacial das glebas dentro do território, então antigo município de Conceição do Araguaia foi considerável.

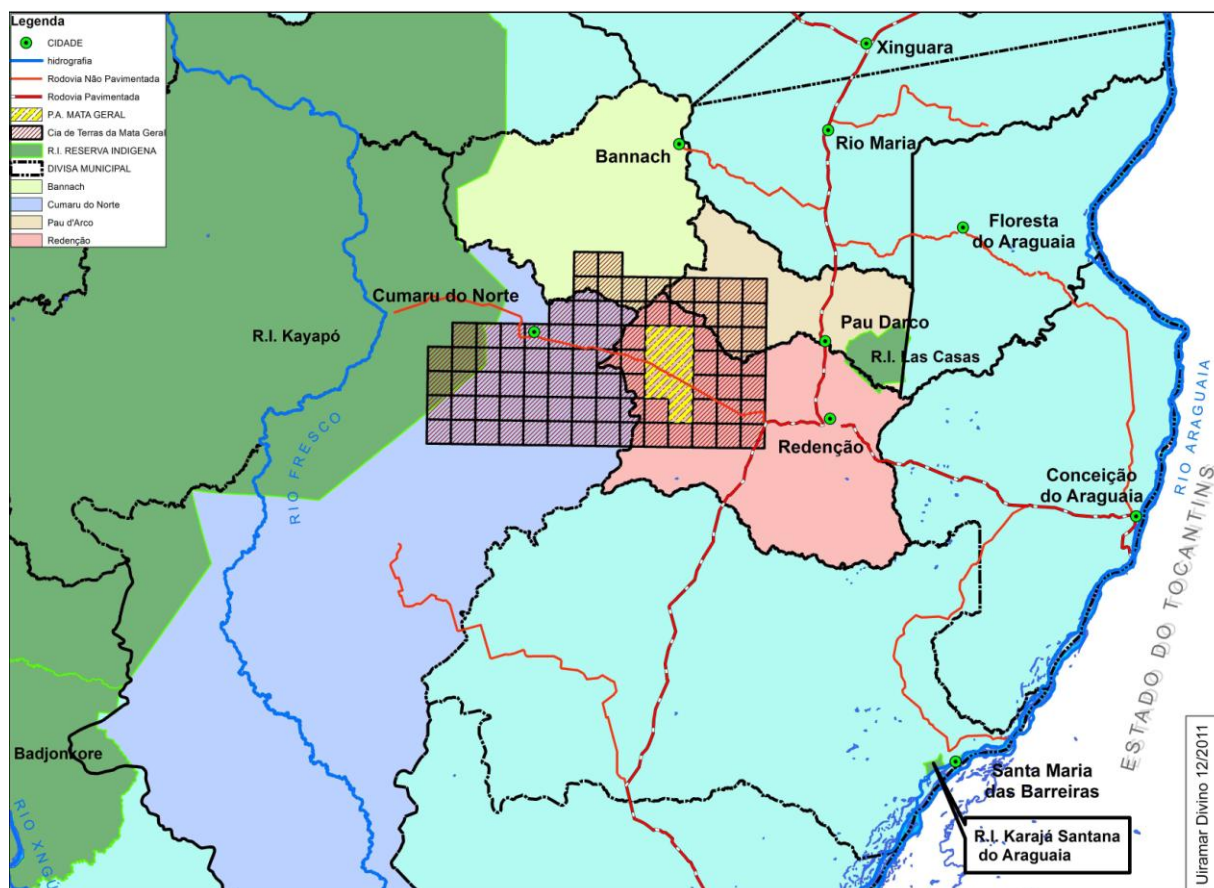


Figura 5 – Área inicial da Fazenda Santa Tereza – Companhia de Terras da Mata Geral.

Fonte: DIVINO, Uiramar. Dez/2011 Adecol Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.

Atualmente, parte de sua antiga área acomoda uma porção da Reserva Indígena Caiapó, o que proporciona um contato direto quanto à presença e circulação da população indígena em torno da propriedade, além de um expressivo assentamento rural instalado pelo INCRA.

Silva (2009, p. 05) discute que a ocupação agressiva de João Lanari na região do Vale do Araguaia-Xingu teve o apoio direto de políticos do cenário nacional, o primeiro seria João Pacheco Chaves<sup>51</sup>, também ex-aluno da ESALQ, vinculado ao Partido Social Democrático (PSD), em São Paulo, amigo de Ulysses Guimarães<sup>52</sup>; assim para o autor as amizades influenciaram diretamente para dinamizar os processos de legalização das glebas que tramitaram em Belém. Inclusive, ambos os políticos tiveram seus nomes usados para a oficialização de títulos<sup>53</sup>, além de Ida de A. Guimarães, esposa de Ulysses.

Em resumo, três pontos consolidaram a chegada de Lanari à região: I) A escolha da área foi planejada previamente, contudo ao encontrar uma expressiva faixa de terra roxa e vegetação rica<sup>54</sup>, João Lanari optou por demarcar logo essa área próxima a cabeceira do rio Pau D'Arco, dando por encerrada a expedição antes de alcançarem a Serra dos Gradaús, com maiores evidências minerais; II) As oportunidades, ou as brechas nas leis agrárias, permitiram a expedição do título de terras oficiais pelo governo do Estado do Pará sem maiores burocracias; e III) O maior diferencial perante os outros pioneiros: a criação da Companhia de Terras da Mata Geral, unindo os 80 títulos.

A partir desse terceiro ponto, desdobraram-se muitas vantagens, destacando-se a possibilidade de criação de várias empresas agropecuárias, distribuídas no espaço da Cia. de Terras. Essas empresas, puderam individualmente receber financiamentos de projetos apresentados à SUDAM. Alguns anos mais tarde, quando o modelo de fazendas/ empresas formadas por meio de projetos agropecuários não foram mais atrativas para obterem vantajosos financiamentos, essas empresas foram encerradas e a área física de cada uma voltou a incorporar o patrimônio da Companhia de Terras da Mata Geral.

Desde a época da realização do grande empreendimento rural, ele foi e ainda é um marco para toda a família Lanari do Val. Contudo, essa grande porção de terra também gerou situações complexas, que ainda hoje desafiam os seus proprietários. Por si só a trajetória vultosa desse latifúndio sempre chamou a atenção dos movimentos sociais por reforma agrária: a) o uso de trabalho degradante à época de sua formação - regra em praticamente todas as fazendas abertas na região nas décadas de 1960/1970/1980; b) a

---

<sup>51</sup>Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, PMDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB. Nasceu em 27 de janeiro de 1916 em São Paulo-SP. Profissão: Engenheiro Agrônomo. Fonte: <[http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=123183](http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123183)>. Acesso em: 02 set. 2012.

<sup>52</sup>Deputado Federal nas Legislaturas 1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; e 1991-1995. Nasceu em 06 de outubro de 1916, em Rio Claro, São Paulo. Profissões: Professor e Advogado. Fonte: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1980-89/biografia-ulysses-guimaraes>>. Acesso em: 02 set. 2012.

<sup>53</sup>Cartório de Condição do Araguaia. Livros de Transações das Transmissões, n. 03-b, fls. 04.

<sup>54</sup> Contudo, vinte anos mais tarde, em determinada área desse empreendimento ocorreu a descoberta e por consequência exploração de ouro.

área de 348.480,00 hectares à época de sua formação e mesmo atualmente com cerca de 29.727,95 hectares é um ícone por eles questionado, principalmente pela concentração de terras numa única família; e c) a localização de parte da fazenda, principalmente da sede, a 20 km do município pólo, Redenção, tendo algumas áreas cortadas e outras margeadas por rodovias importantes.

O processo de transformação dessa propriedade esteve ligado diretamente a da mesma na região, sendo que o maior feito foram as contribuições diretas ou indiretas para o surgimento do povoado, vila e mais tarde município de Redenção. A distância de 120 km entre a sede da Fazenda Santa Tereza e o núcleo urbano de Conceição do Araguaia foi atenuada logo na primeira década de sua instalação.

Concomitantemente, com o processo de abertura dessa fazenda, outras fazendas também foram sendo criadas com maior frequência, a partir de 1962. O fato de maior expressividade para o rápido desenvolvimento de Redenção foi a construção de uma pista de pouso para atender o empreendimento da família Lanari. Mas tão logo passou a ser referência para outras fazendas em formação. Mesmo assim para implementos e grandes remessas de mantimentos foi necessário o transporte terrestre a partir de Conceição do Araguaia.

“Abriu-se uma pista de pouso para apoio, no local que posteriormente se fundaria Redenção, a 20 quilômetros de onde iniciava a primeira abertura.” Retocou-se uma trilha para dar passagem a um caminhão de Conceição do Araguaia até a fazenda, perfazendo 120 km (CÁSSIO CARVALHO DO VAL, CADERNO CIDADES - JORNAL FOLHA DE CARAJÁS, 23 jan. 2004).



Figura 6 – Foto do veículo militar alemão Unimog, de propriedade da Companhia de Terras da Mata Geral.

Fonte: Acervo Fazenda Santa Tereza.

Esse veículo foi muito utilizado pela Companhia de Terras da Mata Geral para fazer o trajeto entre Conceição do Araguaia e a sede do empreendimento. Havia uma estrada de difícil acesso, mas proporcionou o início da circulação dos primeiros veículos motorizados até o interior da mata.

Algumas décadas mais tarde, a transformação de núcleo para município de Redenção foi fruto de alguns pioneiros, funcionários de João Lanari, em especial o agrimensor Luiz Vargas Dumont; que segundo Silva (2009), já tinha acompanhado transações de compra de terras devolutas no Estado de Goiás; e de Ademar Guimarães, integrante da primeira comitiva, também funcionário da Companhia de Terras da Mata Geral.

Redenção surgiu às margens dessa primeira pista de pouso aberta em 1960, época do retorno do senhor João Lanari para agilizar a formação do novo empreendimento da família. Nesse segundo momento, além da pista de pouso, foi realizado o plantio de algumas roças bem como ampliação de um antigo trilho, feito primeiramente pelos índios, mais tarde também utilizados pelos sertanejos locais para o deslocamento das tropas de animais e que agora tornar-se-ia estrada para a passagem de veículos de rodagem.

Os primeiros moradores que construíram suas casas, ainda de forma rústica, nesse novo aglomerado eram os trabalhadores braçais contratados por empresas particulares para a abertura de estradas, para as fazendas que gradativamente se instalaram no sul do Pará.

Redenção foi emancipada de Conceição do Araguaia, duas décadas mais tarde, em 13 de maio de 1982.

A primeira grande venda da Cia. de Terras da Mata Geral foi em 1964: cerca de 1/3 da área foi vendida para a família Junqueira de Orlandia-SP, região de Ribeirão Preto, sendo que a transmissão definitiva da venda ocorreu por meio de escritura pública em 17 de agosto de 1965<sup>55</sup> de parte do imóvel, num total de 121.968,00 hectares, pouco mais de 35% da área inicial. Áreas a oeste da fazenda foram tituladas e vendidas por Luiz Vargas para pequenos e médios fazendeiros, principalmente de Goiás.

Para a Companhia de Terras da Mata Geral não ocorreram grandes impactos após a tomada do Governo Federal pelos militares, em 1964. A primeira ação que a atingiu, bem como os outros empreendimentos da região, de forma positiva, foram as mudanças em 1966, com o pacote “Operação Amazônica”, na presidência de Humberto Castelo Branco (1964-1967), o qual estabeleceu outras diretrizes políticas e econômicas para a região norte.

Nesse pacote, além do fortalecimento das estratégias de planejamento para a integração da Amazônia, o antigo Banco de Crédito da Borracha<sup>56</sup>, tornou-se o Banco da Amazônia (BASA), agente financeiro do governo federal, responsável depositário dos incentivos fiscais. Também, foi extinta a SPVEA, para o surgimento da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com uma nova estrutura, inclusive com a possibilidade de criação de convênios com demais instituições públicas ou privadas. As mudanças político-institucionais representaram o grande anseio por parte do governo pelo controle do espaço amazônico, bem como a dinamização de sua economia.

Em 11 de Dezembro de 1966, foi lançada a - Operação Amazônia, na qual a região era descrita - como um dos maiores desertos do mundo, o que exigia o povoamento e o aproveitamento racional para uma harmoniosa integração inter-regional. A preocupação estratégia era de *valorização econômica*, objetivando atrair capitais nacionais e estrangeiros, sem maiores preocupações com os impactos sociais e ambientais. Para isso foram criadas novas instituições, legislações e dispositivos para redesenhar o sistema de planejamento e financiamento na região (STELLA, 2009 p. 88).

A SUDAM nascia com a necessidade da efetiva política de ocupação, mas também com a necessidade do gerenciamento eficaz dos investimentos públicos e privados, na tentativa de dinamizar a economia regional. Porém, desde o início, pouco foi feito para acertar os desequilíbrios da sociedade local, a característica marcante foi a centralização do capital (LIRA, 2005, p. 96).

---

<sup>55</sup> Cartório do Único Ofício Jacinto Pereira Nerys. Conceição do Araguaia-PA, fls.18.

<sup>56</sup> Criado em 1942, por meio do Decreto-Lei nº. 4.451, de 9 de julho de 1942, em circunstância do “Acordo de Washington” firmado entre Brasil e Estados Unidos, para revigorar os seringais antigos. Fonte: <www.basa.com.br>. Acesso em: 28 jun. 2012.

Em 1966, em meio às reais possibilidades de obterem aprovações de projetos submetidos à SUDAM, a família desmembrou parte da sua área e constituiu cinco empresas agropecuárias<sup>57</sup>: 1) Companhia Agropecuária Nazareth, em 24 de junho de 1967, com área de cinco mil hectares (5.000,00 há.); 2) Companhia Agropecuária Palmital, em 27 de março de 1967, com área de cinco mil hectares (5.000,00 há.); 3) Companhia Agropecuária Pau D'Arco, em 28 de outubro de 1967, com área de cinco mil hectares (5.000,00 há.); 4) Agropastoril Conceição do Araguaia S.A., em 15 de janeiro de 1968, com área de cinco mil hectares (5.000,00 há.); e 5) Agropastoril Sul do Pará S.A., em 15 de janeiro de 1968, com área de cinco mil hectares (5.000,00 há.).

Numa escala bem peculiar observa-se as mudanças que os projetos da SUDAM causaram na estrutura dos estabelecimentos rurais anteriormente instituídos, eram realizadas adequações para melhor aproveitamento dos benefícios disponíveis.

“A Santa Tereza, por ter área muito extensa, optou por desenvolver cinco projetos que ocupariam melhor a área, permanecendo a sede da fazenda fora da SUDAM. Posteriormente, com os projetos concluídos, fez-se a fusão de todas as empresas novamente em uma só” (ANOTAÇÕES F.S.T., s/d, p. 01).

A estratégia do empreendimento foi imprescindível para dinamizar a logística dentro da propriedade e desenvolver áreas de grande potencial para a pecuária. Nesse mesmo momento intensificou-se a abertura de muitas outras fazendas nas proximidades, contribuindo diretamente para a ampliação do povoado de Redenção, o qual também sofreu uma grande intervenção com a chegada constante de novos moradores.

As entrevistas de Cássio Carvalho do Val e Ademar Guimarães apontaram que foi a partir de 1967 que explodiu a corrida pelas grandes derrubadas, seguidas da implementação das pastagens artificiais e, por consequência, a grande mudança quanto às características pastoris comentadas por Ianni (1979), e definidas de forma mais técnica por Moreira Neto (1960). “No início só um gadinho dos campos. Na nova fase da SUDAM, fomos a Mundo Novo (GO) comprar de Sebastião Neves uma vaca nelore. Trouxemos gado de vários lugares e chegamos a alugar uma fazenda na Ilha do Bananal para baldear o gado” (ANOTAÇÕES DA F.S.T., s/d, p. 02).

Assim, a partir de meados da década de 1960, a propriedade gradativamente expande suas áreas abertas, principalmente a partir de fomentos da SUDAM, estes aplicados para as derrubadas e a implementação da pastagem, contudo tentava-se observar o desempenho de alguns plantios.

---

<sup>57</sup>Cartório do Único Ofício Jacinto Pereira Nerys. Conceição do Araguaia-PA, fls.18.



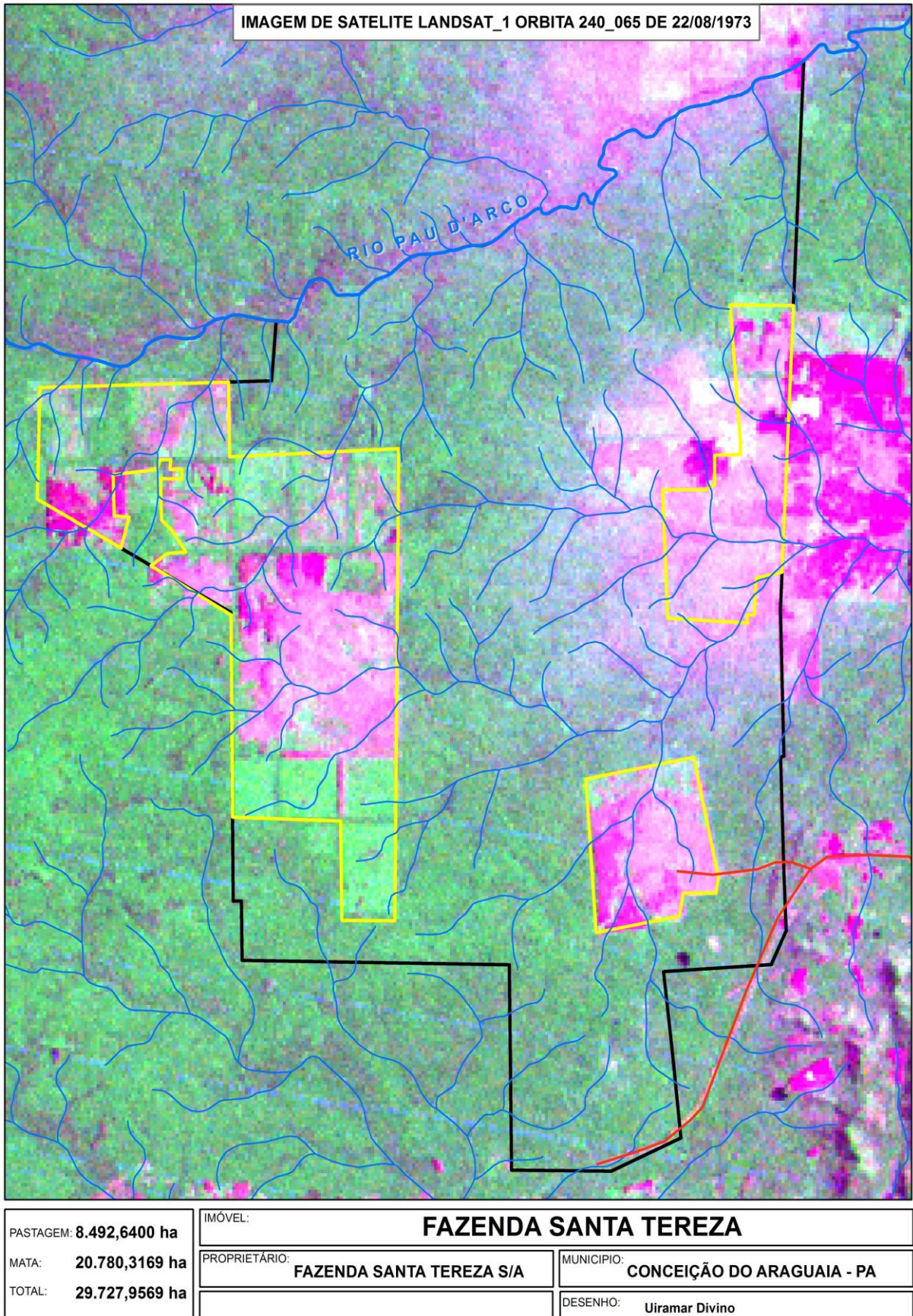
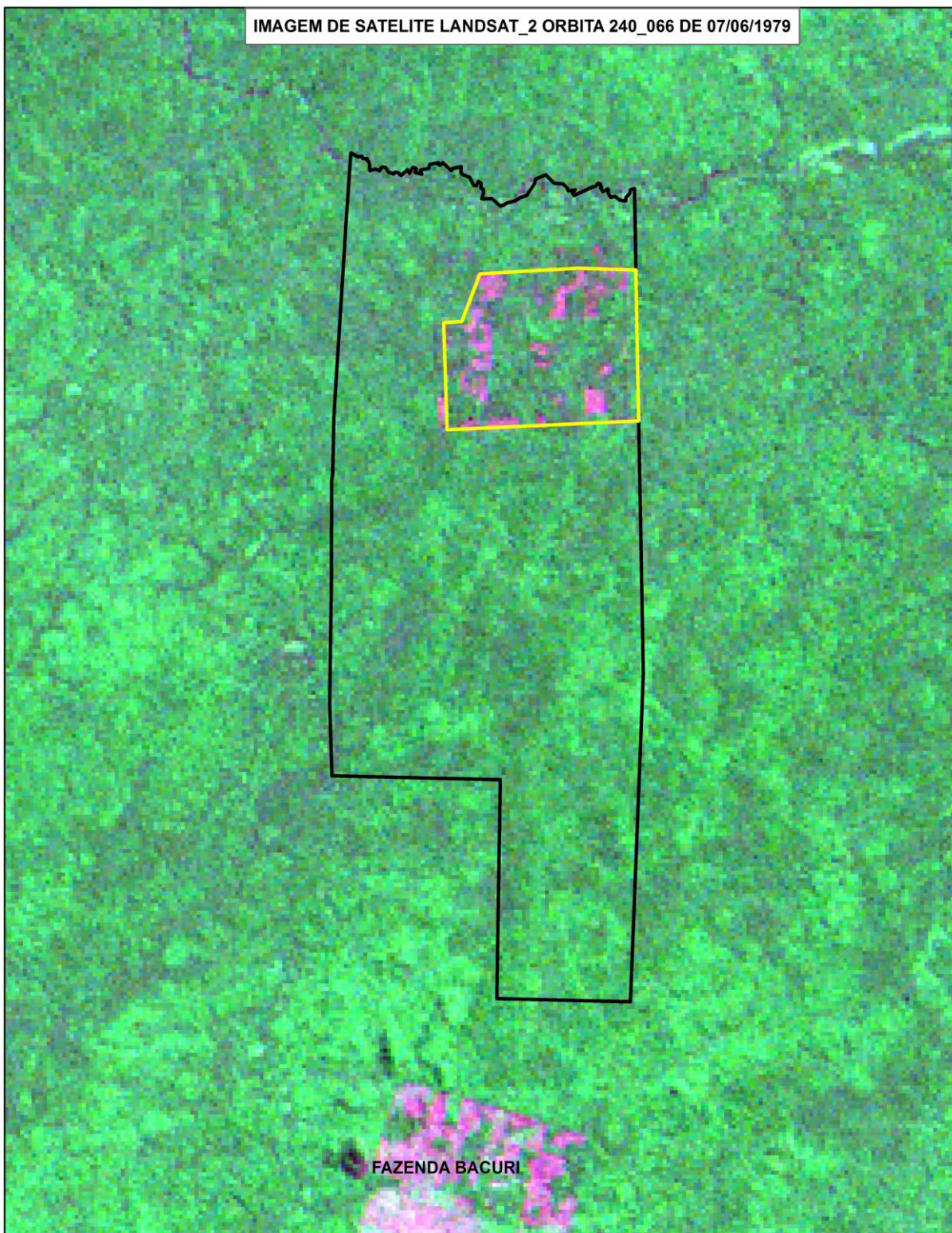


Figura 7 – Imagem de satélite da área antropizada da Fazenda Santa Tereza, em agosto de 1973.

Fonte: DIVINO, Uiramamar. Dez/2011 Adecol Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.



PASTAGEM: <b>1.229,3059 ha</b>	IMÓVEL: <b>FAZENDA CUMARU DO SUL</b>	
MATA: <b>7.922,2333 ha</b>	PROPRIETÁRIO: <b>FAZENDA SANTA TEREZA S/A</b>	MUNICÍPIO: <b>SÃO FELIX DO XINGU - PA</b>
TOTAL: <b>9.151,5392 ha</b>	DESENHO: <b>Uiramar Divino</b>	

Figura 8 – Imagem de satélite da área antropizada da Fazenda Cumaru do Sul, em junho de 1979.

Fonte: DIVINO, Uiramar. Dez/2011 Adecot Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.

As imagens apresentam parte do processo de transformação do espaço, exatamente na área das duas propriedades remanescentes da Companhia de Terras da Mata Geral. Mesmo com a diferença de seis anos das imagens é bem perceptível a maior abertura de floresta para pastagens na área da Fazenda Santa Tereza, bem próxima à Redenção, ao contrário da Fazenda Cumaru do Sul que ficava relativamente bem mais afastada.

Na década de 1970, devido a constantes tentativas de invasões na região de Cumaru, inclusive para a construção de pista de pouso e movimentações de pesquisa geológica sem autorização da fazenda, as expedições dentro da própria área da fazenda tornaram-se mais constantes, inclusive como meio de visualização/fiscalização.

Foi nessa época que se abriu uma pequena área para o plantio experimental de café, sendo que essas variedades haviam sido avaliadas pelo técnico Alcides Carvalho, do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC<sup>58</sup>). A tentativa de produção cafeeira foi abortada devido ao surgimento do garimpo na região (ANOTAÇÕES DA F.S.T., s/d, p. 03).

Essa movimentação que se iniciou na região do Cumaru foi consequência de outro movimento da década de 1980, mais precisamente em 15 de novembro de 1983, com o fechamento do Garimpo de Serra Pelada, devido os serviços de terraplenagem, para aumentar a largura da mina. Parte daquele imenso fluxo humano migrou para garimpos menores, não muito distantes.

No dia 30 de setembro de 1983, o presidente Figueiredo entrega a coordenação do projeto ouro - até então sob responsabilidade do SNI<sup>59</sup> - ao DNPM, que assim tornaria-se responsável pela remoção dos garimpeiros da Serra Pelada para a região do Tapajós e para os garimpos do sul do Pará e Maranhão. No início de setembro, o presidente Figueiredo informou os planos de fechamento do garimpo. Curió, funcionário do SNI, era chefe de intervenção que tomava conta do garimpo em meados de 1980. Em meados de 1982, ele entregou seu cargo a Ari Santos, e se candidata (...) a deputado federal na legenda do PDS (MATHIS, 1995, p. 08).

Então foi nesse momento tenso e ainda mais complexo em Serra Pelada, que ocorreu o aumento significativo de garimpeiros na região, o que provocou uma intensa movimentação e a companhia viu-se ameaçada não apenas pelas invasões, mas pela “motivação da corrida do ouro”:

---

<sup>58</sup>Em 1932 foi estabelecido um amplo programa de pesquisas com o cafeeiro, envolvendo várias áreas. Pesquisadores renomados participaram ativamente dos trabalhos de pesquisa com o cafeeiro na equipe liderada por Alcides Carvalho depois de 1935 e colaboraram de forma efetiva para o desenvolvimento econômico e social do País. Na década de 1990, a antiga Seção de Café e parte da Seção de Genética foram reunidas, dando origem ao Centro de Café e Plantas Tropicais do IAC, que passou em 2001, a se chamar Centro de Análise e Pesquisa Tecnológica do Agronegócio do Café Alcides Carvalho.

Fonte: <<http://www.iac.sp.gov.br/areasdepesquisa/cafe/centrocafe2.php>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

<sup>59</sup>SNI: Serviço Nacional de Informação.

“Nossa primeira reação foi tentar impedir o garimpo. Em 1980, após percebermos que seria impossível impedir, pedimos auxílio do governo do Pará e assumimos o controle do garimpo. Ao mesmo tempo, corríamos atrás de requerer as áreas para a pesquisa. Montamos armazém na pista e compra de ouro com o apoio da Polícia Militar. Logo, o governo federal, através do SNI, comandado pelo coronel Ari Santos entrevistou na região e montou o controle federal na área do garimpo. Havíamos feito um contrato com a Paranapanema de Otavio Lacombe, mas este desistiu, pois logo o governo decretou de livre garimpagem grande parte da área. Fizemos um acordo com o SNI de conviver com o garimpo, assim pudemos resguardar uma área considerável e fazer a exploração de ouro, tivemos lá comércio de carne e loja. O armazém da Cobal atuava com compra e venda de ouro da Caixa Econômica. Prosseguimos com a Foz Dragagens e depois com a Brumadinho, tentando a mineração: dois retumbantes fracassos. Nossa exploração na área da Mineração Gradaús foi garimpeira e incorporou alguma tecnologia, obtendo resultado razoável até meados de 1990” (ANOTAÇÕES DA F.S.T., s/d, p. 01).

A tentativa de minimizar a exploração do ouro dentro da propriedade não se concretizou, então rapidamente foi necessária uma adequação para tentar intervir ou administrar de forma mais lucrativa a atividade mineradora.

O garimpo de Cumaru foi o grande responsável pelas transformações mais rápidas e agressivas que a Cia. de Terras da Mata Geral sofreu, além da ocupação e dinamização econômica, social e ambiental no espaço de uma área, ainda pouco utilizada pelo proprietário. Assim, mais uma cidade surgiu a partir das áreas da Companhia de Terras da Mata Geral. Segundo Silva (2009), um loteamento foi iniciado pela Companhia em 1984, na área que mais tarde seria o centro urbano de Cumaru do Norte.

Nas anotações da Fazenda Santa Tereza, a trajetória do empreendimento é mencionada nessa demarcação e venda de lotes como o projeto da “cidade nova”; outra informação desse período foi a preocupação em acelerar o processo de implementação do “Retiro Cumaru do Sul”, ou “Fazenda Cumaru do Sul”, área da Cia. de Terras da Mata Geral desconectada geograficamente da área da Fazenda Santa Tereza.

O rápido e rentável momento de exploração do ouro mudou por um curto período o grande foco da atividade pecuária. O constante fluxo de pessoas para a área de garimpo e para o novo povoado em expansão deixou toda a área ainda mais suscetível para os mais diferentes tipos de invasão.

“Fizemos a cidade nova, aceleramos o retiro Cumaru do Sul, vendemos áreas ao sul da cidade nova, Reinaldo Borges, Aristides, Pedro Carvalho. A reserva indígena em 1986 nos leva mais 20.000 hectares. Vendemos o alto da Serra do Pau D’Arco e áreas a oeste da cidade nova. O INCRA nos desapropria 33.000 hectares na Mata Verde e posteriormente 4.500 hectares na área do Garimpo. Em 1986 sofremos invasão na Fazenda Santa Tereza. O INCRA tentou nos desapropriar, mas fomos propriedade produtiva na Comissão Agrária, o que barrou a intenção do INCRA. Com a diminuição do garimpo e resumida das terras, o foco central passou a ser a

pecuária. Reforma de pasto, passagem da pastaria velha para Brachiarão, melhoria do rebanho” (ANOTAÇÕES DA F.S.T., s/d, p. 03-04).

O retorno para a atividade pecuária mostrou a necessidade de maior planejamento devido à redução da área. Como a mineração foi bem administrada, a família não teve dificuldade para as adequações, e além das lembranças do período áureo da exploração mais uma vez a família teve participação direta no surgimento de outro município no sul do Pará.

O crescimento expressivo gerado pelo garimpo proporcionou o movimento de emancipação, assim em 27 de dezembro de 1991 nasceu o município de Cumarú do Norte (17.084,907 km<sup>2</sup>), desmembrado do também recém-município de Ourilândia do Norte (13.826,010 km<sup>2</sup>), que fora criado em 12 de maio 1988, desmembrado do município de São Felix do Xingu (84.212,426 km<sup>2</sup>). Atualmente, o município de Cumarú do Norte, conta com uma população de 10.391 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010.

A atividade mineradora na década de 1980 deixou outras marcas para essa propriedade, segundo os relatos da própria família, foi a partir desse momento que intensificaram as ameaças e tentativas de invasões<sup>60</sup>, bem como se ampliou o furto de madeira, geralmente por madeireiros ou intermediários interessados na venda rentável às serrarias.

Assim, ao longo de cinco décadas a propriedade vendeu parte de suas terras, como também teve algumas áreas envolvidas em processos de desapropriação na década de 1990, sem contar que parte de sua área inicial foi objeto de demarcação da Reserva Indígena Kayapó<sup>61</sup>, nos anos de 1980.

O contato do senhor Lanari com a população indígena vizinha sempre foi agradável, e mesmo depois da disputa judicial sobre a legalidade de algumas glebas, os índios continuaram a realizar visitas à fazenda.

---

<sup>60</sup> As invasões de áreas privadas, produtivas ou não, principalmente ainda na década de 1980, muitas vezes ocorriam por pequenos grupos, com interesse pela posse da terra ou das árvores que madeira nobre. Muitas vezes esses atores não tinham contanto com qualquer movimento social, até então.

<sup>61</sup> Parte dos títulos emitidos pelo estado do Pará, a época da formação da fazenda, estavam numa área de reserva indígena. Informações sobre a desapropriação da Cia. de Terras da Mata Geral para a reserva indígena constam no Memorial Descritivo de Demarcação da área Indígena Kayapó (1987) - envolvendo as aldeias: Goritire, Kikretum, Aukre, Kubekankrem e Kokraimoro. Grupos Indígenas Kayapó - área: 3.284.004,9719 hectares, localizado à época exclusivamente no município de São Felix do Xingu, Pará.

O Sr. João Lanari do Val, à época do início dos anos 1960, conheceu e contactou com várias lideranças Kayapó<sup>62</sup>, como os caciques Kanhok, Tutoi e Pombo. Não havia nenhum litígio quando da ocupação daquelas áreas. Os índios da facção Gorotire<sup>63</sup> estavam mais para oeste, às proximidades do Posto Indígena da margem direita do rio Fresco, e de quando em vez visitavam a sede de Conceição do Araguaia. À época da compra dos lotes em apreço, estava vigente a antiga Reserva Gorotire, com 6.165 km<sup>2</sup>, concedida pelo Decreto Estadual 304 de 21/03/1945, depois envolvida pela Reserva Florestal Gorotire (DECRETO FEDERAL 51.029, de 31/07/1961), sendo que os lotes aqui em questão estavam fora dessa reserva (SANTOS, 1994, p. 14).

Mesmo assim, a perda dessas glebas para o território indígena foi considerável e ainda hoje gera discussões, essas materializadas em ações contra a União, nas quais os requerentes como a Fazenda Santa Tereza S.A. e outro grande empreendimento, na região da família Lunardelli, discutem seus direitos de indenização. Mas foram as desapropriações realizadas pelo INCRA que geraram muito mais discussões e essas resultaram na criação de um projeto de assentamentos, nomeado de “João Lanari”.

São diversificados os processos judiciais que envolvem essa grande propriedade rural, sendo que alguns foram imprescindíveis para a compilação de fontes escritas e documentais deste trabalho, além de relatórios técnicos, mapas e pareceres jurídicos. Vale ressaltar, que nos moldes da justiça do País a morosidade em algumas situações é aliada, em outras é vilã, dependendo do ponto de vista, ou da necessidade. Tais entraves judiciários e o confronto de interesses com o Estado, bem como a influência dos projetos de assentamentos do INCRA na região, serão discutidos no capítulo seguinte.

A possível inspiração com a saga do imigrante italiano Geremia Lunardelli, o “Rei do Café<sup>64</sup>”, no processo de ocupação do norte do Paraná, ultrapassou a relação econômica; não menos fundamental, fez também parte de um contexto de tradição do pioneiro em ocupar, dominar e crescer dentro de uma área distante, para eles geralmente descrita como inóspita.

Em várias conversas com a família do fundador surgiram comentários de que o patriarca João Lanari espelhou-se na trajetória de sucesso do “Rei do Café”. Torna-se interessante comentar que os descendentes de Geremia Lunardelli<sup>65</sup>, que chegaram à região a partir de 1962, compraram inúmeras áreas, inclusive num montante maior que a

---

<sup>62</sup>Os Ira-Amrãire (Kayapó do Araguaia) foram os primeiros a estabelecer contatos amistosos com os brasileiros, a princípio devido aos esforços do General Couto Magalhães, e posteriormente graças à ação catequética do Frei Gil de Vila Nova (...). Em 1897 estavam distribuídos em quatro aldeias, na região do Pau D'Arco, somando aproximadamente 1.500 indivíduos, mas desde então foram sofrendo drásticas reduções, tanto pelas doenças contraídas como pela disseminação de seus membros (SANTOS, 1994, p. 9).

<sup>63</sup>Os Gorotires propriamente ditos foram referidos por Nimuendaju (1952), entre os anos de 1862 e 1906, à margem do rio Fresco (afluente do Xingu) (...). Provavelmente entre 1905 e 1910 verificou-se uma grande cisão no seio dos Gorotires, que resultou na formação *Kubenkragnoti* (cabeças vermelhas), após um duelo entre chefes das casas dos homens (instituição da organização social Kayapó) *Motere e Wakōka* (SANTOS, 1994, p. 10).

<sup>64</sup>Cf. Giovannetti (1951).

<sup>65</sup>Geremia Lunardelli Neto foi o empreendedor dessa família que atuou de maneira bem presente no sul do Pará.

Cia. de Terras da Mata Geral; com muitas fazendas, porém em áreas separadas. Realizaram bons negócios, expandiram suas áreas, foram até pioneiros em algumas ações, geralmente de cunho empresarial e comercial da região, mas não foram os primeiros a “ocupar” a área.

Entretanto, mais do que a imposição desse modelo de propriedade e os percalços desse entrave fundiário, a trajetória de alguns homens, que se lançaram para buscar terras ainda não ocupadas na Amazônia brasileira, deve ser revisitada. Não como uma saga de desbravadores, mas sim para relacionar o quanto às políticas nacionais de incentivos para ocupação de áreas inóspitas do país, seja na região sul, mais especificamente no norte do Estado do Paraná na década de 1930, ou no centro-oeste brasileiro na década de 1940, influenciaram diretamente o modelo invasivo de ocupação da Amazônia, em especial na área deste estudo, a partir dos anos finais da década de 1950.

Levando em consideração a formação e a inserção de Lanari na sociedade paulistana, e sua passagem pelo norte do Paraná, ainda muito jovem nos anos finais da década de 1930, torna-se imprescindível revisar parte da ocupação do norte paranaense, tendo como foco o modelo de colonização que ocorreu e a participação da família Lunardelli.

Segundo Ferreira (1984), o movimento de ocupação que ocorreu durante toda a década de 1930, no norte do Estado do Paraná, teve como um dos principais motores do seu crescimento a Companhia de Terras Norte do Paraná, de capital inglês, a qual tinha como objetivo central os lucros por meio de negociações imobiliárias. Tiveram o desafio de vender terras férteis e adequadas à cafeicultura, porém localizadas em áreas com precárias condições de acesso.

O projeto dessa primeira grande companhia proporcionou lotear algumas áreas em pequenas propriedades, para incorporar parte dos produtores em crise. A área de exploração da companhia foi grande, mas não conseguiu ampliar seu projeto além de seus limites originais, sendo que a região do Paranapanema ficou de fora de tal processo ocupacional até a década de 1940, quando então outras companhias de terras passaram a “dinamizar” o processo ocupacional da região.

Aquela região, onde veio a se constituir em 1948 o município de Porecatu, iria ser colonizada outra vez predominantemente em grandes fazendas, nos moldes tradicionais da cafeicultura paulista, com exceção de algumas colônias estatais e de pequenas áreas concedidas a companhias particulares (FERREIRA, 1984, p. 56).

Sendo assim, essas companhias menores e particulares tiveram grandes oportunidades no norte do Paraná, o que marcaram as reflexões de muitos empresários paulistas e paulistanos à época.

Então, com a expansão da colonização no norte do Paraná ocorreu o aumento considerável das lavouras de café, passando a cafeicultura a ser a base de maior importância da economia paranaense, desbancando inclusive outras culturas tradicionais como a erva-mate (MIGLIORINE, 2006). Segundo Ferreira (2004, p. 57), o Estado do Paraná, que ocupou o sétimo lugar no *ranking* nacional de produção cafeeira na década de 1920 e passou a ocupar o segundo lugar, desde os anos iniciais da década de 1950, transformando todo norte paranaense: “colocava-se como pólo dinâmico da economia estadual e como a mais expressiva fronteira brasileira à época”.

Mussalan (1974), ao estudar a zona pioneira nessa região<sup>66</sup>, observa suas características, entre elas destacou a expansão acelerada da agricultura e o grande fluxo populacional, sendo que a valorização do preço da terra ocorreu em áreas onde a floresta era transformada em cidade.

Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população. Face a essa conceituação, constata-se que o norte do Paraná é, realmente, uma zona pioneira. Isto porque em nenhuma região do País ocorreu um processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes. E isso se verifica, tendo em vista que, no espaço de, aproximadamente, quarenta anos, 1900-1940, numa área de cerca de 72.000 km, praticamente despovoados e de densas matas virgens, apareceu mais de uma centena de cidades e com uma população que se aproximava dos dois milhões de habitantes (MUSSALAN, 1974, p. 16-17).

Provavelmente essa dinâmica de crescimento populacional com cidades pequenas relativamente bem próximas uma das outras, no norte do estado do Paraná, seja um dos grandes diferenciais frente ao processo ocupacional no sul do Pará.

Grandes cafeicultores do Estado de São Paulo iniciaram a partir da década de 1930 a compra de terras, em especial no norte do Estado do Paraná. A família Lunardelli, por exemplo, teve terras paranaenses na região de Sertanópolis. Mesmo com a transferência do êxito da produção cafeeira para essa nova fronteira, esses empreendedores procuraram diversificar suas atividades. Assim, com um discurso político e também empresarial sobre o desenvolvimento da região, tornou-se perceptível o quanto o planejamento das transações imobiliárias no setor rural poderia render muito mais e muito mais rápido do que qualquer atividade agrícola, por exemplo.

---

<sup>66</sup> O critério de escolha dessa e demais referências bibliográficas sobre a ocupação no Norte do Estado do Pará, não estão relacionadas ao período que foram elaboradas, nem mesmo as características teórico metodológicas de cada uma delas, mas sim por trabalharem diretamente com as ações de algumas famílias, as quais foram referência no processo de ocupação no sul do Pará.



Entre outras atividades que começavam a desenvolver, foi a atividade empresarial com a compra e venda de terras em várias localidades do Paraná. Isto demonstra que a presença da família Lunardelli na região de Porecatu não decorre da ação de “desbravadores e corajosos pioneiros”, mas sim como grandes proprietários de terra e interessados na especulação imobiliária, em empresas de beneficiamento e comércio e exportação do café (MILLE; ARRUDA, s/d).

De certa forma, aquelas regiões, geralmente chamadas por seus “pioneiros” de “inóspitas”, necessitaram de um gatilho inicial, de capital privado para alavancar o crescimento. A partir daí é que se iniciaram as maiores negociações com o setor político – estadual e federal – na expectativa de dinamizar outras ações para o desenvolvimento regional.

Com relação à grande predominância de paulistas no norte paranaense, além da proximidade geográfica, Ferreira (1984) explica dois fatores: o primeiro seria o intenso trabalho de divulgação feito pelas grandes companhias privadas para as elites do Estado de São Paulo, e foram projetos de divulgação bem elaborados, pois agregaram algumas famílias muito bem capitalizadas a também investirem nesse processo ocupacional; já o segundo motivo foi decorrente do êxito do primeiro, pois famílias de pequenos agricultores e posseiros migraram de diferentes regiões, pois acreditaram que poderiam se beneficiar de forma direta ou indireta das vantagens, principalmente da infraestrutura que os fazendeiros abastados levariam para suas propriedades e arredores.

Durante o processo de colonização, segundo Mussalan (1974), houve uma expansão contínua de povoamento, mas nem todas as áreas foram abertas de forma homogênea e mesmo que as extensões de terra roxa fossem enormes, muitos fazendeiros abriram áreas e deixaram manchas de mata fechada, geralmente fundo de vales não apropriados para os cafezais à espera de outras oportunidades; esses espaços anos mais tarde foram derrubados para abrigarem outras culturas agrícolas ou pastagens. Aliadas a tais circunstâncias, a disponibilidade de terras devolutas, as quais o governo poderia repassar para quem as tornasse produtivas, consolidaram a maior das vantagens:

Aliados a isso, veem-se presentes os atrativos reais e míticos da fronteira: por um lado, terras mais férteis e mais acessíveis<sup>67</sup> por serem inóspitas; por outro lado, a "liberdade" ou a possibilidade idealizada de exercer o processo de trabalho autônomo e uma efetiva e crescente apropriação dos frutos de seu trabalho - primeiro a fartura; depois, o enriquecimento. É interessante assinalar como na migração já se planejava a atividade básica para o mercado, a atividade para enriquecer (FERREIRA, 1984, p. 87).

---

<sup>67</sup> Acessíveis com relação ao preço de compra.

Ao refletirmos sobre parte do processo de expansão no norte do estado do Paraná passamos a compreender ainda mais as tentativas e principalmente muitas conquistas, que não João Lanari, mas também outros empreendedores conseguiram estabelecer no sul do Pará, em outras escalas, outras necessidades, enfim num outro contexto.

A abertura de estradas, inicialmente pelos Lunardelli e depois pela Lima Nogueira, foi um elemento de valorização das terras da região, que já foram revendidas, a partir de então, com alto lucro imobiliário. Com a criação do município, este passa a investir na abertura de novas estradas e na construção de Portos no Paranapanema (Porto Porecatu, nas terras dos Lunardelli e Porto Alvorada, nas terras da Lima Nogueira), incrementando ainda mais o valor das terras e constituindo-se num fator de atração de fazendeiros para a região e suas adjacências (FERREIRA, 1984, p. 107).

Além da Companhia de Terras da Mata Geral, outros empreendimentos que tão logo começaram a serem instalados no sul do Pará, como os da família Ribeiro e Lunardelli, todas as estruturas realizadas mesmo que de forma simples, como estradas de acesso, pontes e pistas de pouso potencializaram alguns anos mais tarde a região como uma das mais visadas dentro do território amazônico, pelas empresas do centro-sul brasileiro, a fim de instalarem fazendas por meio dos fomentos da SUDAM.

Para Oliveira (1989), os fazendeiros passaram a vender parte de suas terras, principalmente as localizadas em áreas que inicialmente ficaram a espera da valorização como meio para rever o capital investido. Assim, Milles e Arruda (s/d) complementam que a área reservada/preservada, no primeiro momento da ocupação, além da considerável valorização imobiliária, também auxiliou nas negociações para atraírem para próximas de suas propriedades obras de infraestruturas públicas.

Ferreira (1984) enfatiza as lucrativas transações imobiliárias, que os grandes cafeicultores pioneiros no norte do Pará, realizaram naquela região, destacando-se “os Lunardelli e os Lima Nogueira”. Para as famílias pioneiras no sul do Pará, as áreas reservadas que apenas incorporaram os bens de família, foi o impulso para a grande capitalização de seus patrimônios e foram fortemente valorizadas pela sua geografia e infraestrutura básica, mas também pela legalizada e transparência de seus títulos.

As áreas deixadas em reserva para a venda se valorizaram em poucos anos, com o cultivo das terras adjacentes, com a construção de estradas pelo fazendeiro e pelo governo que passa a realizar mais investimentos básicos em infraestrutura quando fundada a vila de Porecatu e depois o patrimônio e o município. No caso de terras compradas ao governo estadual, o preço a ser adiantado era rebaixado em função da deliberação política de torná-las acessíveis aos que as tornariam produtivas, diminuindo, assim, a margem de renda obtida com a sua venda. Os adquirentes de terras da Colônia Centenário, muitos dos quais fazendeiros nas terras de domínio privado do município e profissionais liberais de Curitiba, acabaram por usufruir dessa condição vantajosa de compra, pois puderam revender

as terras com extraordinário lucro imobiliário, sem nenhuma ocupação produtiva, tornando-se, portanto, negociadores de terra e/ou usufruindo dos benefícios da compra vantajosa de terras devolutas (...) (FERREIRA, 1984, p. 110).

Torna-se importante reforçar que as vantagens desse comércio imobiliário não atingiram somente aqueles pioneiros que realmente estiveram à frente do processo de expansão de determinada região, mas também aquelas pessoas que por intermédio desses compraram ou apenas cederam seus nomes para dinamizar os processos de compra junto aos governos estaduais.

Oportunidades similares se repetem na região de fronteira, considerando algumas diferenças contextuais. Geralmente o primeiro grupo chega com grande capital disponível para arcar com as condições mínimas de infraestrutura no local e principalmente para buscar a legalização da área de interesse, junto às autoridades competentes.

Pouco tempo depois, o discurso do desenvolvimento por meio de atividades agropastoris, em geral, engrenava as discussões para alavancar fomentos públicos para produção e/ou infraestrutura. Sem dúvida, tais elementos foram indispensáveis para a valorização das novas áreas. Porém, à medida que se deu a divulgação de uma nova área em expansão, outros atores no referido processo passaram a se aproximar e aproveitaram as oportunidades secundárias no processo de “enriquecimento” oferecido pela fronteira.

A partir da década de 1960, quando a produção cafeeira paranaense não mais se destacava, e principalmente o “boom” imobiliário já havia se esgotado, novas culturas surgiram no Norte Velho e Norte Pioneiro paranaense, destacando-se o cultivo do algodão e da cana de açúcar, ambas culturas também produzidas pela família Lunardelli. A partir desse momento, segundo Migliori (2006), as elites locais também passaram a refletir sobre o papel do Estado do Paraná dentro do contexto econômico nacional, nascendo assim um projeto de desenvolvimento industrial paranaense.

Para Oliveira (2009, p. 7), “no Paraná, o café transformou vazios geográficos em regiões prósperas e urbanizadas”. Como consequência do pioneirismo, em especial da elite paulista a partir da década de 1930, surgiram dezenas de novos municípios, milhares de pessoas migraram e a influência da economia cafeeira à época mantiveram relações estreitas com o Estado. Entretanto, faz-se importante refletir sobre a real condição de cada um daqueles “vazios geográficos”, bem como relacionar a chegada de “elites” como grupo decisivo para o crescimento desses locais.

João Lanari, engenheiro agrônomo, estudava constantemente os novos mapas que a cada momento foram sendo elaborados pelo governo brasileiro. Tais observações foram um exercício, para almejar uma oportunidade similar, tal como os primeiros grandes pioneiros tiveram quando chegaram ao norte do Estado do Paraná. Provavelmente, o imaginário de

sucesso - principalmente econômico - que tão bem emoldurou a ocupação do norte do Paraná, norteou as ambições e as estratégias dele e de outros fazendeiros, em especial paulistas e paulistanos, que conheceram o avanço para o período áureo do café no norte do Paraná (1930-1940).

Além das experiências na “expansão sertanista” na década de 1940 e 1950, no Estado de Goiás, alguns empreendedores lançaram-se na Amazônia no final de década de 1950 e início da década de 1960, a fim de ocupar áreas que pudessem servir de reserva vegetal e mineral, mas, principalmente, que se transformassem em potencial imobiliário dentro de um curto espaço de tempo.

Segundo os irmãos Villas Boas (1994), desde o início do século XIX, talvez ainda antes, já haviam discussões na sociedade e no governo brasileiro quanto à mudança da capital do País do Rio de Janeiro. Essas eram bem mais recorrentes por parte do governo, principalmente quanto à questão de segurança em retirar a capital do litoral, mas não eram ainda discussões para um projeto de interiorização do País.

Tal discussão nunca incorporou realmente qualquer projeto governamental, caindo no esquecimento, mas, durante a II Guerra Mundial, o assunto tornou-se foco novamente. O momento social brasileiro apontava para um grande aumento populacional. Assim, naturalmente, aquela nova nação deixaria de ser exclusivamente litorânea. “Contudo, para que a interiorização se tornasse realidade, era preciso que o movimento fosse liderado pelo próprio governo, e foi o que aconteceu, tendo como ponto de partida a Marcha para o Oeste” (VILLAS BOAS, 1994, p. 23). Devido às distâncias continentais do País, não bastaram apenas o deslocamento de população; necessitava-se de meios para integrar de todo o território nacional.

Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia “mais distante que a África”. A faixa limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. E a Segunda Guerra, com sua tônica do espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas. Nascia assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita, alentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo governo: o primeiro, a Expedição Roncador-Xingu, com a atribuição específica de entrar em contato com os “brancos” das nossas cartas geográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central, com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela expedição (VILLAS BOAS, 1994, p. 24).

Essa oportunidade de enfim mapear e organizar através de novos e mais completos mapas o território brasileiro contribuiu também diretamente para interligar os antigos e pequenos núcleos de povoação. Como Conceição do Araguaia, que mesmo sendo um

ponto de apoio bem pequeno, foi fundamental alguns anos mais tarde no intenso processo da ocupação do sul do Pará, valorizado por sua localização estratégica.

Para Maia (2012, p. 628): “A Fundação Brasil Central<sup>68</sup> foi uma agência criada enquanto era operada praticamente”; assim, a Expedição Roncador-Xingu, que iniciou suas atividades no ano de 1943, foi uma iniciativa da Coordenação de Mobilização Econômica, criada em 1942, sendo que a coordenação teve poderes que interferiram desde as variáveis de preços, além de metas de produção, abastecimento e transportes; já o foco da Fundação Brasil Central<sup>69</sup> foi de promover o povoamento das regiões brasileiras norte e centro-oeste, e tinha o período inicial de sua constituição (1943-1947) sob a gestão de João Alberto Lins de Barros.

Fernandes (1999, p. 34), ao relatar sobre o caráter puramente econômico da Fundação Brasil Central, na expectativa de interligação entre o norte e o sul do Brasil, aponta como área de interesse parte do território paraense: “o ponto de partida da expedição fora São Paulo, com base na cidade de Barra do Garça, no Estado de Goiás, passando pela Serra do Roncador, Rio das Mortes, chegando à parte paraense do vale do Araguaia<sup>70</sup> e indo até Manaus”. Sendo assim, ganharam destaque as áreas próximas ou as margens de todos esses rios, sendo que o Araguaia foi importante nessa expansão da frente pioneira do norte de Goiás, para o território paraense.

Na verdade, Amazônia e Brasil Central se encontram, se interpenetram, se ajustam e compõem um quadro admirável. E nele está a planície xinguana. Desnecessário dizer que por ali não andou a mão predadora do civilizado. Livre da ação destrutiva do “procurador de riquezas”, a quem tudo interessa - tronco de pau, fruta, animal, orquídea, cardume ou mesmo asa de borboleta -, o Xingu dos índios e das lendas permanece íntegro, brasílico, verde e bruto como era o País à época do Descobrimento (...) (VILLAS BOAS, 1994, p. 24).

Até então, as áreas do Brasil Central e da Amazônia brasileira foram intercaladas de forma que pouco se discutiu sobre os limites entre esses territórios, apenas os termos como o sertão, a mata e a floresta fechada, fizeram partes das histórias e das memórias de todos aqueles que já haviam penetrado em algum pequeno trecho desse vasto território.

O local de partida oficial da expedição foi um dos primeiros pontos de grande interferência política no processo. Enquanto discutiam os planos iniciais da expedição, também se discutia o ponto de partida; segundo Villas Boas, pensava-se “como porta para o sertão” a cidade de Goiás Velho. Contudo, essa cidade não era de agrado do próprio

---

<sup>68</sup> Portaria nº. 77, de 03 de julho de 1943.

<sup>69</sup> “A F.B.C. funcionou com este nome até 1967, quando foi extinta, e suas atividades foram incorporadas à Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste)” (MAIA, 2010).

<sup>70</sup> “Conceição do Araguaia encera o rol de vilas e cidades pequenas ao longo do rio, nas suas divisas com Mato Grosso e Pará. À margem direita, abaixo da perigosa corredeira, está a cidade de Santa Maria, que ficou bastante conhecida graças a uma ativa charqueada” (VILLAS BOAS, 1994, p. 608).

interventor, Ludovico Teixeira<sup>71</sup>, pois tal região foi reduto de seus rivais políticos, a família Caiado. Assim, o interventor goiano usou de todo seu prestígio à época com o governo federal, e conseguiu propor a cidade de Uberlândia. “O Araguaia, pela nova rota, seria alcançado na junção com seu maior afluente, o rio das Garças. Ali iria se estabelecer a base da expedição, que ficaria na margem goiana, defronte à foz do tributário” (VILLAS BOAS, 1994, p. 24).

Era bem variada a trajetória de vida dos atores envolvidos na “empreitada” da Fundação Brasil Central (F.B.C.), desde o comando de João Alberto Lins de Barros, nomeado devido à confiança do presidente Vargas, passando pela presença de vários militares que participaram do “Movimento Tenentista”, burocratas e também jovens aventureiros: “essa diversidade de quadros atesta a proficuidade de analisar as redes estatais e a estrutura de sentimentos que dava sentido a essa configuração sertanista-estatal, o que implicaria não tratar o Estado como um ator coletivo homogêneo” (MAIA, 2010, p. 629).

Dessa forma, não só questões de políticas locais foram desafiadoras, a participação direta ou indireta de civis contribuiu para outros arranjos, vários níveis de informações e interesses. Ao mesmo tempo em que civis e militares dedicaram-se ao processo de expansão dessa grande frente para o real conhecimento do território brasileiro, alguns cidadãos tentavam planejar formas lucrativas de assistir esse movimento.

Além da expedição, a F.B.C. abrigava numerosas iniciativas administrativas, econômicas e políticas. Usinas de cana (Usina Central-Sul Goiana e Usina Fronteira), estradas de ferro, bases que dariam origem a cidades, entrepostos comerciais que abasteciam as bases, um setor norte responsável pela ajuda para o plano de produção de borracha e uma transportadora. Algumas dessas iniciativas eram diretamente controladas pela F.B.C., outras, em especial os entrepostos comerciais, eram organizadas como sociedades anônimas de capital misto que deveriam gerar lucro para os acionistas. Por vezes, empresários locais ofereciam instalações e negócios para aquisição pública, o que indica o espaço disponível para a especulação privada (MAIA, 2010, p. 629-630).

Como as notícias sobre as várias possibilidades de enriquecimento pela fronteira logo se espalharam, ocorreu assim o deslocamento de vários pecuaristas, iniciantes ou não na atividade, mas que almejavam grandes áreas para suas pastagens, para o centro-oeste e depois ao norte do Brasil.

---

<sup>71</sup> Pedro Ludovico Teixeira. Interventor federal pela segunda vez (1937-1945) e governador eleito (1951-1954), além de ser senador eleito por duas vezes (1955-1962 e 1962-1970). Em 1968, estava na vice-presidência do Senado quando teve o mandato cassado e suspensos seus direitos políticos por dez anos pelo AI-5. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1915), um dos líderes da Revolução de 1930, em Goiás, interventor federal no Estado (1930-1933) e governador de 1935 a 1937, foi responsável direto pela mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia.

Não teria sido também da Marcha para o Oeste, nascida em 1943, que se consolidou a ideia de Brasília em 1959? Em consequência disso, claro, nasceram as rodovias Belém-Brasília (...) e Cuiabá. Além disso, deu-se a integração do Vale do Araguaia na economia do Brasil Central, com a implantação de centenas de fazendas e de mais quarenta vilas e cidades nascidas no rasto da expedição (VILLAS BOAS, 1994, p. 602).

Esse olhar político-estratégico-ocupacional das áreas mais longínquas do Brasil, de alguma maneira preconizou também a aceleração para a fortificação de áreas importantes no Brasil Central.

Os primeiros anos da Expedição-Roncador, junto com a Fundação Brasil Central, dinamizaram a ocupação do centro-oeste, e mesmo sendo em uma época na qual a II Guerra Mundial tinha o seu destaque em toda a mídia, o movimento não deixou de ser apoiado pela imprensa nacional (VILLAS BOAS, 1994). As informações sobre o avanço das expedições, os dados mais precisos sobre biomas e paisagens explorados, circularam e chamaram a atenção de empreendedores ruralistas. Os quais não mediam esforços para terem suas oportunidades de grandes empreendimentos, principalmente levando em consideração as possibilidades econômicas naturais para serem desfrutadas, principalmente madeira e ouro.

Provavelmente os pioneiros<sup>72</sup> da década de 1960, incluindo, João Lanari – que chegou em 1959 –, escolheram a região enquanto projeto da rodovia Belém-Brasília em andamento, e acreditaram no projeto de ocupação da Região Norte devido à mobilização federal em ocupar tal região; ou ainda, tiveram a certeza de que o fato mais importante foi realmente ser “pioneiro”, chegar à frente, para poder realmente especular e aproveitar as oportunidades.

Devido à dimensão gigantesca da região amazônica, aliada com a necessidade de “segurança nacional”, aquele último apelo a diferenciou das demais regiões de fronteira, criando-se lemas e frases clichês a fim de justificar o impactante processo ocupacional, os quais foram constantemente lembrados por todos os pioneiros. Um exemplo foi a apresentação do texto do primeiro Estatuto Social da Fazenda Santa Tereza.

Artigo 4º. A sociedade terá como finalidade a participação na iniciativa privada no processo de desbravamento e povoamento de grande vazios do País, proporcionando a oportunidade de acesso à terra agricultável, aos trabalhadores e produtores rurais, proprietários ou não, com vista a complementar o esforço governamental dirigido no sentido de acelerar o desenvolvimento social e econômico dessas regiões. Nesse sentido, a sociedade desenvolverá os seguintes objetivos sociais: a) A colonização e loteamentos rurais e urbanos de terras próprias ou de terceiros, compreendendo a elaboração e execução de

---

<sup>72</sup> Silva (2008) em seu artigo “Bandeirantes do século XX na Amazônia: a formação socioeconômica da frente pioneira de Redenção no sul do Pará”, discute o termo “Bandeirante Moderno” para refletir sobre esse processo de ocupação.

planos e projetos, a compra e venda de lotes rurais, e demais atividades afins (...) (ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO, FAZENDA SANTA TEREZA S.A.).

Termos como “povoamento” e “acesso a terra” fizeram parte do imaginário de contribuição direta ao desenvolvimento do País. Neste sentido, faz-se importante ressaltar que qualquer tentativa de loteamentos rurais e urbanos de áreas pequenas foi bem circunstancial, com grande diferenciação do que ocorreu no norte do Paraná, onde praticamente não houve pequena propriedade rural, adquirida por pioneiros nos primeiros anos de grande movimentação no sul do Pará na década de 1960.

O que a Cia. de Terras da Mata Geral agregou ao seu entorno foram médias e grandes fazendas, na sua maioria de propriedade e administradas por empresas agropecuárias de capital familiar, com suas exceções, é claro. Isso porque o peso das empresas agropecuárias administradas por empresas de capital estrangeiro ou nacional, como a Fazenda da Volkswagen, a Fazenda da Supergasbras e a Fazenda do Bradesco, ficaram de certa forma mais distantes. E, as transformações planejadas ou não a Companhia de Terras da Mata Geral ainda permanece.

Porém a área remanescente está separada dentro do que já foi toda a extensão da Companhia de Terras da Mata Geral. A maior propriedade é a Fazenda Santa Tereza, localizada muito próxima da área urbana do município de Redenção, e a fazenda relativamente menor é a Cumaru no Sul, situada no município de Cumaru do Norte.



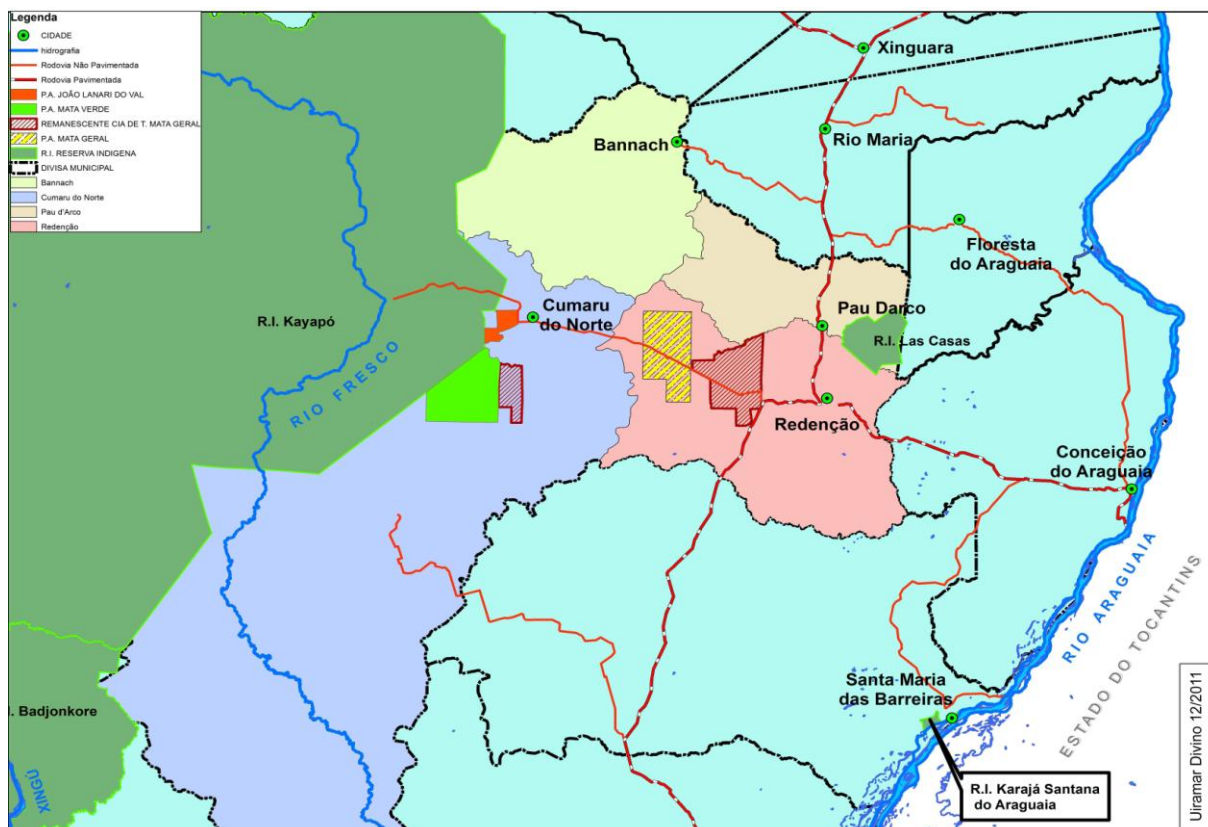


Figura 9 – Área atual da Fazenda Santa Tereza e Fazenda Cumaru do Sul, atualmente separadas por outras propriedades e por um projeto de assentamento (Mata Geral).

Fonte: DIVINO, Uiramaram. Dez/2011 Adecol Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.

Atualmente, além das divisas das propriedades mais emblemáticas da família Lanari, a reserva indígena e o assentamento rural, existem também outras fazendas de diferentes tamanhos.

Devido à construção de básica infraestrutura de acesso desde a década de 1960, a Companhia de Terras da Mata Geral influenciou a vinda de muitas outras famílias para toda a região em torno, essas que também já desenvolviam a atividade pecuária, geralmente em Minas Gerais e Goiás, porém venderam suas propriedades bem estruturadas em seus estados de origem para se capitalizarem e adquiriram áreas bem maiores no Pará.

É claro que nesses processos, com os novos pioneiros de diferentes níveis econômicos, iniciou-se o abandono de algumas áreas e a ocupação irregular de outras, contribuindo diretamente para o problema da regularização fundiária que eclodiu nas últimas décadas nessa região.

Em síntese, os projetos agropecuários oferecidos pela SUDAM, mudaram de forma significativa os arranjos da economia local, em todo o sul do Pará. Também contribuíram diretamente para a efetivação da pecuária, como atividade principal. Contudo, as dinâmicas de ocupação utilizadas na formação da Companhia de Terras da Mata Geral assemelham-se às formas de ocupação no norte do Paraná na década de 1930.

João Lanari e os outros médios e grandes fazendeiros que compraram terras na região, não se envolveram diretamente com a construção do núcleo de Redenção, mas o fato de apoiarem diretamente pessoas de confiança para a referida tarefa demonstrou a pretensão de manter estreita relação com o poder público local.

A Companhia de Terras fora criada com o potencial de ser uma colonizadora particular, o que acabou não ocorrendo, pois surgiram diversas outras circunstâncias mais vantajosas para a família Lanari. Desde o início de tal empreendimento até o final da década de 1960, diversas obras públicas foram realizadas com recursos privados. Porém, pouco tempo após a sua criação, a Companhia de Terras já passaria a contar com a parceria e o interesse de médios e grandes outros proprietários de terras que chegaram à região analisada.

Dentre as obras em destaque, tem-se a construção da estrada ligando a cidade de Conceição do Araguaia ao então povoado de Redenção, e deste até a sede da Fazenda Santa Tereza, além, evidentemente, de vicinais ali derivadas. Como consequência natural, vieram algumas pontes sobre os principais rios da região, à exceção do rio Araguaia, o que proporcionou um intenso tráfego de veículos durante o período de estiagem, bem como a criação de várias pistas de pouso de aeronaves de pequeno porte, espalhadas pela região.

A mudança quanto ao direcionamento de políticas públicas para a Amazônia, a partir de meados dos anos 1960, redirecionou as ideias desses primeiros pioneiros capitalizados. Além do mais, havia dinheiro público para desmatar até 50% de cada empreendimento rural, para efetivar o plantio de pastagem artificial, visto que os projetos para a região nessa primeira etapa foram exclusivamente voltados para a pecuária bovina de corte.

Torna-se difícil imaginar um cenário do que teria ocorrido na região, caso não tivessem existido os incentivos fiscais promovidos pela SUDAM. A partir do momento que o foco do governo federal em ocupar a Amazônia ganhou uma forte dimensão política e questões como a segurança nacional e o desenvolvimento dessa região, também passaram a incorporar com saudosismo os discursos dos já instalados e dos recém-ocupantes (pós-1964) do sul do Pará; não só o discurso, mas também as estratégias foram alteradas, e o que seria a acumulação de terras para uma futura especulação imobiliária, em curto espaço de tempo já era a nova fronteira do Brasil. A vultuosidade de projetos pecuários, subsídios e ações direcionadas pelo Estado brasileiro na região sul do Pará, serão apresentadas no próximo capítulo.

É claro que os incentivos fiscais que fomentaram a possibilidade de criação das empresas agropecuárias, na região amazônica a partir da década de 1960, as quais se multiplicaram principalmente pela onerosa “compensação pela imobilização improdutivo de capital na aquisição de terras para abertura das fazendas” (MARTINS, 2009, p. 153); dinamizaram ainda mais as esperanças de desenvolvimento na região.

Então o processo de ocupação, intenso, vantajoso e apoiado pelo governo federal, que foi realmente impulsionado em meados do século XX, quando os governantes assumiram as potencialidades daquele território, também foi oportuno quanto às disponibilidades de conhecimentos e técnicas que proporcionaram o avanço agressivo, inclusive para as áreas de florestas mais densas (MELLO, 2008).

Nesse sentido, vale a pena reforçar que as grandes movimentações e incentivos para a ocupação e valorização econômica da Amazônia Brasileira foram as ações, a partir de meado dos anos de 1960 que realmente se popularizaram. Contudo, ocorreram na trajetória política brasileira outras tentativas para mobilizar o avanço da fronteira agrícola do Brasil.

A interdependência entre a organização do Estado e a conquista de novas áreas é patente desde a Proclamação da República; desde os fins do século XIX até 1930 a expansão da fronteira visando a produção de alimentos para o suprimento dos trabalhadores urbanos foi acionada por poderosa ação ideológica do Estado, expressa na bandeira da “Marcha para o Oeste” e em projetos de colonização oficial. A consolidação de uma área produtiva interiorizada, por sua vez, foi fator de fortalecimento do poder central, o “Estado Novo” autoritário, e, contudo, no pós-guerra, em meados da década de 1950, que se intensifica a relação Estado-espaco e a produção do espaco global (...) (BECKER, 1988, p. 68).

Levando em consideração que foram os últimos anos da década de 1950 os momentos de maior interesse por alguns empreendedores por terras no sul do Pará, podemos relacionar que esses homens empreendedores tiveram suas expectativas de conquistas geradas em outros momentos de suas experiências pessoais, sociais e profissionais.

Becker (1988) também reflete o quanto a acumulação monopolista impulsionou tanto a urbanização quanto a expansão da fronteira agrícola. E a intensa produção de bens de consumo duráveis, geralmente dominada por empresas de capital estrangeiro se fortaleceu, e foi nesse momento que a economia nacional buscou diversificar seus investimentos, destacando-se a compra de terras.

Em contrapartida, o Estado apoiou essa escolha com a propagação de uma ideologia desenvolvimentista e proporcionou a mobilidade pelo território devido à instalação de estratégias rodovias, que também permitiu a inserção de mercados regionais até então isolados do contexto nacional.

## **4 FAZENDA CRISTALINO COMO MODELO DE DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SUDAM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

A grande propriedade rural, que ainda é muito presente na área de estudo da pesquisa, na região sul do Estado do Pará, em grande parte se transformou ou ainda se transforma, física ou ideologicamente, de acordo com os potenciais econômicos de cada época. Desmatamentos, formação de novas fazendas, trabalho escravo ou degradante, fluxo migratório e falta de políticas públicas fiscalizatórias acompanharam a trajetória dos empreendimentos, tendo, é claro, diferentes impactos nas dinâmicas empresariais rurais.

Historicamente, a região sul do Pará destacou-se por suas condições favoráveis à pecuária. Nas entrevistas para a elaboração desta tese, todos os médios ou grandes produtores entrevistados foram convictos em elencar os fatores positivos para a produção pecuária, em especial o clima - devido à mínima variação de temperatura durante as diferentes estações do ano.

A questão geográfica também foi significativa para a constituição de um pólo pecuário na região, para muitos moradores a construção de rodovias contribuiu diretamente para a valorização das terras. Porém, a possibilidade da execução de benfeitorias nas propriedades, através dos incentivos fiscais, foi sem dúvida, o grande diferencial.

Neste capítulo será acompanhada a trajetória de um dos mais clássicos empreendimentos rurais formados no território sul paraense: a Fazenda Cristalino, do grupo Volkswagen. Foi uma empresa agropecuária fundada na década de 1970, a origem da legalização de sua imensa área adquirida pelo grupo automotivo iniciou-se ainda nos finais da década de 1950, envolvendo diferentes nomes de pessoas físicas.

A década de 1970 foi um marco no sul do Pará, onde grandes áreas passaram a ser ainda mais procuradas por investidores, especuladores e também fazendeiros oriundos de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, além de empresas nacionais e de capital estrangeiro, como o Grupo Bradesco e o Grupo Volkswagen, que tiveram grandes fazendas na região.

Desdobram-se em Conceição alguns efeitos dos mesmos movimentos econômicos e políticos que haviam propiciado a criação de Brasília e a construção da rodovia Belém-Brasília. A essas novas condições, somavam-se em seguida os incentivos e apoios financeiros, políticos e outros, de agências governamentais como a SUDAM. (...) Fortes grupos econômicos do sul do País, para ser mais preciso de São Paulo, em sua maioria, que haviam adquirido do governo do Estado anterior ao da Revolução de 1964 os títulos de enormes extensões de terras, se sentiram atraídos pelas excelentes ofertas e facilidades proporcionadas pelos incentivos fiscais e para aqui se deslocaram investindo maciçamente grandes somas de capital, no setor agropastoril (IANNI, 1978, p. 99).

Na região dessa pesquisa, pode-se dizer que apenas um grande grupo econômico, de administração familiar, chegou ao sul do Pará, antes de 1964, o grupo Lunardelli. Os outros dois empreendedores, que dinamizaram negócios envolvendo centenas de títulos de terras, na época já possuíam certo capital, fonte de outros negócios, mas não possuíam nenhum empreendimento de renome nacional ou uma grande fortuna. Foram principalmente as ousadas estratégias de ocupação, que proporcionaram às famílias Ribeiro, e principalmente Lanari do Val, a possibilidade de consolidarem um grande e sólido patrimônio, o qual sofreu explosiva valorização desde a constituição primária do empreendimento rural na Amazônia.

Na dinâmica dos diferentes tempos que envolveram os grupos de pioneiros no Pará, a relação mais recente com a construção de rodovias, tornou-se um apoio essencial para debater parte do processo. Até o início da construção da Transamazônica as principais rodovias que dinamizaram a penetração na Amazônia eram foram Belém Brasília e a PA-70<sup>73</sup>. E mesmo com uma distância bem significativa entre a área de influência da Transamazônica e a área de atuação dessa pesquisa, também foram impactantes os fluxos migratórios que chegaram ao sul do Pará. Ainda que não existisse na região um projeto de colonização voltado para os pequenos produtores.

Ianni (1979) aponta que na década de 1970 a rodovia Transamazônica, bem como outras estradas, que surgiram em toda a região norte, intensificaram o número de famílias nordestinas que se deslocaram para a Amazônia. Neste mesmo período, catapultou-se o interesse das empresas agropecuárias em adquirir áreas na região, em especial no sul do Pará, pois desde 1966 algumas empresas já iniciaram os processos burocráticos para a capitalização de recursos. Gradativamente, as melhores áreas ficaram cada vez mais restritas sendo que, as empresas agropecuárias por necessidade estratégica, se consolidavam em gigantescas áreas. Os núcleos de posseiros ampliaram-se também de forma significativa, com a chegada de pequenos e médios novos ocupantes.

Nesse sentido, é importante ressaltar a grande política de colonização dirigida para a Amazônia, que foi consolidada na década de 1970. Desde o golpe militar em 1964, já se discutia de forma mais centralizada os planos para o efetivo desenvolvimento regional, em especial para a região amazônica, onde o foco foi a política de ocupação (MELLO, 2006). Assim, a política de ocupação contribuiria nas questões de segurança do território e apaziguaria possíveis tensões sociais em áreas castigadas pela seca no nordeste brasileiro, pois desde 1964 já se procurava uma política de controle para problemas sociais. É claro

---

<sup>73</sup> Atual trecho da Rodovia BR 222 com 221 km de extensão, ligando Marabá a Dom Eliseu e passando por Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo e Rondon do Pará, a antiga PA-70 forma o principal de eixo de integração do Estado, com mais de 1.500 km de rodovias e 2.000 m de pontes, junto à PA-150 e à BR-153. Permite o acesso, via rodoviária, de Belém até Brasília, além dos estados do Tocantins e Mato Grosso, ligando todo o Nordeste e Sudeste. Disponível em: <[http://www.setran.pa.gov.br/modal\\_rodoviario/BR222.php](http://www.setran.pa.gov.br/modal_rodoviario/BR222.php)>

que vencer o desafio demográfico significou também, ampliar os suportes básicos para o desenvolvimento do capitalismo na região (IANNI, 1979).

Em síntese, a essência da nova tentativa de ocupação em massa para a Amazônia, foi estabelecida no Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 16 de junho de 1970, através do decreto lei nº. 1.106<sup>74</sup>, durante a presidência de Emílio G. Médici (1969-1974). Contudo, parte desses objetivos, de forma direta ou não, cruzaram-se com o do 1º Plano Quinquenal (1967-1971) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. As práticas dessa Autarquia, já à época de sua criação, portanto anos antes, também possuía forte indicativo de preocupação com os países que estabeleciam fronteira com a Amazônia brasileira, devido às situações de instabilidade política, bem como os movimentos de guerrilhas já ativos nas nações sul-americanas vizinhas.

A recente ocupação do Pará, segundo Silva (1987), esteve ligada à inserção do País no contexto do capitalismo, ao lado do modelo primário exportador e acoplado com as novas estratégias políticas, entre elas a segurança nacional. Assim, na década de 1960 alguns marcos da aceleração do “progresso” na região, através de grandes obras de infraestrutura, começam a ser estabelecidos, entre eles a construção de estradas e rodovias.

Tais obras contribuíram para a redução do isolamento entre distantes regiões e também consolidaram as novas alternativas de investimentos. Em síntese, as políticas de desenvolvimento à época atraíram um imenso fluxo migratório e geraram consideráveis impactos sociais e ambientais nas áreas urbanas e rurais. Infelizmente, as políticas públicas desenhadas para o desenvolvimento da região amazônica não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e bem organizada (SERRA; GARCIA, 2004).

A construção da referida estrada fez-se, pois, em um novo contexto marcado pela necessidade de ampliação dos mercados potenciais para os produtos que passam a ser fabricados no centro-sul do País, e pela forma adotada para a circulação e comercialização das mercadorias produzidas, que privilegia a produção de veículos automotores, fazendo com que as ações governamentais reorientassem os investimentos públicos concernentes à infraestrutura de transportes e passasse a investir na construção de estradas e rodagens. A partir dessas vias, as terras paraenses, que em sua maioria eram terras “livres”, se incorporaram aos mercados, por meio de agentes econômicos do centro-sul e centro-oeste do País. A construção da Belém-Brasília como estratégia de política econômica representa um marco na história econômica e social da Amazônia, uma vez que possibilita o ingresso de suas terras nos mercados (FERNANDES, 1999, p. 37-38).

---

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-publicacaooriginal-1-pe.html>>

A construção da rodovia Belém-Brasília, que definiu um marco quanto à logística de toda a região norte, também contribuiu direta e expressivamente para o desenvolvimento do sul do Estado do Pará, mesmo que o trecho mais perto da rodovia se localize a 100 km da região. As rodovias menores complementaram a ligação do sul do Pará com o centro-oeste brasileiro, destacando-se a rodovia estadual GO-364, que à época da sua construção partia da rodovia Belém-Brasília, da cidade de Paraíso do Norte-GO (atual Tocantins) ao povoado de Caseara-GO (atual Tocantins), às margens do rio Araguaia. Segundo o Informativo Atlas S.A. nº. 04, de julho de 1983, a existência da rodovia GO-364 (atual TO-080) proporcionou maior agilidade para os caminhões boiadeiros e com carga de madeira que partiam tanto do sul do Pará como do norte do Mato Grosso.

Desde aquela época até os dias atuais, a travessia desse importante curso de água natural no extremo sul do Pará, vem sendo feito, sempre usando dois pontos de apoio: Caseara/TO, hoje cidade, e o distrito de Barreira de Campo, município de Santana do Araguaia/PA. Nessas travessias, que geralmente são realizadas a qualquer hora do dia ou da noite, todos os dias da semana, com duração de até duas horas, dependendo da estação do ano, são utilizadas grandes balsas que transportam veículos automotores de pequena a grande tonelage, além de ônibus interestaduais, máquinas e equipamentos diversos.

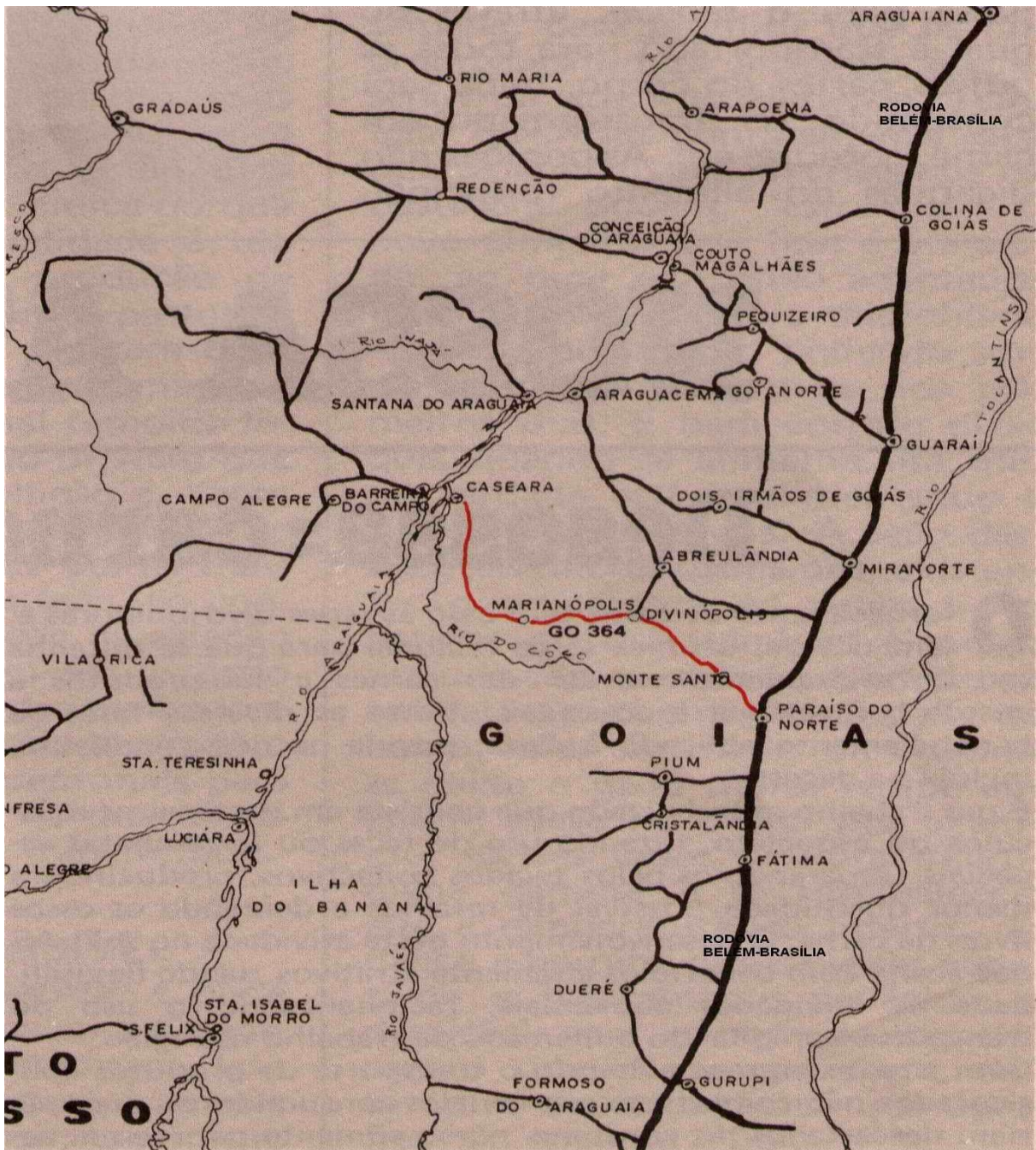


Figura 10 – Mapa da Rodovia GO-364.

Fonte: Informativo Atlas S.A., de julho de 1983.

Os projetos agropecuários no extremo sul do Estado do Pará, na região de Santana do Araguaia, foram também beneficiados pela rodovia BR-158, com ligação até o então povoado de Barreira de Campo/PA.

A construção da rodovia BR-158 fez parte do projeto de interiorização idealizado pelo então presidente Getúlio Vargas na década de 1940. Quando planejada em 1944, previa uma extensão de 3.946km, atravessando longitudinalmente o País do sul ao norte, com o seu ponto inicial no município gaúcho de Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai



e com término no município de Altamira, Estado do Pará, passando também por Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso. Da extensão total planejada inicialmente ainda restam 1.361km a serem implantados, distribuídos ao longo da maioria dos Estados mencionados, sendo que no Pará falta a maior extensão (588 km). As obras dessa rodovia em território paraense começaram na década de 1970, fazendo parte do grande projeto de “segurança nacional” para a Amazônia. O sul do Pará teve o único trecho implantado até o momento, numa extensão de 306 km, hoje estando totalmente pavimentado. A pavimentação começou no ano de 1986 e foi concluída em 2008, passando pelos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras até próximo à cidade de Redenção, justamente na região de abrangência da pesquisa.

A rodovia Belém-Brasília foi o primeiro importante acesso ao sul do Pará, região de Conceição do Araguaia/PA, através da atual rodovia TO-336, indo da cidade de Guaraí/GO (atual Tocantins) até a cidade de Couto Magalhães/GO (atual Tocantins) e desta, após a travessia do rio Araguaia, indo até a cidade de Conceição do Araguaia/PA.

As cidades de Couto Magalhães/GO (atual Tocantins) e Conceição do Araguaia/PA são separadas também pelo rio Araguaia e tinha como único meio de travessia confiável e seguro as grandes balsas, semelhantes às utilizadas mais ao sul da região. Justamente ao final da década de 1970 houve um fator decisivo de consolidação de logística para essa região, que foi privilegiada com o acesso em definitivo por meio de uma ponte de 700 metros sobre o rio Araguaia, ligando os dois Estados. Essa ponte continua desde então sendo o único meio de travessia entre o Tocantins e o Pará em que não se utiliza de balsas.

Desde a década de 1970, já havia uma pequena estrada de acesso ao sul do Pará, a partir de Conceição do Araguaia, rasgando Amazônia adentro, chegando até o então povoado de Redenção. Essa estrada estadual (PA-287) está totalmente asfaltada desde meados da década de 1980, apesar da péssima manutenção, com algumas precárias pontes sobre córregos e rios menores.

Nesse contexto de expansão da malha terrestre, a construção da rodovia PA-150, aberta na década de 1970 e somente asfaltada a partir de 1986, também teve a sua importância para a economia local, pois foi construída com o objetivo de ligar a capital do Estado, mais especificamente o porto da cidade de Belém, com a rica província mineral do sudeste do Pará - Carajás. Quando inaugurada, a rodovia PA-150 ampliou a comercialização do rebanho vivo em toda a região, bem como potencializou a distribuição da carne bovina tanto internamente quanto para outros estados.

As vias de acessos rodoviários, em conjunto com algumas medidas jurídicas estaduais e federais relacionadas ao uso da terra, propiciaram o controle do espaço e, àquela época, privilegiando os empreendimentos agropecuários. A constituição de um grande número de empresas agropecuárias na mesma região deu-se através de um seguro processo de

aquisição de títulos de grandes terras até 1964, os quais tiveram como principal corretor o paulista Carlos Ribeiro. Nessa perspectiva Ribeiro teve um papel fundamental em muitas transações imobiliárias e iniciou suas corretagens na região sul do Estado do Pará nos anos finais da década de 1950. Em conversas informais com familiares e amigos, houve sempre comentários de como ele foi eloquente e perspicaz, contudo reforçam que frequentou apenas alguns anos da escola primária. Essas pessoas que conviveram com Carlos Ribeiro, acreditam que a dinâmica social que ele manteve com cada indivíduo dentro do contexto do seu trabalho como corretor e empreendedor, contribuiu diretamente para ajudar no processo de titulação de terras públicas, principalmente quanto ao avanço nos processos burocráticos.

Sua história, mesmo não enriquecida de detalhes sobre o “descobrimento” de ótimas terras “não habitadas” em território paraense, surgiu através de sobrevôos na região. Carlos Ribeiro sempre contava para seus clientes, amigos e familiares, como “descobriu” tal área. Em 2007, seu irmão Pedro Ribeiro narrou novamente a história em entrevista concedida para esse trabalho de tese, sendo a mesma realizada na cidade de São Paulo.

Segundo o irmão, o corretor Carlos Ribeiro morou com a família no interior de São Paulo, mas teve passagens pelo norte do Paraná e antes de ser corretor de imóveis foi agricultor, garçom e motorista. Naquele momento da “descoberta”, nos anos finais da década de 1950, ele trabalhava muito com imóveis rurais no Estado de Goiás.

Quando ele conseguiu capital para comprar seu primeiro avião, um *Stinson*, incrementou seus negócios de corretagem, pois levava os compradores para visitar fazendas distantes, permitindo observar melhor as fazendas do interior de Goiás, na região de Jussara e Crixás, chegando mais ao norte, na região de São Miguel do Araguaia (Pedro Ribeiro, entrevista concedida em 2007).

Segundo essa narrativa, houve o desaparecimento e consequente acidente aéreo de um avião comercial que fazia o trajeto EUA-Brasil<sup>75</sup> e, segundo as últimas mensagens transmitidas pela tripulação, a aeronave sobrevoava o território amazônico. Sendo assim, alguns aviões militares começaram a fazer sobrevôos para apurar informações. Como era

---

<sup>75</sup> Provavelmente esse acidente, do qual inclusive Pedro Ribeiro sabia poucos detalhes, teria sido a queda de uma aeronave da *Pan American World Airways* (Pan Am), a qual fazia o trajeto Brasil-EUA, que partira do Rio de Janeiro em 28 de abril de 1952, com destino final em *Nova York*, a bordo estavam 50 pessoas, entre passageiros e tripulantes. Após esse vôo deixar de fazer contato com o controle de Carolina-MA, houve então uma imensa varredura com aviões brasileiros e norte-americanos em mais de 800 mil Km<sup>2</sup> da área da floresta Amazônica. O padrão de busca percorreu a suposta rota oficial da aeronave, (o que faz supor que Carlos Ribeiro teria feito buscas numa provável região distante dessa rota). Quatro dias após o seu desaparecimento, os destroços dessa aeronave foram avistados pela tripulação de um avião cargueiro. Serviu como ponto de apoio mais próximo para se realizar o salvamento na cidade de Araguacema/TO, às margens do rio Araguaia, que possuía uma pista de pouso simples que até então, servia pequenos aviões para o transporte de carne das charqueadas da região, não houve sobreviventes nesse acidente.

um território imenso, proprietários/pilotos de aviões particulares também teriam sido convidados a participar das buscas, tendo as despesas com combustíveis reembolsadas.

Em tais circunstâncias, Carlos Ribeiro já pilotava, e optou por seguir uma rota próxima ao Estado do Mato Grosso. Em determinado momento, quando se distanciou de alguns pontos de referência do Mato Grosso e de Goiás, percebeu uma extensa e densa mata e ficou em dúvida quanto à localização, mas teve como referência a pequena cidade de Conceição do Araguaia.

O irmão de Carlos fez questão de narrar o porquê da escolha daquela área: “Carlos comparou a sua visão da mata e da geografia com as florestas que ele ainda presenciou no norte do Paraná”, (Pedro Ribeiro, entrevista concedida em 2007). Logo em seguida, confirmando a localização em território paraense, Carlos passou a frequentar a capital, Belém, para apurar contatos e informações que pudessem resultar no processo de titulação daquelas áreas.

Um outro comentário de Pedro Ribeiro confirmou as histórias de muitos moradores do sul do Pará, relacionada com a afirmação que Carlos Ribeiro “dinamizava”<sup>76</sup> os trabalhos burocráticos no órgão fundiário estadual para a titulação das glebas<sup>77</sup> em nome de pessoas físicas. Nesse contexto, é importante destacar que esse mecanismo de titularização de terras paraenses, em números espantosos, ocorreu dessa forma até 08 de novembro de 1964, porque a partir da Emenda Constitucional nº. 10, de 09 de novembro de 1964<sup>78</sup> (art. 6º), “ficará reduzido o limite de titulação para cada pessoa física de até 10.000 hectares para até 3.000 hectares”.

Mesmo assim, somente esses primeiros anos da década de 1960 foram suficientes para Carlos Ribeiro conseguir a emissão de mais de duas centenas de títulos de terras, uma gleba para cada pessoa física, junto ao governo paraense, ou seja, cerca de um milhão de hectares.

Esses títulos, em um primeiro momento, foram negociados com fazendeiros, principalmente paulistas. “A primeira transação de corretagem envolveu 119 lotes de 4.356 hectares cada um, e os primeiros compradores foram de Barretos-SP” (Pedro Ribeiro, entrevista concedida em 2007). Um deles, o pecuarista Carlos Meinberg, que colaborou com uma entrevista para esse trabalho, realizada no ano de 2007, confirmou que foi o primeiro comprador dos títulos de terras emitidos pelo governo do Estado do Pará, oferecidos por

---

<sup>76</sup> Nas entrevistas e nas conversas informais com alguns atores, aos quais tiveram contato com Carlos Ribeiro, geralmente utilizaram os termos: propina, ajeitamento, suborno para falar da relação dos pioneiros com muitos funcionários do governo do Pará, que atuavam nos processos de legalizações das áreas.

<sup>77</sup> Gleba: porção de terra que na região possui 4.356 hectares ou 900 alqueires goianos, medida muito utilizada informalmente na região na época da ocupação. Disponível em: <[www.desastresaereos.net/historia\\_02.htm](http://www.desastresaereos.net/historia_02.htm)> Acesso em: dez. 2011.

<sup>78</sup> Com a instalação do regime militar em 1º de abril de 1964, o regime autoritário, repercutiu por todas as esferas de poder, inclusive dos estados. Ocorreram mudanças quanto às lideranças, secretários e demais funcionários que ocupavam cargos de confiança, inclusive nas áreas de regularização de terras.

Carlos Ribeiro. Essa busca de mais terras por preços indiscutivelmente baixos em áreas paraenses não foi o primeiro passo desses homens de negócios. Tais como muitos outros que logo viriam para o Estado do Pará, o senhor Meinberg, à época, também já possuía uma grande fazenda em Goiás. Ou seja, primeiro ele se adaptou à produção pecuária em um território diferente de sua terra natal e depois buscou nova oportunidade.

Os pioneiros e seus descendentes frisam que o perfil das áreas, aliado aos documentos oficiais de posse, foram o grande atrativo. A mudança de Goiás para o Pará também foi influenciada pelas possibilidades de fomento através da Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (SPVEA), criada em 1953. Lira (2005), aponta que a criação do órgão regional surgiu a partir da extensão do Art. 199 da Constituição Federal de 1946, na qual constava o plano de valorização econômica para a região.

A criação da SPVEA objetivava fundamentalmente a deflagração de um projeto desenvolvimentista que tinha por escopo a melhoria do padrão de vida dos amazônidas e a eliminação das diferenças inter-regionais, estimulando a criação de agroindústrias como atividade alimentícia capaz de suprir o mercado de consumo local, reduzindo até a eliminação da importação de gêneros alimentícios. Através desse plano deveria acontecer, como consequência, a redução das diferenças inter-regionais (MEIRA, 2007, p. 07).

Para engrenar outras possibilidades de venda, o corretor Carlos Ribeiro fez questão de levar o pecuarista Meinberg para visitar a região por vias aérea, fluvial e terrestre, principalmente. As áreas compradas por esse fazendeiro foram três glebas contíguas, as quais deram origem à Fazenda Arraiporã.

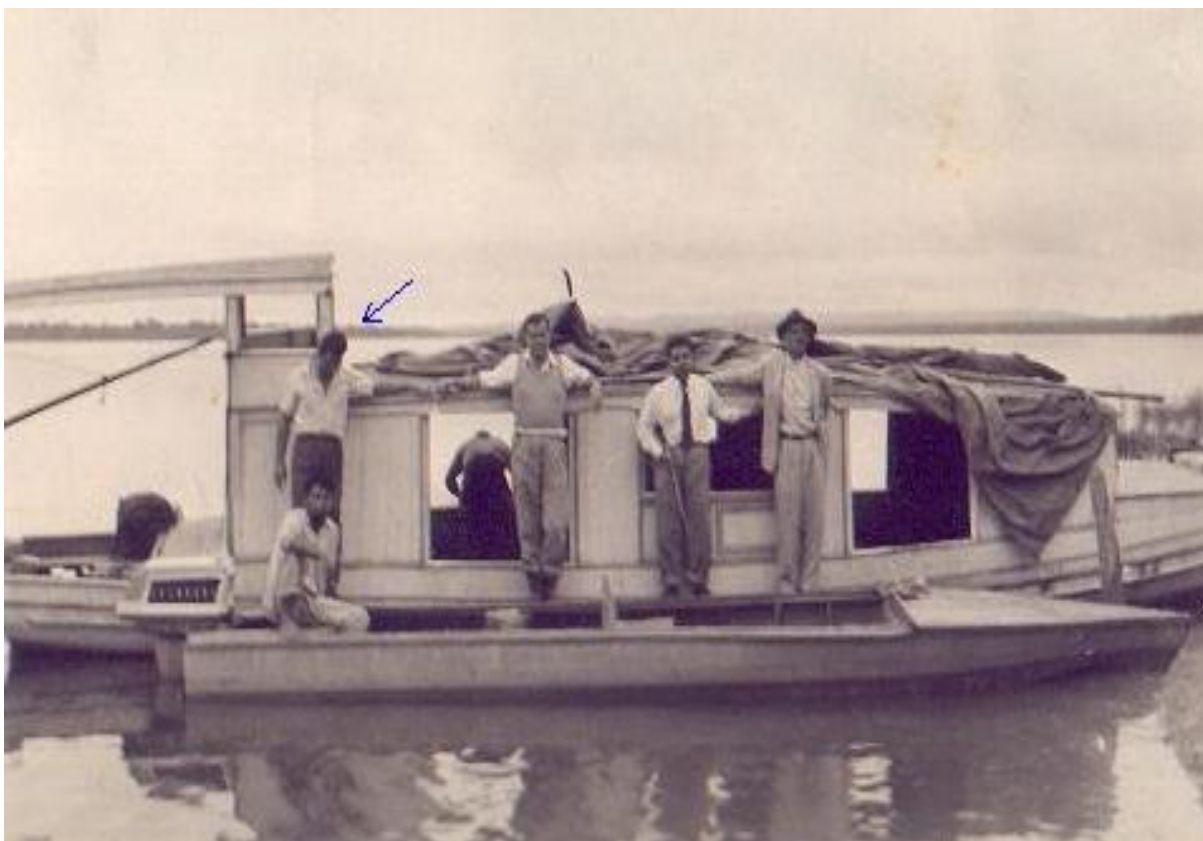


Figura 11 – Foto da comitiva do corretor Carlos Ribeiro na primeira visita terrestre.

Fonte: Acervo de Pedro Ribeiro, de aproximadamente agosto de 1958/1959.

Nesse contexto, foi possível visualizar nos livros de Transmissões de Imóveis do Cartório de Registro de Imóveis de Conceição do Araguaia muitas transcrições de transações de venda e compra de imóveis rurais da região, em nome de Carlos Ribeiro e de seus irmãos. Poucos anos mais tarde, no auge da especulação imobiliária da região, todas essas áreas foram vendidas e por consequência transferidas para os novos proprietários com reais interesses na constituição de fazendas, mas às vezes tão somente como meio de especulação imobiliária.

Alguns documentos obtidos no decorrer dessa pesquisa<sup>79</sup>, cujos originais foram apresentados por um dos entrevistados, Pedro Ribeiro, a grosso modo, demonstraram uma quase “promiscuidade” entre o que seria o interesse público e o verdadeiro propósito com as práticas perpetradas entre os agentes públicos e o ente particular.

O que se pode extrair desses documentos, nada mais é do que a constatação do particular, determinando de forma escancarada e sem meias palavras como se estabeleceria o futuro fundiário, ou quase isso, de um Estado brasileiro, numa busca já pré-determinada de exclusivo proveito financeiro, através de “negociata”, que envolvia enorme extensão de terras públicas em território amazônico.

---

<sup>79</sup> Vide Anexo 1.

Foram esses títulos de terras, expedidos pelo governo do Estado do Pará<sup>80</sup>, através da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, a partir de 1958, sucedida pela Secretaria de Estado de Agricultura do Pará e posteriormente, em 1975, sucedida pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que possibilitaram as negociações com o Grupo Volkswagen em meados da década de 1970, como também para outras grandes empresas que assumiram extensos projetos pecuários na região.

Carlos Ribeiro transitou no cenário de ocupação do sul do Pará com grande desenvoltura, devido às suas articulações sociais e pessoais, tanto na região quanto com grandes fazendeiros no centro sul do Brasil. Em Belém, a sua atuação se restringia a políticos e funcionários públicos. Essa singular habilidade conferiu a Carlos Ribeiro uma condição especial que o colocou como um importante colaborador ou até mesmo partícipe de outros grandes empreendimentos regionais. Demonstração inequívoca disso foi a sua atuação nas discussões que envolviam o primeiro grande projeto industrial vislumbrado para o sul do Pará, a construção do Frigorífico Atlas, parceria de empresários alemães e brasileiros.

Em 13 de março de 1975, logo após participar de uma reunião de negócios na capital paraense, sobre a construção do Frigorífico Atlas, no município de Santana do Araguaia, Carlos Ribeiro morreu em acidente aéreo. Naquele dia, decolando do aeroporto internacional *Val-de-Cans*, em Belém, Carlos Ribeiro pilotava seu próprio avião executivo a jato, *Citation-Cessna*. Além de empresários de destaque nacional, também haviam participado da reunião sobre esse novo empreendimento no sul do Pará o ex-ministro da Agricultura, Oscar Thompson Filho e o representante do Frigorífico Atlas na Alemanha, o executivo *Wolf Ernst Otto Aktlimenhofen*. Ambos, estavam a bordo dessa aeronave acompanhando Carlos Ribeiro e sofreram o mesmo fim trágico.

A transação comercial que envolveu o Grupo Volkswagen, foi uma das maiores que o corretor realizou, não apenas significativa quanto à área física, mas principalmente pela dimensão de divulgação que tal empreendimento teve no Brasil e no exterior.

Com relação às outras transações imobiliárias, nos moldes que ele desenvolveu e que se destacaram desde o início pelo imenso volume de terras comercializadas, o maior exemplo foi, sem dúvida alguma, a intermediação que envolveu uma grande área, cujo nome de referência se denominava Fazenda Codespar. As ambições desse que seria um misto de empreendedor e oportunista, levou Carlos Ribeiro a criar uma empresa e a nominar o seu principal ponto de apoio e um dos primeiros desflorestamentos da região, como sendo CODESPAR – Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará. A fazenda

---

<sup>80</sup> Entre 1956 e 1966, o Estado do Pará teve os seguintes governadores: Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (10 de junho de 1956 a 29 de maio de 1959); Luís Geolás de Moura Carvalho (29 de maio de 1959 a 31 de janeiro de 1961); Aurélio Correia do Carmo (31 de janeiro de 1961 a 15 de junho de 1964); Jarbas Gonçalves Passarinho (15 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1966).

Codespar fora constituída em 1962 pelo próprio Carlos Ribeiro, que emprestou o próprio nome e de seus familiares para obter a titulação junto ao governo paraense.

Em momento oportuno, enquanto transitava em meio a grandes fazendeiros e empresários de São Paulo, Carlos Ribeiro se aproximou e convidou o empresário paulista e produtor de café, também já pecuarista, Nicolau Lunardelli para visitar a fazenda Codespar, já com possível expectativa de negócio.

Nicolau Lunardelli era filho de Geremia Lunardelli, considerado o “rei do café” no Brasil, tal como foi visto no capítulo anterior. Um imigrante italiano, que recomeçou a vida no Brasil como agricultor, trabalhando em fazendas de café, mas que durante sua trajetória de vida soube explorar e aproveitar muito bem as oportunidades econômicas de cada momento. Foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento de áreas de plantio de café no interior do Estado de São Paulo e no norte do Estado do Paraná, tendo sido também diretamente responsável por vários projetos de colonização e abertura de novas áreas, onde naquela época era a fronteira agrícola do Brasil (GIOVANNETTI, 1951).

Nicolau Lunardelli acabou por comprar a Fazenda Codespar, além de outras áreas próximas, chegando àquela época a possuir cerca de 700 mil hectares, sendo que grande parte das negociações foram intermediadas por Carlos Ribeiro.

A reprodução da nova fronteira agrícola, principalmente aos olhos de empresários e fazendeiros, que mantiveram o imaginário de sucesso econômico e social através da conquista de novas terras, como se protagonizou no norte do Estado do Paraná, foi também um componente que legitimou a presença quase que exclusiva de paulistas e paulistanos, atuando de forma “agressiva” no sul do Estado do Pará, nos anos iniciais da ocupação.

Essa agressividade se expunha em todos os censos, indo desde a aquisição quase sempre de enormes extensões de terras, seja diretamente do governo estadual, utilizando-se dos estratagemas que o sistema permitia, facilitando ou “induzindo” a tramitação dos processos administrativos de aquisição de terras junto aos órgãos públicos estaduais, contratação de centenas de trabalhadores para que realizassem os desflorestamentos para dar lugar às pastagens artificiais. No começo se desenrolou com pouco ou quase nenhum financiamento público, mudando radicalmente a partir de meados da década de 1970. Tudo acabou se tornando a mola propulsora e garantidora de que estariam trilhando o caminho certo para o fortalecimento de seus patrimônios.

É notório que iniciativas e tentativas de diferentes projetos governamentais federais voltados para a Amazônia tiveram um importante papel para impulsionar a maciça frente de produtores e trabalhadores, que chegaram à região durante a década de 1970, inclusive pequenos e médios produtores, com capital. Os fazendeiros e/ou empreendedores, que chegaram e se consolidaram em território amazônico, antes dos projetos governamentais de

ocupação, desenvolvidos a partir de meados da década de 1960, diferenciam-se desses grupos mais recentes.

Além de optarem pelo risco, mas também pelas vantagens da vanguarda, tinham condições financeiras próprias para iniciar, ou dinamizar, infraestruturas básicas, sem necessidade da presença contínua do Estado. O qual, até então foi apenas coadjuvante no processo de aquisição das terras. Cabe aqui, nesse ponto, diferenciar o processo de ocupação de grandes áreas na região vizinha de Marabá e municípios ao entorno, onde o processo de concessão de grandes áreas, para a exploração dos castanhais, foi fortalecido na década de 1940, e desde então marcou grande parte da estrutura fundiária particular do sudeste paraense (VELHO 1972).

Para Fernandes (1999), a grande propriedade rural que se instalou na Amazônia, nos anos finais da década de 1950, fez parte de um movimento econômico que almejou a incorporação das mesmas no mercado nacional, tanto nas imensas áreas do território amazônico houve diferenças, tanto nas formas que se sucederam os processos de aquisições das terras como nas relações com os ocupantes típicos do território.

Além dos grupos de fazendeiros, empresários, trabalhadores e agricultores que incorporaram a nova frente migratória, principalmente a partir de meados de 1960, não se pode omitir outros dois grupos. Um deles seria os madeireiros, geralmente de origem sulista, que se incorporou ao movimento à margem da frente pecuarista que necessitava da derrubada de novas áreas para a implementação de pastagens artificiais, cumprindo assim suas metas frente aos projetos subsidiados. Outro grupo, em menor escala, foi formado por pequenos e médios garimpeiros, mesmo que o grande pólo de extração de ouro no sudeste paraense foi à época a região próxima de Serra Pelada, atual município de Curionópolis; pulverizaram-se em toda a região garimpos para a extração de ouro.

A partir do momento que diferentes grupos sociais começaram a se instalar na mesma região, cada um a sua maneira, buscando o sucesso, ou ao menos o retorno de tudo que fora investido, a ânsia de muitos pelos resultados positivos a qualquer custo geraram graves divergências e conflitos.

Houve, dessa forma, a abertura de estradas pelos governos federal e estadual, programas de assentamento rural, mecanismos de incentivos, crédito e proteção que atraíram o investimento privado. O governo, dessa maneira, incentivou o processo migratório para fins de ocupação. Antes da abertura das estradas, a região já era procurada por agricultores que trabalhavam com culturas anuais. Com a construção das rodovias, o processo se intensificou e atraiu outras atividades como, por exemplo, a madeireira. É nessa conjuntura que a Amazônia se torna palco de disputa, com interesses distintos que culminaram na formação desse emaranhado de atores sociais e nos problemas que hoje compõem o cenário amazônico pela disputa da terra e dos recursos naturais (IPAM, 2005, p. 30).



Na década de 1970, a pecuária extensiva consolidou-se como a principal atividade econômica da região. A implantação de grandes fazendas nos moldes do centro-sul brasileiro não causou somente o impacto ambiental, mas também transformações e rupturas em relação à cultura pastoril sertaneja, no modo de vida dos ribeirinhos e das tribos indígenas locais. O surgimento da nova fronteira pecuária agregou um grande contingente populacional e, conseqüentemente, um desenfreado processo de ocupação territorial, seja formal – através de compras de áreas com títulos legítimos, ou informal – através de posses precárias, pois, até então para aquela região, não havia qualquer projeto para os pequenos produtores.

O grupo formado pelos pecuaristas de tradição e o grupo dos administradores das grandes empresas agropecuárias realizaram diversas ações para o uso próprio das fazendas: escolas, enfermarias, construção e manutenção de pontes e estradas. Tais benfeitorias estiveram diretamente ligadas aos seus projetos aprovados pela SUDAM, e “cumpriram” o propósito do projeto do governo em “ocupar o vazio amazônico”. Porém, percebe-se claramente que muitas benfeitorias só foram realizadas na região porque também atenderam as necessidades dos próprios empreendimentos e que o espaço, mesmo que apresentasse uma densidade demográfica baixa, foi ocupado há mais de séculos pelos grupos indígenas da região, e desde os anos finais do século XIX pela frente pastoril nordestina.

As ações realizadas por particulares, agora já fomentadas em grande parte pelo Estado, contribuíram para ampliar o quadro social da região. Estas asseguraram, de certa forma, a fixação de grande parte de trabalhadores e seus familiares, e ainda, proporcionaram mais condições de trabalho aos prestadores de serviço, como veterinários e agrônomos. Com as oportunidades de fomentos de projetos pela SUDAM, mesmo que, em geral, estes fossem voltados para o desenvolvimento das pastagens e o melhoramento dos rebanhos, crescia constantemente a ampliação de estradas, construções de pontes e o surgimento de novos núcleos populacionais – hoje, cidades. Mesmo com toda a problemática de vários projetos financiados pelo referido órgão, é possível afirmar que aquele período foi o pontapé inicial para o crescimento populacional, bem como do relativo melhoramento da infraestrutura, onde a região se transformou muito rapidamente.

Desde os primeiros anos do governo da Ditadura Militar (1964-1985), a partir da estratégia de segurança nacional, foram desenvolvidas políticas para a ocupação da Amazônia, destacando-se uma política de colonização dirigida dentro da Amazônia Legal. Contudo, não foi previsto que por consequência direta ou indireta, os projetos de colonização atrairiam milhares de migrantes de todas as regiões do País em busca de uma vida melhor no campo ou em cidades em pleno crescimento.

A partir de 1974, o governo do presidente Ernesto Geisel abandonou o foco dos projetos de colonização dirigida e voltou-se para incentivar a instalação de projetos agropecuários na Amazônia, os quais, em sua maioria, tomaram dimensões gigantescas. Tal mudança drástica no modelo de ocupação acarreta ainda hoje graves consequências quanto às questões fundiárias e ambientais.

É importante ressaltar que, por mais que a motivação daqueles novos migrantes fosse a busca de terras em uma nova área de fronteira, pouco tiveram tal oportunidade desde a sua chegada, pois, nos municípios do sul do Pará, até meados da década de 1990, não houve projetos impactantes de assentamentos de famílias de colonos, a exemplo do que ocorreu para a colonização da Transamazônica. Como o foco exclusivo das ações públicas foi a ocupação através de grandes projetos agropecuários, os novos migrantes foram apenas a mão de obra braçal para execução ou manutenção dos referidos projetos.

Além da degradação ambiental, o crescimento da população urbana da Amazônia, em geral, se deu de forma desordenada, causando impactos desastrosos, devido ao surgimento de novos centros urbanos constituídos nas últimas quatro décadas, praticamente sem planejamento básico. Cresceram de maneira significativa para abrigar o grande número de migrantes que, sem sucesso no campo, passaram a instalar-se nos novos centros urbanos.

Becker (1977, p. 35) fez uma reflexão sobre a mudança da percepção governamental brasileira sobre a Amazônia, a partir dos anos finais da década de 1950, onde a imagem difundida com mais ênfase da “fronteira de recursos” seria capaz de promover e favorecer tanto o “equilíbrio político interno como o externo”. Esse contexto traduziu-se em duas ações políticas de destaque: a) A SUDAM, “o instrumento de incentivos fiscais para investimentos na área”; e b) A construção de rodovias, destacando-se a Belém-Brasília (1958-1960).

Para Kohlhepp (2002), o desenvolvimento econômico regional na Amazônia também pode ser subdividido em duas categorias, a primeira seria a “ação estatal”, principalmente com o planejamento de eixos de desenvolvimento através da construção de estradas de longa distância e a redução de impostos para as empresas que se sentissem atraídas pelo desenvolvimento de projetos. E, por consequência, a segunda categoria seria a “ação privada”, que fez investimentos em alguns setores econômicos, em especial a pecuária bovina, mediante os viáveis incentivos fiscais que recebiam.

Para Mello (2006), dois planos nacionais pós 1964 foram os mecanismos para a estruturação territorial da Amazônia, são eles: a) o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que nos dois primeiros anos da década de 1970 enalteceu a proposta de integração nacional, proporcionando a expansão da fronteira econômica com o Programa de Integração Nacional (PIN); b) o II PND (1975-1979), no qual foi estendido o esforço de integração nacional e fomentou-se a ocupação da Amazônia com subsídios dos incentivos fiscais.

Na região sul do Estado do Pará foram implementados vários empreendimentos, à época de suas instalações, que recebiam a nomenclatura de “Companhia Agropecuária” ou “Companhia de Terras”, instalados principalmente através de incentivos fiscais e que durante as suas trajetórias sofreram transformações relacionadas à manutenção de suas áreas iniciais. As mudanças foram geradas por decisões judiciais: improdutividade ou indevida ocupação de reservas indígenas; ou por questões econômicas: desmembramento em fazendas menores.

Essa reorganização territorial na região proporcionou o acesso à terra aos pequenos e médios pecuaristas, mesmo que de maneira secundária; com a posse da terra, geralmente advinda da "compra" dos lotes de assentamentos de reforma agrária mal sucedidos, formaram uma nova classe intermediária, que se dedicou exclusivamente e com recursos próprios à atividade pecuária, pois estava aquém de qualquer programa de apoio governamental, devido à falta de documentação das terras.

Assim, esse estudo da Companhia Vale do Rio Cristalino Agropecuária Comércio e Indústria, mais conhecida como Fazenda Cristalino ou “Fazenda da Volks”, latifúndio criado através de benefícios da SUDAM, cujo controle acionário pertencia à época de sua instalação, em 1973, à empresa transnacional de fabricação de veículos automotivos Volkswagen do Brasil, mostra o desenrolar da implantação de um grande projeto pecuário, com área de 139.946,00 hectares, situado nos municípios paraenses de Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Hoje agrega uma considerável fazenda pertencente a outro grupo empresarial e divide o espaço com um mosaico de posses precárias, além de movimentos sociais que clamam por reforma agrária.

A área original do empreendimento possuía 32 títulos de terras oficiais, expedidos pelo governo do Estado do Pará, a partir do início da década de 1960, todos para particulares. Lembrando que particulares são geralmente corretores ou empresários, nesse caso Carlos Ribeiro, que solicitou junto ao governo estadual a titularização de grandes extensões de terras no sul do Estado, em nome próprio - apenas um título - e em nome de terceiros o restante, em especial no nome de amigos, parentes e funcionários.

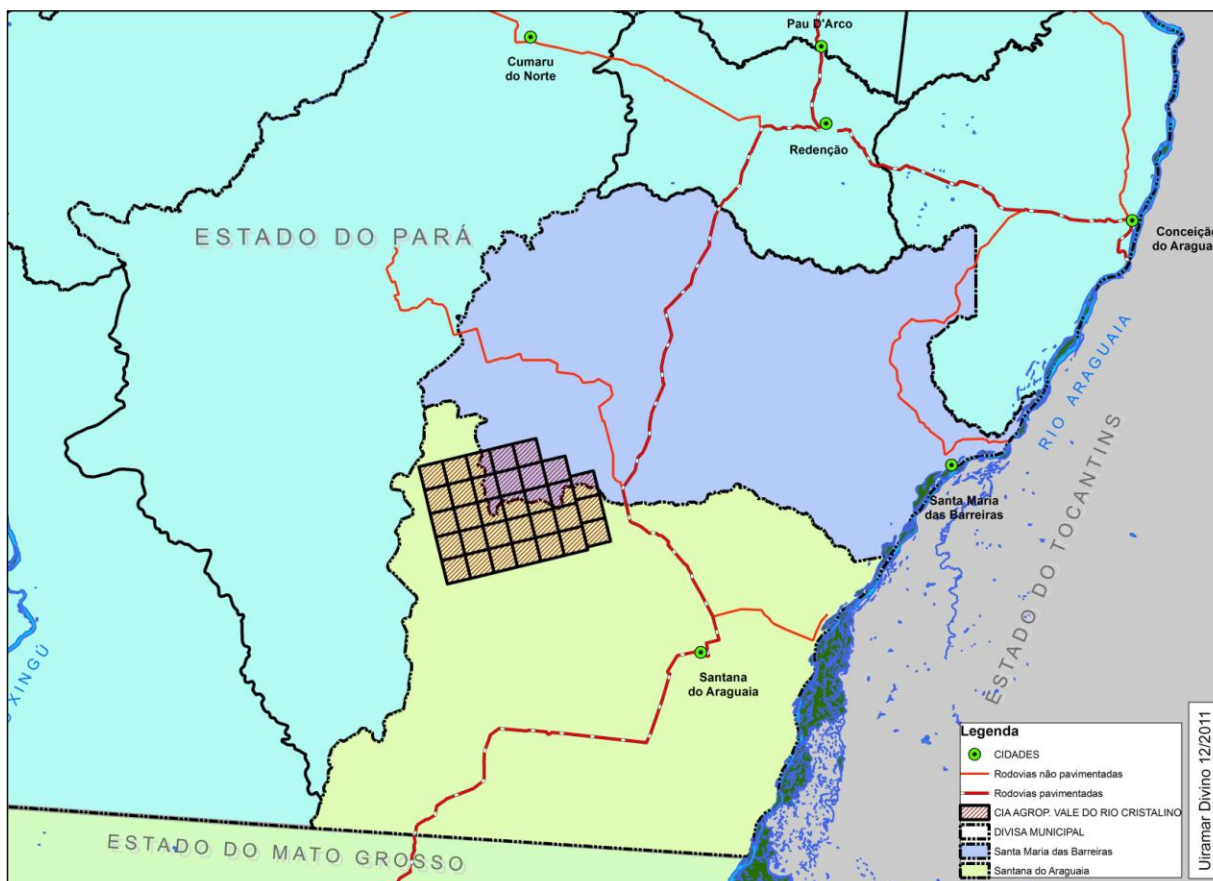


Figura 12 – Área inicial da Fazenda Cristalino, na divisa dos municípios de Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

Fonte: DIVINO, Uiramaram. Dez/2011 Adecot Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.

A efetivação da compra da área pelo Grupo Volkswagen foi bem vantajosa, porém atrelada a várias burocracias, entre elas a autorização do governo federal brasileiro, pois se tratava de uma empresa estrangeira. Em 19 de novembro de 1973, o então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, General João Batista de Oliveira Figueiredo, comunicou a concessão da autorização para a compra de terras no sul do Estado do Pará pela automotiva alemã. E já no ano seguinte, em 20 de dezembro de 1974, a Companhia Vale do Rio Cristalino teve o primeiro projeto agropecuário aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM.

Ainda é possível conhecer a área de abrangência da antiga Fazenda Cristalino, apesar do emaranhado de diversas propriedades que hoje a sobrepõe. No antigo núcleo da fazenda estão presentes construções em mau estado de conservação, sem nenhum símbolo imponente, tal como havia no auge de seu funcionamento. Sem arquivos na região, escritório, ou quaisquer outros documentos, o desafio de remontar parte da trajetória local desse empreendimento levou em consideração trabalhos acadêmicos, que remontaram parte da trajetória da Cristalino, em especial as denúncias de trabalho escravo à época da abertura da floresta, para a implementação das pastagens. E também trabalhos

acadêmicos, que tinham como foco central as políticas públicas voltadas para a Amazônia brasileira, a qual vários autores chegam a mencionar, ou realizam reflexões pontuais, justamente por esse ter sido um suntuoso empreendimento de capital estrangeiro.

Para os moradores mais antigos do sul do Pará, bem como para alguns fazendeiros, que chegaram antes, ou depois da já instalada Fazenda Cristalino, ocorre de maneira praticamente linear, um discurso sobre a grandiosidade da fazenda: as apuradas técnicas para o desenvolvimento da pecuária, o intercâmbio de vários profissionais estrangeiros e os constantes fomentos proporcionados pela SUDAM. Em síntese, muitos hoje ao comentarem sobre tal projeto, admitem que mesmo àquela época, de certa forma já era possível prever, que tal modelo de ocupação não se sustentaria, principalmente pelos exageros.

Um dos atores chave, disposto a discutir parte dos bastidores da chegada, instalação e derrocada dessa fazenda, teve uma amizade próxima com empresário alemão, diretamente responsável pelos negócios da Empresa Volkswagen no Brasil, **Wolfgang Saue<sup>81</sup>r**. Assim, foram em algumas conversas informais e em uma entrevista, em junho de 2010, que ele sinalizou o jogo de interesses entre os investidores em potencial e os pedidos do governo federal para que tais empresas contribuíssem com o projeto de ocupação.

Outro ator chave, sobre o grupo Volkswagen, também adquiriu terras na região de Santana do Araguaia e sua primeira visita na região foi em 1975. Devido à sua proximidade com *Wolfgang Sauer*, participou de várias reuniões para acompanhar as discussões sobre a formação da Fazenda Cristalino. Contudo, seu nome será preservado, porque o assunto envolve uma grande empresa multinacional, e pela necessidade de mencionar o nome de banqueiros, empresários e políticos que participaram de forma direta ou não desse empreendimento.

Como resultado dessas tentativas ele (*o governo*) transferia à iniciativa privada a responsabilidade da ocupação da Amazônia Legal por meio da implantação de projetos industriais, agrícolas e pecuários, os quais através de recursos próprios e incentivos fiscais, controlados e fiscalizados por órgãos oficiais como a SUDAM e o FINAM<sup>82</sup>, e promoveriam a ocupação e o desenvolvimento econômico e social da região. Então, em atendimento ao convite da Presidência da República feito pelo então Ministro Rangel Reis, ministro do interior no governo Ernesto Geisel que vários empresários reuniram-se em Brasília e tomaram conhecimento das ideias governamentais. Entre os presentes, o presidente da Volkswagen do Brasil, cuja empresa já havia aplicado recursos de incentivo fiscal em projeto de terceiros, resolveu iniciar estudos e planos para desenvolver projeto próprio, e assim surgiu a Cia. Vale do Rio Cristalino. Desde aquele momento foi constituída uma comissão com membros do próprio corpo diretor, um ex-ministro da agricultura e empresários ligados ao meio rural para análise do projeto e sugestões (ATOR CHAVE CRISTALINO, jun. 2010).

---

<sup>81</sup> Cf. Doretto (2012).

<sup>82</sup>FINAM: Fundo de Investimentos da Amazônia.

Durante a entrevista ele lembrou e discutiu sobre os aspectos prioritários que a Volkswagen elencou, como requisitos para realizar o projeto: a) Legalidade das áreas oferecidas; b) Potencial de produção para a atividade eleita; c) Mercado fornecedor de insumos necessários para a sua implantação; d) Mercado consumidor para a produção; e) vias de acesso de escoamento; f) mão de obra capacitada para a atividade; g) Extensão de terras contíguas para a execução de projeto desse porte; h) Vizinhança de projetos semelhantes, demonstrando a vocação regional.

Para ele, as exigências que tiveram maior peso foram: I) A legalidade das terras, com títulos expedidos em sua origem pelo governo estadual; e II) Na microrregião sul do Pará, já se encontravam avançadas as implementações de outros projetos como Manah (Fazenda Santa Fé), Supergasbras Indústria e Comércio S.A. (Fazenda Fartura), Grupo Lunardelli (Codespar, Cia. de Desenvolvimento do Sul do Pará) e Cetenco Engenharia S.A. (Cia. Industrial e Agropastoril Vale do Rio Campo Alegre); essas duas últimas companhias foram instaladas ainda em meados dos anos de 1960.

O primeiro projeto de instalação da Fazenda Campo Alegre, Cia. Industrial e Agropastoril Vale do Rio Campo Alegre, com área inicial de 130 mil hectares, foi realizado entre os anos de 1966/1967, e em menos de dez anos formaram 16 mil hectares de pastagens artificiais, tal como foi previsto no projeto, com cerca de dez mil cabeças de gado, as quais até aquele momento eram abatidos em Belém. Com suas metas iniciais cumpridas, consolidou-se como uma boa referência de “sucesso” para os próximos investidores.

Essa construtora, de São Paulo, na verdade foi um forte grupo econômico, formado por 13 empresas de diferentes atividades, dessa maneira, a mesma poderia captar grandes valores de incentivos fiscais, devido às comprovações pelo imposto. Antes de adquirir a área prevista, na região do Vale do Rio Campo Alegre, dentro dos limites do município de Santana do Araguaia, enviou uma equipe para Belém. Com o objetivo de confirmar as possibilidades de fomentos, junto à SUDAM, bem como realizar contato direto com o governador do estado à época, Alacid Nunes (VITA, 2004).

Em meados de 1975, a empresa responsável, Cetenco Engenharia S.A., teve aprovado junto ao INCRA, um projeto de colonização, no qual constituíram a Campo Alegre Colonizadora Ltda. A ideia de colonização de parte do empreendimento surgiu da diretoria da própria empresa, bem como dos administradores de fazendas vizinhas e comerciantes locais, movidos pela ausência completa dos governos estadual/municipal e na dificuldade na fixação de mão de obra mais especializada.

Provavelmente, o fator determinante foi o impedimento da SUDAM em aceitar a reformulação do projeto original para que ampliassem a área de pastagem. Desse modo, a solução autorizada legalmente foi a desvinculação de 100 mil hectares, e a sede da fazenda e seus arredores transformaram-se no núcleo urbano de Campo Alegre, hoje sede do

município de Santana do Araguaia (VITA, 2004).

O projeto da Campo Alegre Colonizadora destacou-se quando a diretoria da Volkswagen no Brasil aproximou-se da administração da colonizadora com o intuito de unir forças, coordenar e convidar parceiros para a elaboração de um grande projeto para a industrialização da carne, pois um projeto anterior com essa mesma proposta tinha sido recentemente recusado pela SUDAM. Num acordo primário, firmou-se que o possível frigorífico seria instalado no núcleo urbano de Campo Alegre, e que a colonizadora doaria áreas para a instalação da indústria e da vila operária.



Figura 13 – Foto do núcleo urbano do projeto da colonizadora Campo Alegre.

Fonte: Informativo do Frigorífico Atlas S.A., n. 1, out. 1982.

A Fazenda Cristalino, desde a sua formação até o início da década de 1980, foi uma “referência” de criação de bovinos na Amazônia. Segundo as documentações escritas e fotográficas e os depoimentos de diferentes atores que participaram direta ou indiretamente desse processo, nela havia tudo de mais moderno e disponível em termos de manejo e aprimoramento de rebanho de gado de corte. Teve uma infraestrutura constituída por estradas principais, estradas vicinais, 15 km de rede elétrica, hospital com 12 leitos e 182 residências, além de uma área de 200 hectares ocupada com culturas de subsistência: arroz, milho, feijão, hortaliças e árvores frutíferas, servindo também para a criação de suínos

e aves, destinados a suprir grande parte dos alimentos utilizados pelos funcionários da fazenda (BUCLET, 2005).



Figura 14 – Foto da Fazenda Cristalino.

Fonte: Propaganda impressa de divulgação do projeto agropecuária na Amazônia: Companhia Vale do Rio Cristalino Agro-Pecuária, Comércio e Indústria S.A. Volkswagem do Brasil S.A., idioma inglês, s/d.

Martins (1995) explica em linhas gerais como ocorreu tal concessão de incentivos fiscais para as diversas grandes empresas nacionais e multinacionais que à época estiveram em atividade no Brasil. Primeiramente ocorria um “desconto” de 50% do imposto de renda nos grandes investimentos dessas empresas que tinham suas sedes em outras regiões do País, em especial a região sudeste. Em contrapartida, essa diferença dos impostos deveria ser depositada no Banco da Amazônia<sup>83</sup> (BASA), após a aprovação de projetos de investimentos pelas autoridades governamentais, essas quantias constituiriam até 75% do capital de uma nova empresa.

As empresas poderiam desenvolver atividades no setor agropecuário, como a Companhia Vale do Rio Cristalino, ou no setor industrial e agroindustrial. Mas toda a dinâmica dos incentivos fiscais para os diversos projetos na Amazônia também foi marcada pela problemática da inexistência de fiscalização precisa desses incentivos; nesse sentido,

---

<sup>83</sup>Durante a Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas criou o Banco de Crédito da Borracha. Anos mais tarde, o governo federal realizou mudanças no banco através da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, quando passou a denominar o Banco da Amazônia S.A. com a função de agente financeiro da política do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal.



Moreira (2003) reafirma o ponto-chave dessa questão, “a origem do próprio incentivo”:

O fato de os recursos terem origem na própria empresa incentivada contribuiu para a ocorrência de falhas no funcionamento do sistema, má aplicação e desvios de recursos. O vínculo direto entre a origem e o uso do incentivo abriu a possibilidade das empresas recuperarem para si, de forma livre, parcela do imposto devido, com fachada de investimentos falsos ou superestimados no nordeste e na Amazônia. A intermediação da aprovação (...) pela Sudam, quer se tratasse de aplicação em projetos da própria empresa, quer se tratasse de empreendimentos de terceiros, não foi suficiente para conter os desvios (MOREIRA, 2003, p. 213).

A instalação da fazenda da “Volks” catapultou outros grandes investimentos na região, inclusive agroindustriais; o projeto de instalação de um frigorífico fortificou-se, ganhou forma e foi aprovado. Nasceu o Frigorífico Atlas, implementado no município de Santana do Araguaia, com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Nos anos de 1978/1979, o frigorífico foi instalado dentro das propostas, com o intuito de assegurar a viabilidade da atividade pecuária do sul e sudeste do Pará, nordeste do Mato Grosso e noroeste de Goiás (atual Estado do Tocantins), pois os produtores àquela época já encontravam dificuldades na expansão da pecuária. Assim, o Frigorífico Atlas foi formado por 18 grupos empresariais, tendo como acionistas as respectivas empresas: Atlântica Boavista Seguros, Banco de Investimentos BCN, Cetenco Engenharia, Cia. Agropastoril Rio Dourado, Encol Engenharia, Fazenda Santa Cristina, Grupo Bradesco, Grupo Crefisul, Grupo Sudameris, Grupo Mercantil/Finasa, Grupo Supergasbras, H. Plameck, Lion Empreendimentos, Masa Corretagem de Seguros (Monteiro Aranha), Mappin Atlântica Participações, Sul América Seguros, Volkswagen do Brasil, Xerox do Brasil, Zanini S.A. - Equipamentos Pesados e FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia). Naquela época esteve em disputa o financiamento de um único frigorífico pela SUDAM, e os candidatos eram a Liquifarm, em Mato Grosso (Suiá-Missú), a *Swift*, em Marabá, e o grupo das 18 empresas em Santana do Araguaia.



Figura 15 – Foto da época de implantação do Atlas Frigorífico S.A., localizado a 70km da sede da Fazenda Cristalino.

Fonte: Propaganda impressa de divulgação do projeto agropecuária na Amazônia: Companhia Vale do Rio Cristalino Agro-Pecuária, Comércio e Indústria S.A. Volkswagem do Brasil S.A., idioma inglês, s/d.

Com o processo de instalação garantido, em seu primeiro informativo oficial em outubro de 1982, o Frigorífico Atlas apresentou-se como o maior frigorífico integrado do País, com área construída de 30 mil metros quadrados, anunciando a produção de até 50 mil toneladas de carne por ano. A proposta inicial viabilizaria os projetos agropecuários em implantação na região nordeste do Mato Grosso, sudeste do Pará e noroeste de Goiás, com proposta inicial de 800 empregos diretos. Contudo, para Buclet (2005), um dos fatores que levaram à não concretude da dinâmica do projeto inicial foi a falta de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-PA, que não chegou até a região, na época desses

investimentos. Até hoje a cidade de Santana do Araguaia conta apenas com energia elétrica precária gerada através de motores a diesel. O projeto inicial contava com outras fontes de energia para o início do processo, mas dependia da energia elétrica para a ampliação do maquinário.

A energia para o funcionamento do conjunto produzirá 3.400 KVA. Existe a previsão, a longo prazo, para aproveitamento de energia fornecida por linhas de alta tensão da Eletronorte. Além disso, e para os casos de emergência, foi instalado um sistema de geradores a óleo. O frigorífico utilizará a água tratada do rio Campo Alegre, bombeada para um lago, cuja maior parte será reutilizada após tratamento. Todos os afluentes receberão tratamento, sendo os resíduos sólidos utilizados como fertilizantes (INFORMATIVO ATLAS, out. 1982).

Do momento da instalação do empreendimento até os últimos anos de fomento da SUDAM, em relação ao detalhamento do processo industrial, pouco foi feito, e o que incorporou os discursos foi a propaganda dos recursos captados:

O Atlas Frigorífico é um desses projetos pioneiros e ambiciosos, vital para que os vastos rebanhos que começavam a povoar uma zona do Araguaia, onde ainda recentemente só existiam as florestas, se transforme em riqueza utilizável e em parte até exportável. Em 1982, vencidas as dificuldades, tornou-se realidade esse projeto, e o Atlas Frigorífico iniciou suas operações atingindo, no fim do período, um abate de 200 reses por dia. A sua viabilidade econômica foi exaustivamente examinada pelo Banco Mundial através do IFC<sup>84</sup> que, satisfeito, aprovou um financiamento de US\$ 13 milhões, testemunho da sua confiança no sucesso do empreendimento (BRAGA; INFORMATIVO ATLAS, jan. 1983).

A construção do frigorífico tornou-se uma propaganda monumental para a instalação de novos estabelecimentos pecuários, justamente porque divulgou as possibilidades do mercado da carne, aliadas à acessibilidade dos recursos da SUDAM.

Com o início das operações do Atlas Frigorífico, cuja implantação foi possível graças ao apoio da SUDAM, começa a se tornar real, já com expressão econômica, o sonho da ocupação do “vazio amazônico” (...) O Atlas, como maior empreendimento industrial do Pará e único frigorífico da região, consolida os projetos de grandes e pequenos criadores bovinos na região, viabilizando seus negócios. É o capital privado participando da abertura e consolidação da nova fronteira de desenvolvimento do Brasil que, após cinco séculos desloca-se do litoral e do centro-sul. (...) Graças ao esforço conjunto do empresariado e da SUDAM, o futuro da Amazônia efetivamente começou. O homem fixa-se na terra motivado pelas novas oportunidades de emprego, a garantia de bem-estar social e principalmente porque acredita na sua capacidade de vencer em uma região que sempre esteve envolta em lendas e insondáveis mistérios. E foi com muita fé que o grupo de pioneiros ergueu no meio da selva o Atlas Frigorífico, novo símbolo da integração do País (WOLFGANG SAUER, out. 1983).

---

<sup>84</sup>International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial.

Da mesma forma, a consolidação da fazenda da Volkswagen também exerceu esse papel e empenhou-se em ganhar ainda mais destaque mundial, realizando inclusive a tiragem de revistas, com textos em inglês, que integrou o leque de publicações para a divulgação do trabalho realizado na Amazônia.

O estudo de viabilidade da Companhia Vale do Rio Cristalino apresentou de forma enfática essa relação de ocupação, proteção e desenvolvimento da região, empregado pelo governo militar em seu discurso para as empresas “parceiras” e para a sociedade como um todo.

O projeto, que é o passo inicial para um conjunto integrado de empreendimentos voltados para a exploração de recursos naturais nativos da Amazônia, visa a transformação de cerca de 70 mil hectares de selva<sup>85</sup> em área de pastagem para a criação de uma população bovina da ordem de 100 mil cabeças. Já neste momento, quando se deu início as primeiras derrubadas, começamos também os primeiros contatos em trato de laboratório, para posterior verificação de viabilidade em tamanho industrial, do recurso madeireiro que será sacrificado, surgindo como alternativa em princípio tecnicamente válida, a maior densidade em madeiras industrializadas e o da categoria dos “moles” em polpa e celulose (BRITO, 1974, ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA, v. I).

Esse estudo de viabilidade econômica, realizado em 1974, apresenta em seus dois volumes informações sobre solo, clima, temperatura e o detalhamento das pastagens. Entretanto, a utilização organizada e processada da madeira não foi realizada. A quase totalidade das madeiras nobres foram simplesmente ignoradas no processo de implementação das pastagens, sendo destruídas completamente pelo uso do fogo. O processo de beneficiamento básico da madeira, através de uma serraria tradicional, só ganhou mais força nos anos finais da presença da empresa na região, quando os fomentos da SUDAM já sinalizaram escassez.

Quanto aos aspectos sociais do projeto, ele apresenta de forma enfática a preocupação exclusiva com os trabalhadores formais da fazenda: moradia, saúde e educação. Todavia, ocorreram denúncias sobre as condições dos grupos de trabalhadores informais, que prestaram serviços para empreiteiros autônomos na primeira etapa de implantação da fazenda, para realizar a derrubada da floresta e formação de pastagens.

---

<sup>85</sup>“A cobertura florística da área está representada predominantemente pela floresta semidecídua ou de transição. (...) Inúmeras são as espécies que formam a floresta de transição, no entanto citam-se de maior porte: Jatobá (*Hymenaea sp.*), Landi (*Calophyllum brasiliensis*), Jaracatia (*Jaracatia dodecaphylla*), Cajá Branco (*Spondia itea*), Louros (*Lauráceas*), Mogno (*Swietenia macrophylla*), Itauba (*Lauráceas*), Angico (*Piptadenia martiana*), Cedro Manso (*Cedrella sp.*), Cajuí (*Theobroma subincanum*), Mirindibo (*Terminalia sp.*), Pau Amarelo (*Enxylochosa paraensis*), Pau D’Arco (*Tacoma sp.*), além de muitas outras”. Cf. Brito (1974).

Em 1978, a Comissão Pastoral da Terra (CPT<sup>86</sup>) denunciou a Fazenda Cristalino para as autoridades competentes e o depoimento dos peões que conseguiram fugir a pé da propriedade deu visibilidade internacional ao problema (FIGUEIRA, 2003).

Neste contexto, o discurso na 132ª Sessão Ordinária, de 09 de agosto de 1983, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, contribui para a análise da repercussão das denúncias de redução à condição análoga à de escravo, no processo de implantação da fazenda. Por outro lado, a preocupação de deputados estaduais em seus discursos proferidos na Assembleia Legislativa paulista consolidou a estreita proximidade dos grupos de empresários paulistas e paulistanos com a ocupação da região.

A relação estreita desses empresários com o sul do Pará proporcionou a criação da Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), composta por um elevado número de integrantes de paulistas e paulistanos e sua sede esteve situada na cidade de São Paulo.

Bimestralmente a associação elaborava um boletim informativo, com uma tiragem média de dois mil exemplares, os quais circulavam entre alguns pontos específicos dos Estados amazônicos, além de Goiás e Maranhão, principalmente em associações de agropecuaristas; em Brasília, na Câmara e no Senado e em órgãos públicos ligados à pesquisa, incentivos fiscais, crédito e desenvolvimento regional da Amazônia.

Os boletins informativos eram compostos basicamente de depoimentos sobre as vantagens da constituição das empresas agropecuárias. Em uma das edições especiais o então presidente do Grupo Volkswagen no Brasil, Wolfgang José Sauer, e responsável direto pela instalação da Fazenda Cristalino, descreveu a relevância da mesma para o sul do Pará.

Foi um convite tomado como verdadeira convocação do governo federal, através dos então ministros João Paulo dos Reis Veloso, do planejamento, e Costa Cavalcante, do interior. O governo desejava atrair empresas de grande porte a participar do risco de colonização do imenso vazio amazônico. O governo queria também que elas transferissem para a região os seus padrões empresariais de forma a servirem de modelo para pequenos e médios empreendimentos. Além do mais, somente as grandes empresas, aliando capital próprio e seus créditos de incentivo fiscal poderiam assumir o papel de Estado na região e arcar com os elevados custos em obras de infraestrutura, necessárias ao desenvolvimento de seus projetos. (...) Por tudo isso e por sua responsabilidade social, a Volkswagen sentiu-se verdadeiramente obrigada a participar desse processo de ocupação da Amazônia, sem dúvida, uma das maiores prioridades do Brasil. (...) Além do mais, seguimos na frente, guiados pela mesma certeza inicial de que o Brasil não pode dar ao luxo de deixar abandonado 50% do seu território à espera de uma solução futura (BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO

---

<sup>86</sup>A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Foi fundada em plena Ditadura Militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>.

Torna-se perceptível que os temas clichês utilizados para justificar a ocupação da Amazônia, “Integrar para não entregar” e “Uma terra sem homens para homens sem terra”, entre outros, aos poucos foram se transformando e se adequando às necessidades de propaganda das “ações” na região norte. A contribuição ao desenvolvimento regional ficou estampada nos discursos das empresas, os quais diziam que “emprestavam” a um “grande vazio” suas técnicas de produção e os meios para a utilização dos recursos naturais.

Ao longo da trajetória da região norte muitos atores se apropriaram e ainda se apropriam de forma distorcida de alguns lemas, sejam eles desenvolvimentistas ou ambientalistas, levados pelo modismo da época em que estão inseridos, os aplicam e os dinamizam em seus discursos, enquanto suas práticas são determinadas exclusivamente por interesses individuais. Tal como Fonseca e Bursztyn (2009, p. 31) discutem sobre os “caronas” do discurso ambientalista, “o free-rider “ discursivo (aplicado à questão ambiental) é aquele ator que, ao manifestar apoio retórico ao desenvolvimento sustentável, desfruta dos benefícios de ser “ecologicamente correto” sem de fato sê-lo.

À época da grande frente pioneira investir em terras na Amazônia significou “contribuir” para o desenvolvimento do país, porém a causa foi revestida por quantias vultosas dos projetos agropecuários, fato que realmente alavancou a ocupação do sul do Estado do Pará.

Concretamente os incentivos fiscais colocavam para os que a eles podiam candidatar-se às seguintes condições: para cada unidade monetária aplicada em terras, seria possível obter três na forma de incentivos fiscais. Prevalece, pois, a regra de que quanto maior o valor do latifúndio disponível e/ou a ser formado, tanto mais recursos se poderiam obter com base nele. O esforço devia ser, portanto, no sentido da obtenção de um máximo em valor de terras (COSTA, 1998, p. 52).

Provavelmente, a relação entre quantidade da área física e quantidade de recursos disponibilizados para a implementação de empresas agropecuárias pode ter sido uma das maiores falhas na questão agrária no processo de ocupação dinamizado, à época, pelo Estado brasileiro. E, conseqüentemente, ao longo dos anos, a própria omissão, no que diz respeito às questões trabalhistas, ambientais e fundiárias contribuiu para fomentar as negociações por terras, nessa área de fronteira.

A Fazenda Cristalino, mesmo não sendo pioneira na região, foi referência para outros grupos econômicos e para pecuaristas tradicionais. Os seus grandes diferenciais foram a constante busca por novos recursos tecnológicos e a aplicação de técnicas administrativas diferenciadas. O beneficiamento direto, com a oportunidade de uma imensa propriedade na

Amazônia, e a disponibilidade de fomentos para projetos pecuários foram fatores primordiais para a chegada e permanência, por um determinado espaço de tempo, dessa e de várias outras empresas.

Contudo, a Volkswagen foi além, ao ponto de fazer daquele empreendimento um referencial de grande divulgação, tanto de apoio direto às políticas governamentais da época, quanto em apresentar-se como uma instituição que poderia levar progresso e tecnologia de ponta para um local, segundo eles tido como inóspito, porém muito simbólico, a floresta Amazônica.

Entretanto, a diminuição gradativa dos incentivos fiscais para as empresas agropecuárias, instaladas durante o governo militar, demonstrou o óbvio, que não foi interessante para as empresas sem tradição na atividade pecuária manterem suas grandes propriedades rurais na Amazônia. Sendo assim, os grandes projetos foram paulatinamente “abandonados”, deixados à própria sorte, com administrações ruins ou com poucos recursos financeiros, tornando-se latifúndios improdutivos em curto espaço de tempo. Essa foi uma das nuances mais recentes no contínuo processo de transformação, no uso e na ocupação da terra na região. A partir de então, esses estabelecimentos rurais, aguardaram a melhor oportunidade lucrativa para o momento, a venda do imóvel.

A baliza temporal que engloba o conflito na Fazenda Cristalino tem como marco inicial o ano de 1997. Naquele ano, a propriedade foi arrematada em hasta pública no Fórum da Comarca de Santana do Araguaia, no Estado do Pará, por Eufrásio Pereira Luiz, pelo valor de R\$ 20 milhões de reais, em parcelas. Essa quantia se destinaria ao pagamento de crédito em favor da multinacional automotiva, decorrente de transação de venda e compra dessa mesma fazenda, realizada no ano de 1986, tendo sido comprador o Grupo Matsubara, do Estado do Paraná, cujos pagamentos também se dariam em parcelas. Os pagamentos sob a responsabilidade do Grupo Matsubara acabaram não acontecendo, levando a Volkswagen a uma longa batalha judicial para tentar reaver o imóvel. Poucos meses depois de adquirir a Fazenda Cristalino, Eufrásio demonstrou interesse formal junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para que essa propriedade pudesse ser declarada de interesse social para fins de reforma agrária.

Até 1998 a área da Fazenda Cristalino esteve constituída por aproximadamente 87.873,00 hectares de floresta nativa, que sofreu com a extração predatória de madeira, e cerca de 52.073,00 hectares de pastagens artificiais para a criação extensiva de gado de corte de origem zebuína. É importante ressaltar que essa última área foi desflorestada num ritmo muito acelerado, dado que somente a substituição da mata nativa pela pastagem artificial caracterizou-se como real aplicação dos incentivos fiscais.

Em 24 de agosto de 1998 foi publicado um decreto que alegou que o imóvel (área total da Fazenda Cristalino) era de interesse social para fins de reforma agrária; porém, outro decreto de 12 de novembro de 1999 revogou o anterior.

Aquela situação parecia desencadear-se de maneira convencional, mas a desapropriação para fins de reforma agrária não ocorreu de forma automática como muitos esperavam, e o principal fato que realmente segurou e não permitiu o processo de desapropriação foi a revogação do primeiro decreto, devido à divulgação, pelo órgão competente de pesquisa geológica brasileiro, Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM<sup>87</sup>), de que a área da fazenda, também era local de pesquisa geológica desde 1979, e lá encontra-se uma grande jazida de urânio.

Um dos documentos oficiais comprovando a identificação da reserva de urânio na Fazenda Cristalino foi apresentado pelo Grupo das Indústrias Nucleares Brasileiras S.A. (INB), fato esse que teria originado a revogação do decreto que havia declarado-a, na sua totalidade, de interesse social para fins de reforma agrária. Esse primeiro documento<sup>88</sup> foi emitido em 14 de outubro de 1998 pelo INB, e o conteúdo foi direcionado ao diretor de recursos fundiários do INCRA em Brasília:

Assim que esta empresa, executora desse monopólio segundo diplomas legais recepcionados pela aludida Carta Magna, vem desenvolvendo trabalhos de prospecção à pesquisa de urânio na área em questão desde 1979, quando do início dos levantamentos aerogeofísicos. De 1989 até 1995 por restrições orçamentárias os levantamentos foram suspensos. Em consonância com a legislação vigente, a área devidamente assinalada no “croqui” em anexo, já foi objeto de solicitação de bloqueio pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN (autarquia federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com área de interesse do monopólio nuclear (p. 01).

No período aproximado de um ano, momento no qual o processo de desapropriação da área parou, fomentou-se ainda mais o fluxo de pessoas interessadas em obter um lote de terra através do INCRA. Continuou visível o interesse do proprietário pela desapropriação, o qual continuou a negociação junto àquele órgão fundiário federal.

O empenho do proprietário pela desapropriação chamou atenção por dois motivos: I) rapidamente ele ofereceu o imóvel para a desapropriação; e II) anteriormente o proprietário

---

<sup>87</sup>O processo de desapropriação da Fazenda Cristalino foi suspenso por pelo menos seis meses pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) devido à existência de uma reserva de urânio que incide sobre parte da propriedade. A SAE deu esse prazo para a INB (Indústrias Nucleares Brasileiras) terminar os estudos que definirão se haverá exploração. Segundo o diretor de Recursos Minerais da INB, Sérgio Marjaldani, estudos realizados desde 1979 mostram que a jazida é uma das maiores do País. Ela possui, segundo esses estudos, 150 mil toneladas de urânio que podem render até US\$ 2,6 bilhões (FOLHA DE SÃO PAULO - FOLHA BRASIL, versão online. São Paulo, domingo, 15 ago. 1999).

<sup>88</sup>O documento da INB, que naquele momento influenciou negativamente o processo de desapropriação, consta na Ação de Reintegração de Posse, Processo nº. 2007.1.003210-9 (Vara Agrária - 5ª Região – Redenção-PA).



teve outra área, a Fazenda Mãe Maria no Estado de Mato Grosso, desapropriada por R\$ 6,4 milhões, dos quais R\$ 2,5 milhões foram recebidos em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), com vencimento em 20 anos.

No jornal Folha de São Paulo, em 15 de agosto de 1999, o caderno Folha Brasil intitulou: “Desapropriação vira negócio no Pará”, no qual apresentou as denúncias sobre a fomentação do mercado das invasões de terras. A matéria abordou que no final do ano de 1998, 1.500 famílias de “sem-terra”, de cidades do sul do Pará, foram aliciadas com falsas promessas e invadiram a antiga fazenda da Volks em janeiro de 1999, com a permissão do proprietário. Supostamente o intuito era criar um foco de conflito que pressionasse o INCRA a agilizar a desapropriação.

Em contrapartida, nessa matéria investigativa do correspondente do jornal Folha de São Paulo na região, Ricardo Galhardo, ficou claro que a movimentação inicial dessas famílias foi feita por um líder de um movimento nada conhecido no sul do Pará, o Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST), com sede em Brasília. O líder, conhecido apenas como Nicinho, recebera cerca de R\$ 30 mil para promover e fomentar essa invasão.

O que supostamente fora planejado, logo sairia completamente do controle, devido ao aumento das pessoas que desejaram fazer parte daquele público de reforma agrária. Assim, na tentativa de obter o controle sobre a própria fazenda, Eufrásio Pereira Luiz, iniciou um longo processo judicial para obter a reintegração de posse, ocorrendo decisões favoráveis da justiça; contudo, nunca foram cumpridas.



Figura 16 – Mapa do remanescente da Fazenda Cristalino, com destaque aos projetos de assentamento ao entorno.

Fonte: DIVINO, Uiramaram. Dez/2011 Adecot Topografia e Agrimensura. Redenção - PA.

Nessas circunstâncias, construiu-se um diferente mosaico de atores dentro da mesma área. Sem efetivo apoio e nem mesmo o lote de terra, as primeiras famílias que ali estiveram, como público de reforma agrária, não conseguiram manter-se. A maioria dessas novas “posses” esteve localizada nas áreas de pastagem, e rapidamente começaram a surgir novos posseiros e/ou pequenos e médios produtores rurais interessados em adquiri-las.

O perfil dos posseiros/produtores também foi bem diferenciado, alguns apenas compraram posses, para vendê-las em um momento oportuno. Outros se esforçaram exclusivamente na atividade de pecuária de corte de forma extensiva, em pequena escala. Um dos maiores grupos, desde então lá estabelecidos, são médios fazendeiros, vindos de outras áreas do sul do Pará e também Goiás e Minas Gerais. Esses, devido à especulação imobiliária daquele momento, compraram áreas de posses maiores que suas antigas propriedades, ampliando assim, a produção de bovinos. As constantes instabilidades da área e a necessidade contínua de manutenção de infraestrutura básica proporcionaram a mobilização desse grupo, e assim fundaram a Associação dos Produtores Rurais da Cabeceira do Rio Cristalino, em 30 de novembro de 2001.

Enquanto toda uma dinâmica de produção pecuária e de investimentos estruturais foi desenvolvida pelos diferentes perfis de produtores, o processo de desapropriação continuou em passos lentos. Em maio de 2004, 63% do imóvel ou 87.873,00 hectares, foram declarados de interesse social para fins de reforma agrária. Somente três anos mais tarde, em 2007, o INCRA oficialmente reconheceu que o perfil dos primeiros posseiros havia mudado e que grande parte dos novos ocupantes não se enquadrava no perfil de público da reforma agrária. Sendo assim, eles foram intimados pela autarquia a se retirarem da área, então os médios produtores iniciaram outros processos judiciais para manterem suas posses.

A pressão que até o momento era somente do INCRA foi ampliada por outra forte questão. Em novembro de 2007, Antonio Lucena Barros, um empresário no sul do Pará, assinara documento particular de opção de venda e compra com os herdeiros e sucessores de Eufrásio Pereira Luiz e demais co-proprietários da área remanescente do imóvel não desapropriado, com o pagamento inicial de cinco milhões de reais. A partir de então, esse empresário começou a readquirir o direito de posse, negociando diretamente com os ocupantes, num total de 65, pagando e/ou prometendo pagar a todos a importância aproximada de 13 milhões de reais a título de indenizações por benfeitorias realizadas. Esses 65 ocupantes representariam cerca de 56% da área de 52.073,00 hectares, ou seja, 29.297,9831 hectares.

Essa oportunidade surgiu devido ao contrato de arrendamento de uma área de 24.200,00 hectares com a empresa, então denominada Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A. (Grupo *Opportunity*), com a qual o empresário já havia realizado diversas outras transações de compra e venda de imóveis rurais, no sul do Pará.

Em julho de 2008 surgiu novamente o interesse de outro movimento social para fazer uma nova ocupação da área, onde centenas de trabalhadores rurais liderados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) ocuparam as áreas que já vinham sendo ocupadas por pequenos e médios produtores e também as áreas readquiridas pelo empresário Antonio Lucena Barros, e que já se encontravam sobre a administração direta da Agropecuária Santa Bárbara.

Essas circunstâncias tornaram essa área ainda mais complexa. São pequenas, médias e até grandes posses que se tornaram fazendas, onde seus ocupantes tentam manter suas atividades de maneira tradicional, muitos há mais de dez anos na mesma área. Portanto, o grupo de produtores rurais integrantes da Associação da Cabeceira do Rio Cristalino apresentou diferentes tamanhos de estabelecimentos agrícolas. Eles acabaram se solidarizando e/ou se completando em suas respectivas atividades, facilitando o ciclo da produção individual - uns criam, outros recriam e alguns engordam os animais para o abate.

A atual situação não poderia ser mais caótica, enquanto o processo que envolveu a disputa pela posse da terra seguiu seus trâmites legais, numa região onde é apenas mais um, entre tantos outros processos jurídicos envolvendo a questão fundiária; a instabilidade quanto à decisão judicial imobilizou a atividade pecuária. Enquanto a discussão sobre a legitimidade da posse da terra é prolongada, questões ambientais pertinentes à reserva legal, áreas de proteção permanente e discussão sobre o passivo ambiental tornam-se secundárias.

A antiga Fazenda Cristalino carrega em seu histórico, contínuas tentativas de diferentes modelos de ocupação para a Amazônia. Desde a sua fundação, criaram-se diversas formas de conflitos, sejam esses de interesses econômicos ou propriamente de agressões físicas e ameaças, além de depredações de benfeitorias.

Só pelo simples fato de distintos grupos sociais: grandes, médios, pequenos e um público denominado “clientes da reforma agrária”<sup>89</sup>, disputarem o mesmo espaço, já temos um clima de tensão reinando em toda a sua plenitude. Temos o poder público, seja o judiciário com a vara agrária que atua na região, bem como o Ministério Público a ele vinculado, que em raríssimas vezes conseguem, em conjunto ou isoladamente, mediar ou prevenir conflitos maiores. Para agravar um pouco mais esse cenário, o executivo estadual vem com as polícias, tanto civil quanto militar, que seguem o mesmo passo, apenas tentando se fazer presente na área, com aparições esporádicas, não propiciando o arrefecimento das diversas tensões que ali ocorrem cotidianamente.

---

<sup>89</sup> Expressão comum usada na região sul do Pará, inclusive em processos jurídicos, para referir-se aos movimentos sociais que clamam pela posse de terras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais do presente estudo relacionam-se, em geral, às consequências originadas das três frentes de ocupação que chegaram ao sul do Estado do Pará em momentos distintos. De certa forma, as referidas frentes procuraram cruzar barreiras – não conquistaram apenas espaços geográficos e, conforme as ações de avanço, quebrou-se as barreiras do incerto e, principalmente, do improvável.

A frente dos sertanejos de origem nordestina pastoril foi contemplada com as possibilidades comerciais durante os dois surtos de exploração da borracha, o que momentaneamente catapultou os lucros da atividade pecuária, ainda em moldes simples de criação de bovinos.

Entretanto, foram os momentos de decadência de cada um dos dois ciclos de exploração da goma elástica que proporcionou as primeiras acumulações de terra e de rebanho, por alguns produtores. Neste sentido, aquele grupo inicial com características mais homogêneas em relação à questão econômica e social que alcançaram a margem paraense do rio Araguaia no final do século XIX, rapidamente também passou por mudanças.

O grupo que chegou ao final da década de 1950, que atuava em território goiano na área de pecuária e corretagem de imóveis, na pesquisa aqui apresentada, foi representado pela trajetória dos senhores João Lanari do Val e Pedro Ribeiro. Ambos buscaram titularizar áreas no sul do Pará, *a priori*, para a especulação imobiliária. Entretanto, em pouco tempo, vislumbraram o potencial da região para a atividade pecuária. Todavia, a estratégia em ocupar a área de maneira oficial por meio da obtenção de títulos chancelados pelo Governo do Estado do Pará, causou imensa ruptura no modo de vida dos sertanejos locais, os quais criavam o gado de forma livre nas áreas de pastos naturais.

As maiores alterações nos processos até então corriqueiros daquela região alteraram-se de forma mais intensa, principalmente a partir de meados da década de 1960, com a forte presença das empresas agropecuárias, uma vez que o grande número e a própria extensão daquelas propriedades à época, contribuíram diretamente para alterar rapidamente parte da extensão do vasto território do sul do Pará.

Ao pensarmos a complexidade da dinâmica territorial no sul daquele Estado com as mais variadas frentes de expansão e de ocupação – algumas com uma longa distância temporal, outras praticamente sobrepostas –, é preciso refletir sobre os avanços e as características deixadas por cada uma na construção do contexto socioeconômico regional, em espeical, com relação ao desenvolvimento da atividade pecuária local.

De fato, vivenciou-se aqui uma tarefa complexa e desafiadora na construção de parte de um conhecimento histórico e social que incorporasse os “grandes feitos”, mas também as experiências simples ou até mesmo as não positivas, independente de posição econômica, política e social dos sujeitos envolvidos. O intuito foi esclarecer parte das estratégias e meios para tal ocupação, diferenciando, mas, de certa forma, aproximando algumas características, entre todas as frentes, como a ânsia pelo novo, pelo desafio, pelo sucesso.

Em síntese, foi um amplo processo de ocupação ou de reocupação de uma imensa área e que ainda hoje concentra grandes problemas socioambientais – alguns devido a falhas de planejamento ou no processo de implementação de muitas políticas públicas na região. Mesmo assim, em momentos de crise ou de prosperidade, a região estudada ainda hoje mantém a atividade pecuária – a pilastra da economia regional; e agora, tem-se um leque ainda maior em relação ao perfil, tamanho e estruturas dos estabelecimentos rurais ali existentes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Brasília, 1998.

ACSELRAD, H. Capítulo I: As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.

ALBADEJO, C.; TULET, J. C. (Orgs.). **Le fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne – la formation de nouveaux territoires**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

ALCÂNTARA JÚNIOR, J. O. Georg Simmel e o conflito social. **Caderno Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

ALMEIDA, J. R. S. **A Independência no Maranhão**: o confronto de interesses das elites regionais. Monografia (Pós-Graduação em História do Maranhão). Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 2006.

ALONSO, Â.; COSTA, V. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. **Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso**. Rio de Janeiro, nov. 2000.

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

AMADO, R. S. **A grafia uniformizada**: uma conquista dos povos Timbira. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/rosane4.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ATAIDE JUNIOR, W. R. **Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil**: a situação do Sudeste do Pará. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

AZEVEDO, J. L. **Os jesuítas no Grão-Pará**: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999.

BANDEIRA, L. A. M. A Casa da Torre de Garcia D'Ávila. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, a. VII, n. 74, jul. 2007.

BARBANTI JÚNIOR, O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: **1º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – ANPPAS**. Indaiatuba, SP, 2002.

BECKER, B. A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. In: **I Congresso Internacional de Geógrafos Latino-Americanistas**. Colômbia, 1977.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, a. 47, n. 3/4, jul./dez. 1985.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UnB, 1988.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no planalto central. Eco-História do Distrito Federal – do indígena ao colonizador**. Brasília: Solo Editores, 1994.

BONNAL, P. (Org.). **Construção do Estado e trajetória de evolução das políticas agrícolas no Brasil (1889-2008): dinâmicas nacional e regionais (documento preliminar)**. Dez. 2008. 222 p.

BORGES, L. C. Ciência, natureza e território em Viagem ao Araguaia: expedições científicas e exploração do Império do Brasil no século XIX. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

BUCLET, B. Entre tecnologia e escravidão: a aventura da Volkswagen na Amazônia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ: “O Social em Questão”**, Rio de Janeiro, n. 13, 2005.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CABRAL, I. C.; ARAÚJO, J. S. Para uma releitura historiográfica sobre as categorias de trabalho rural do Piauí na segunda metade do século XIX. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed.; 10 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001; 2003.



CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARDOSO, C. **Municípios maranhenses: Pastos Bons**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.

CARVALHO, A. **Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil**. Versão *online*, revisada. Documentos IAC, 34. S. d.

CARVALHO, C. P. G. **Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil**. Brasília: WWF-Brasil, 2010.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASCUDO, L. C. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Global, 2005.

CASTRO, E. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteiras. **Novos Cadernos NAEA**, São Paulo, v. 10, n. 2, dez. 2007.

CASTRO, L. Fundação de Belém: exploradores, índios, jesuítas. **Temas Históricas**, fev. 2009. Disponível em: <<http://parahistorico.blogspot.com/2009/02/exploradores-e-fundacao-de-belem.html>>. Acesso em: 28 set. 2012.

CASTRO, M. C. A. **Mobilização do trabalho na Amazônia. O Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões**. Programa de Geografia. Universidade de São Paulo, 2008.

CASTRO, R (Org.). **Atos dos governadores: I - 1891 a 1930**. Belém: Imprensa Oficial, 2002.

CORMINEIRO, Olivia M. M. Percepções do tempo e do trabalho: as disputas dos sertanejos pobres no extremo norte de Goiás em torno dos seus modos de viver – 1860 a 1920. **Periódicos UFSC**, v. 1, n. 2, 2009.

CORRÊA, G. *et al.* O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, série Antropologia, v. 9, n. 1, jun. 1994.

COSTA, F. A. Grande empresa e agricultura na Amazônia – Dois momentos, dois fracassos. **Novos Cadernos – NAEA**, São Paulo, v. 1, n. 1, jun. 1998.

COSTA, F. A.; WANDERLINO, D. C. A. Instituições e dinâmica dependente de trajetória na Amazônia: as políticas para arranjos produtivos locais no Pará. **Revista Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 6, n. 11, jul./dez. 2010.

COY, M. **Desenvolvimento regional na periferia Amazônia** – organização do espaço, conflito de interesses e programa de planejamento dentro de uma região de “fronteira”. O caso de Rondônia. Tese (Doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade de Belém, s/d.

CRITTENDEN, E. A. **Amazon deforestation and Brazil land problems. Brazil deforestation.** Disponível em: <<http://www.american.edu/TED/ice/brazmigr.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2008.

CUNHA, M. C. **Secretaria Municipal de Cultura.** São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP, 2002.

DEAN, W. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEFFONTAINES, P. L'introduction du bétail en Amérique Latine. In: \_\_\_\_\_. **Les cahiers d'outre mer.** V. X. Bourdeaux, 1957.

\_\_\_\_\_. Le rôle de l'élevage dans la régionalisation de l'espace au Brésil. In: \_\_\_\_\_. La régionalisation de l'espace au Brésil. **Séminaire international du CNRS réuni au Centre d'Etudes de Géographie Tropicale de Bordeaux.** 20-28 nov. 1963. Paris: Edition CNRS, 1971.

\_\_\_\_\_. **Routes et foires a bétail en Amérique Latine.** Bourdeaux, 1957.

DIAS, É. S. A. C. A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio. **Atlas do Coloquio Internacional:** Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, nov. 2005.

DIAS, T. A. O reino nos sertões: Formação de novos espaços coloniais na Capitania do Rio Grande. **Revista de Humanidades,** UFRN, Caicó, v. 9, n. 24, set./out., 2008.

DORETTO, M. L. **O homem Volkswagen:** 50 anos de Brasil/Wolfgang Sauer. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

DROULERS, M. **Le Brésil, une géohistoire.** Paris: PUF, 2001.

DRUMMOND, J. A. Áreas de fronteira, recursos naturais e dinâmicas sociais – Breve reflexão conceitual e analítica. **Ideais para o ensino de Ciências**, Universidade de Londrina, v. I, n. I, out./dez. 2007.

EMMI, M. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ESTERCI, N. A dívida que escraviza. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo**. VV.AA. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **Conflito no Araguaia. Peões e posseiro contra a grande empresa**. Petrópolis, RJ, 1978.

\_\_\_\_\_. **Escravos da desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FAORO, R. **Os donos do poder** – formação do patronato brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, C. S. Fronteira aberta: a nova dinâmica com a expansão da cana-de-açúcar para a produção de etanol na Amazônia. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 139-147, jun. 2011.

FEARNSIDE, P. M. **A intensificação da pastagem pode frear o desmatamento no Brasil?** Manaus: INPA, 2004.

FERNANDES, M. **Donos de Terras**: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1999.

FERREIRA, Â. D. D. **Agricultura capitalista e o campesinato no norte do Paraná. Região de Porecatu, 1940-1952**. Dissertação (Mestrado em História Social). Curitiba: UFPR, 1984.

FERREIRA, G. T. S. **O coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930)**: as construções do fenômeno pela história e pela literatura. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1997.

FIGUEIRA, R. R. **Pisando fora da Própria Sombra**: a escravidão por dívida. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Por que trabalho escravo? **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, jan./abr. 2000.

\_\_\_\_\_. **Rio Maria – Canto da Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FONSECA, I.; BURSZTYN, M. A Banalização da Sustentabilidade – Reflexões sobre Governança Ambiental em Escala Local. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 01, jan./abr. 2009.

FREITAS, J. C. **A política agrícola do Regime Militar de 1964**: aspectos Jurídicos, Financeiros e Socioeconômicos. Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional. Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2008.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIOVANNETTI, L. V. **O rei do café**: Geremia Lunardelli. São Paulo: Oficina de Imprensa, 1951.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. 2008.

GIRALDIM, O. Catequese e civilização. Os Capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. **Boletim do Museu Paraense**, Emílio Goeldi, v. 18, n. 2, 2002.

\_\_\_\_\_. Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de História**, Pará, v. 1, n.1, jan./dez., 2002.

GOUVELLO, C.; SOARES FILHO, B. S.; NASSAR, A. Estudos de baixo carbono para o Brasil. **Relatório e Síntese Técnica. Uso da terra, mudanças do uso da terra e florestas**. Banco Mundial, 2010.

GREGORIO, V. M. Mãos à obra: o governo provincial paraense e seus esforços para a navegação da região Amazônica – 1850-1867. **Almanack braziliense**, Pará, n. 9, 2009.

GUEDES, G. R. **Ciclo de vida domiciliar, ciclo do lote e mudança no uso da terra na Amazônia rural brasileira – um estudo de caso para Altamira, Pará.** Tese (Doutorado em Demografia). Belo horizonte: UFMG, 2010.

GUERRA, G. A. D. Contribuições do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos para a compreensão da violência no campo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 2, mai./ago. 2000.

GUIMARÃES, E. C. S. **Trabalho cativo por dívida na Amazônia paraense – um estudo sobre as relações sociojurídicas entre gatos, fazendeiros e trabalhadores rurais.** Dissertação (Mestrado em Direito). Belém: UFPA, 2005.

GUTIÉRREZ, H. A pecuária no Brasil Colonial e Imperial: uma bibliografia. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, v. 171, n. 448, jul./set. 2010.

HENKES, S. L. A propriedade privada no século XXI. **Revista Sequência**, Santa Catarina, n. 49, dez. 2004.

HEREDIA, B. *et al.* **Os impactos regionais da reforma agrária:** um estudo sobre áreas selecionadas. Lusotopie, 2003.

HOBBSAWN, E. J. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBBSAWN, E. J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOGAN, D. J. Crescimento demográfico e meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 8, n. 1/2, 1991.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, jul./dez. 2005.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HOSTIOU, N. **Pratiques et stratégies de gestion des ressources herbagères cultivées par des éleveurs laitiers sur un front pionnier en Amazonie brésilienne:** cas du municípe de Uruará. These. Institut National Agronomique de Paris-Grignon, dec. 2003.

IANNI, O. **A luta pela Terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**: 1964-1978. 2 ed. Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ – IDESP. Santa Maria das Barreiras. Belém, 1990.

IVO, I. P. **Homens de caminho**: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

JESUS, A. L. F. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano do sertanejo – séculos XVIII e XIX. **Revista História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 35, jul./dez, 2006.

\_\_\_\_\_. Poder público *versus* Poder privado: violência no sertão norte-mineiro – Séculos XVIII E XIX. **Revista UNIMONTES Científica**, Montes Claros, v. 6, n. 2, jul./dez. 2004.

KARASCH, M. Catequese e Cativo. Política indigenista em Goiás: 1780 – 1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2002.

KHOURY, Y. A. (Orgs). **Muitas histórias, outras memórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

KRENAC, A. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAGENEST, J. P. Barruel. **O fio de Ariadne – Recordações**. São Paulo, 2006.

LARAIA, R. B.; MATTA, R. **Índios e castanheiros**: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEONARDI, V. P. B. **Entre árvores e esquecimentos. História Social nos sertões do Brasil**. Brasília: Editora UnB/Paralelo 15 Editores, 1996.

LÉONAR, E. Pluralisme institutionnel et reconfigurations de l' *ejido* au Mexique. Da la gouvernance foncière au développement local. **Revue Problèmes D' Amérique Latine**, Dossier Héritages des réformes agraires, Hiver, n. 79, 2010-2011.

LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, 2010.

LÉVÊQUE, F. Les processus de formation et les dynamique des régions pionnières – Les cas de la côte atlantique nicaraguayenne et l' Amazonie brésilienne. **Cah. Sci. Hum.**, v. 3-4, n. 22, 1986.

LIBISZEWSKI, S. **What is an environmental conflict?** Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Swisspeace, 1992.

LIMA, S. O. Agricultura nas fazendas pastoris escravistas do Piauí: aspectos da produção de Alimentos. **Revista Informe econômico**. São Paulo, ano 10, n.19, maio/Jun., 2009.

LIMA FILHO, M. F. Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 6, n. 13, jun. 2000.

LIRA, S. R. B. **Morte e Ressurreição da SUDAM – Uma análise da decadência e extinção do padrão de um planejamento regional**. Tese (Doutorado). Curso de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

LIRA, E. R. A frente pastoril e a (des) organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás. **Revista Plurais**, Goiás, v. 1, n. 4, 2006.

LUDEWIGS, T. **Land-use decision marking, uncertainty and effectiveness of land reform in Acre, Brazilian Amazon**. Indiana University, 2006.

MAIA, J. M. E. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil central. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 621-655, 2010.

MAGALHÃES, G. C. **Viagem ao Araguaya**. Companhia Editora Nacional, 1934.

MARQUES, G. S. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007.

MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social. **Revista Sociologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, jun. 1995.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social. **Revista Sociologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, mai. 1996.

MARTINS, P. E. M.; MOURA, L. S.; IMASATO, T. Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo? **Revista O&S (Organização e Sociedade)**, Bahia, UFBA, v. 18, n. 58, jul./set. 2011.

MATHIS, A. Serra Pelada. **Paper Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, NAEA, n. 50, dez. 1995.

MAURO, V. F. O avanço da frente pioneira pelo médio Tocantins-Araguaia nas décadas de 1960 e 1970: modernização no campo, reconfiguração espacial e suas consequências para indígenas e camponeses. In: **Anais do III Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade – saberes locais, educação e autonomia**. Campo Grande, set. 2009.

MEIRA, A. **A Amazônia e seus Mitos**. Disponível em: <<http://www.acp.com.br/pdf/AlcyrMeira.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2007.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MENEZES, M. N. A. **Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins – état du Para-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII siècle et la première du XIX siècle**. These. L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS. Paris, 1998.

MIGLIORINE, S. M. S. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e a distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v. 1, n. 1, jul./dez. 2006.



MILLE, G.; ARRUDA, G. **O processo de colonização de Porecatu, o cotidiano dos moradores da zona rural: Patrimônio de São José (1950-2000)**. Texto didático, s. d.

MIGUEL, V. R. Estado, planejamento e desenvolvimento da Amazônia (1940- 1960): uma releitura dos aspectos jurídicos-econômicos. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, a. XI, n. 130, mar. 2012.

MORAIS, V. L. **O costume de se mascarar: Brasil e África ligados pelo trabalho e pela festa**. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo, 2007.

MORAIS, R. **Na Planície Amazônica**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

MOREIRA, C. C. P. A extinção da Sudam e da Sudene. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 40, n. 157, jan./mar. 2003.

MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau D'Arco. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi – Antropologia**, Belém, n. 10, mar. 1960.

MUSSALAN, R. **Norte pioneiro do Paraná – formação e crescimento através dos censos**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1974.

NOZOE, N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. ANPEC. **Revista de Economia**, Brasília, 2006.

OLIVEIRA, A. S. N.; ASSIS, N. P. Dias de padres e fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, ANPUH, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, P. R. **Entre rios e trilhos – As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2007.

OLIVEIRA, S. C. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. FAE. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 2, n. 4, jun. 2009.

PACHECO FILHO, A. K. G. Um militar a serviço da Coroa Portuguesa no Sul do Maranhão. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, ANPUH. Fortaleza, 2009.

PARÁ. **Cumarú do Norte – novos municípios**. Belém: SEPLAN, n. 39, 1993.

PARÁ. **Pau d'Arco – novos municípios**. Belém: SEPLAN, n. 23, 1993.

PEÑARROCHA, P. P. **Territórios e política e economia: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

PIC, C. **A la recherche des «sauvages» dans le diocèse de Goiás: apport ethnographique des missionnaires dominicains (1881 - années 1920)**. Mémoire de Master 2. Université Toulouse-Le Mirail, 2009.

PICARD, J. **Les marchands de rêves – représentation sociales de l'échange et développement rural sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne**. Tese (Doutorado em Geografia). Université Michel de Moitaigne. Bordeaux III, 1997.

PIERUCCI, A. F. O. *et al.* **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. V. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PIKETTY, M. G. *et al.* Determinantes da expansão da pecuária na Amazônia Oriental: consequências para as políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA)**, Brasília, v. 22, 2005.

POCCARD-CHAPUIS, R. *et al.* Élevage, filières et territoires en régions chaudes. **Productions Animales**, v. 24, 2011.

PORTELLI, A. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. I, 1996.

\_\_\_\_\_. Formas e significados na história oral – A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 14, Educ., 1997.

\_\_\_\_\_. O que faz a História Oral Diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 4, Educ., 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 7. reimp. 23. ed. 1994. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 13. ed. São Paulo. Brasiliense, 1970.

PRATES, A. M. M. Geo-história, geografia política e geopolítica – uma questão de sinonímia? **Revista de Ciências Humanas**, Editora UFSC, v. 3, n. 6, 1984.

PRESTES, A. L. **Uma epopéia brasileira: A coluna Prestes**. São Paulo: Moderna, 1995.

PUNTONI, P. **A guerra dos Bárbaros – Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2002.

QUINTELA, A. C. As cartas de Goyaz. **Revista do Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás**, versão on-line: 2316-3690, v. 16, n. 1, 2004.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, São Paulo, v. 8, n. 2, dez. 2005.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizatório**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

RIVERO, S. *et al.* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, n. 19, jan./abr. 2009.

SANTOS, E. A. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

SANTOS, M. D.; LEONARDO, O. H.; FOSTER, R. P.; FALLICK, A. E. The lode porphyry model as deduced from the Cumaru mesothermal granitoid-hosted gold deposit, southern Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 28, n. 3, 1998.

SANTOS, P. M. C. Leolinda Datro: trajetória e memória de uma “missionária entre os silvícolas” do Araguaia e Tocantins. **Revista Veredas da História**, São Paulo, a. IV, n. 2, 2011.

SANTOS, V. M. **A economia do Sudeste Paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira**. Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2011.

SALES, T. B. **Canudenses na cidade de São Paulo – Memórias e experiências**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

SAUER, S. **Terra modernidade: e reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAYAGO, D. *et al.* (org.) **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: UnB, 2004.

SAYAGO, D. *et al.* **L'Amazonie, un demi-siècle après la colonisation**. V. 1. Versailles: Quae, 2010.

SAWYER, D. R., PINHEIRO, S. M. A dinâmica demográfica das regiões de fronteira. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de São Pedro. Belo Horizonte: ABEP, 1984.

SCHITTNI, G. M. **Proteção à natureza e Fronteiras: a criação de unidades de conservação no âmbito do Plano BR 163 Sustentável**. Brasília: WWF-Brasil, 2010.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University, 1992.

SERRA, M. A.; GARCIA, F. R. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, jul./dez. 2004.

SILVA, F. C. Bandeirantes do século XX na Amazônia: a formação socioeconômica da frente pioneira de Redenção no sul do Pará. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, NAEA, n. 225, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A Companhia de Terras da Mata Geral e a privatização da Floresta Amazônica no sul do Pará. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, NAEA, n. 251, nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Poder econômico e política fundiária no Pará. **Pará Agrário: Informativo da questão agrária**, IDESP, Belém, n. 2, jan./jun. 1987.

SILVA, H. R. **Nos Sertões do Araguaia**. 2. ed. São Paulo: Fagundes, 1936.

SILVA, L. M. O.; SECRETO, M. V. Terras públicas, ocupação privada: Elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, jun. 1999.

SILVA, L. O. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

SILVA, L. O. Políticas públicas. O Acre em dois tempos: a luta pela terra na fronteira Ocidental. **Revista de estudos estratégicos e-premissas**, São Paulo, n. 2, jan./jun. 2007.

SILVA, M. C. **Metamorfose da Amazônia**. Tese (Doutorado). Departamento de Ciências Sociais, UNICAMP, maio 1997.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, J. L. N. A organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental na Amazônia, campo-território. **Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, v. 3, n. 6, 2008.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2009.

THALES, M. C. *et al.* Les stratégies d'acteurs dans la construction de paysages sur le front pionnier du sul do Pará en Amazonie orientale brésilienne. **Projet de recherche en coopération Embrapa/Cirad**. S. d.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, 1998.

TONI, F.; PACHECO, P. **Gestão ambiental descentralizada: um estudo comparativo de três municípios da Amazônia brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

TOURRAND, J. *et al.* Pionnier d Amazonie: une vision particulière de l incertitude. In: ANCEY, V. (Org.). **Agir en situation d incertitude**. Brussels, Belgium: P.I.E. Peter Lang, Ecolpolis, v. 17, 2012.

\_\_\_\_\_.;; VALARIE, P.; OLIVEIRA, J. R. D. **Monopoly Amazonien**. Agricultures (Montrouge)/Cahiers d'Études et de Recherches Francophones, v. 16, 2007.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

TUNER, T. Os Mebengokre Kayapó: História e Mudança Social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2002.

VAZ, V. *et al.* A pecuária na agenda ambiental da Amazônia brasileira: percepções e representações dos atores locais. **Ruris**, Campinas, v. 3, n. 1, 2012.

VEIGA, J. B *et al.* **Expansão da pecuária na Amazônia: Pará**. Brasília: UnB, 2004.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**. Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VILLAS BOAS, C.; VILLAS BOAS, O. **A marcha para o Oeste**. São Paulo: Globo, 1994.

VITA, H. **Campo Alegre, Santana e Eu. História da Criação de Santana do Araguaia-PA**. Palmas: Gráfica Araguaia, 2004.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. **Formação do Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

## **FONTES**

### **Impressas:**

AUDRIN, J. M. **Entre índios e sertanejos do Norte**. Rio de Janeiro: Edições Púgil, 1946.

AUDRIN, J. M. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1963.

GALLAIS, É. M. **Un missionnaire chez les sauvagens de l' Araguaia au Brésil – Le P. Gil Villanova**. Toulouse: Imprimerie Édouard Privat, 1906.

MAGALHÃES, G. C. **Viagem ao Araguaya**. Companhia Editora Nacional, 1934.

TAPIE, P. M. **Chevauchées – A travers déserts e forêts vierges du Brésil inconnu**. Paris: Librairie Plon, 1928.

\_\_\_\_\_. **Chez les Peaux-Rouges – Feuilles de route d'un missionnaire dans Le Brésil inconnu**. Paris: Librairie Plon, 1926.

### **Documentais impressas:**

Ação de Reintegração de Posse nº. 2007.1.003210-9. Requerentes: Eufrásio Pereira Luiz e outros. Requeridos: Carlos Cabral Canuto e outros. Local onde tramita: Vara Agrária - 5ª região - Redenção - PA.

Agravo de Instrumento nos autos da Ação Ordinária de Indenização nº. 91.00.04072-0. Agravantes: Companhia de Terras da Mata Geral e Agropecuária Cumaru do Sul. Agravados: União Federal e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 1992. Redenção - PA, 17 p.

Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 1994. Redenção - PA.

Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2002. Redenção - PA.

Ata da Assembleia Geral da Associação dos Produtores Rurais da Cabeceira do Rio Cristalino. Sede: BR-158, km 143, retiro 10, casa 01. Remanescentes da antiga Fazenda Cristalino, município de Santana do Araguaia-PA.

Boletim da Associação dos Empresários da Amazônia – nº. 42 – fev./mar. 1982.

Boletim da Associação dos Empresários da Amazônia – nº. 57 – set. 1983.

Boletim da Associação dos Empresários da Amazônia, nº. 67 – jan., ano X, 1985.

Boletim da Associação dos Empresários da Amazônia-Edição Especial. Nº. 68 – Fevereiro/Março.

Caderno de anotações da Fazenda Santa Tereza s/d

Boletim da Associação dos Empresários da Amazônia - Edição Especial nº. 68 - fevereiro/março - Ano X - 1985.

Caderno Cidades, Jornal Folha de Carajás. Cássio Carvalho do Val, p. 08, 23 de janeiro de 2004.

Companhia de Terras da Mata Geral. CGC n. 04.930.913/0001-68. Quadro da posição acionária depois da assembléia de 17 de agosto de 1992, 04 p.

Cristalino. Encarte publicitário para divulgação da fazenda Cristalino. Divulgado pela Volkswagen do Brasil S.A. Idioma único do material, inglês.

Decreto-Lei nº. 5.878, de 04 de outubro de 1943.

Decreto n. 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

Decreto n. 91.244, de 09 de Maio de 1985.

Diário Oficial da União. Terça-feira, 06 de junho de 1989. Seção I, 8.821. Fase de autorização de pesquisa - Art. 30-a do C.M. (2.99) 850.428/83 - João Lanari Durval - Redenção - PA. Substância: minério de ouro. Local: Cumaru.

Diário Oficial da União de 21 de agosto de 1998.

Diário Oficial da União de 12 de novembro de 1999.



Documentos da Secretária de Estado de Obras, Terras e Viação do Pará: Documento 1. Portaria nº. 23 de 14 de maio de 1957. Documento 2. Credenciamento do Agrimensor José de Azevedo Lopes, para proceder as demarcações de terras devolutas ao município de Conceição do Araguaia. Belém, 21 de março de 1958.

Dossiê: plantas, relatórios técnicos e memoriais descritivos referentes aos imóveis localizados no município de São Felix do Xingu-PA, sobre a localização das glebas de propriedade da Cia. de Terras da Mata Geral e Agropecuária Cumaru e sobre a poligonal da FUNAI, que delimita a Área Indígena Kayapó. Cid Rabelo - Agrimensor CREA 107.641-D, 24 p. São Paulo, julho de 1988.

EMENDA CONSTITUCIONAL nº 10, de 09 de Novembro de 1964. (DOU 11/11/1964).

Estatuto Social Consolidado - Fazenda Santa Tereza S.A.

Estudo de Viabilidade da Companhia Vale do Rio Cristalino, Agropecuária, Indústria e Comércio. Elaborado por Econorte - Economistas e Consultores Ltda. Economista Wilson Santos Brito. Volumes I e II, 1974.

Estudo do Ecossistema. Área destinada à implantação de um sistema de produção agropecuária. Grupo Sul América. Belém-PA, 1974. Engenheiro Agrônomo: Ítalo Cláudio Falesi.

Estudo de viabilidade da Companhia Vale do Rio Cristalino – Agropecuária Indústria e Comércio. ECONORTE – Economistas e Consultores LTDA, 1974. Técnicos Responsáveis (Economistas): Wilton Santos Brito, Walmir Santos Brito, Antonio Rodrigues de Silva Braga.

Informa Atlas. Informativo Frigorífico Atlas nº. 01, ano I, outubro de 1982.

Informa Atlas. Informativo Frigorífico Atlas nº. 02, ano I, janeiro de 1983.

Informativo do Atlas Frigorífico S/A nº. 3, ano I maio de 1983.

Informativo do Atlas Frigorífico S/A nº. 4, ano I julho de 1983.

Instrumento Particular de Contrato Social da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada Agropecuária Cumaru do Sul Ltda., 1978.

Laudo Pericial de cunho Histórico-Antropológico referente às terras cuja posse e domínio são discutidos nos autos da ação ordinária n. 91.4072-0 da Justiça Federal (Supremo Tribunal Federal). Perito: Antonio Maria de Souza Santos, Antropólogo, 19 p., Belém, 1994.

Lei nº. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Instituiu o Código Florestal.

Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966

Lei nº. 9.605 de 12.02.1998. Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Medida Provisória nº. 1.511, de 25 de julho de 1996.

Medida Provisória nº. 1.605-20, de 5 de fevereiro de 1998.

Medida Provisória nº. 1.736-31, de 14 de dezembro de 1998.

Medida Provisória nº. 1.956-47, de 2 de março de 2000.

Medida Provisória nº. 2.166, de 24 de agosto de 2001, com vigência determinada pelo artigo 2º da Emenda Constitucional 32, de 11 de setembro de 2001.

Memorial Descritivo de Demarcação. Denominação da Área Indígena Kayapó - aldeias integrantes: Goritire, Kikretum, Aukre, Kubekankrem e Kokraimoro. Grupos Indígenas Kayapó. Área: 3.284.004,9719 hectares. Localização: São Felix do Xingu-PA, 14 p. Brasília, junho de 1987.

Technical Report for Aura Gold Inc. Cumaru-Gradaus Gold Project. Pará State - Brazil, May, 2006.

Universidade de São Paulo - 75 anos: Contribuições da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Formandos E.S.A. – Curso de Engenharia Agrônômica (EA, p. 60). Piracicaba: Serviço de Produções Gráficas ESALQ, 2009.

#### **Documentais virtuais:**

Folha de São Paulo - Folha Brasil, versão online. São Paulo, domingo, 15 ago. 1999.

Folha de São Paulo - Caderno Folha Brasil, versão online. São Paulo, Ricardo Galhardo, 27 de Setembro de 1999.

<<http://www.alerta.inf.br/mobile/ct/Nuclear>>. Acesso em: 22 jun. 1999.

<<http://www.amazonia.org.br>>. Cristalino: O Fim. Lúcio Flávio Pinto 18 jun. 2004.

<<http://www.cultura.com.br/radiologia/Pol%EDtica/Novembro99/041199.htm>>.  
Assentamento em área com urânio é sustado. Fontes: O Globo 04 nov. 1999 e Jornal do Brasil 04 nov. 1999.

<[http://www.desastresaereos.net/historia\\_02.htm](http://www.desastresaereos.net/historia_02.htm)>. Acesso em: dez. 2011.

<<http://www.dnrm.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2008; jan. 2009.

<<http://www.galvaniengenharia.com.br/>>. Acesso em: dez. 2008.

<<http://www.iac.sp.gov.br/areasdepesquisa/cafe/centrocafe2.php>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

<<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2009.

<[http://www.ibram.org.br](http://www.ibram.org.br/)>. Acesso em: jan. 2009.

<<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2009.

<[http://www.iterpa.pa.gov.br/p\\_historico.iterpa](http://www.iterpa.pa.gov.br/p_historico.iterpa)>. Acesso em: dez. 2008; jan. 2009.

<<http://www.sectam.pa.gov.br/+%22SEMA>>. Acesso em: jan. 2009.

<<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/>>. Acesso em: out./dez. 2008.

<[http://www.setran.pa.gov.br/modal\\_rodoviario/BR222.php](http://www.setran.pa.gov.br/modal_rodoviario/BR222.php)>. Acesso em: dez. 2012.

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: nov. 2011.

<[www.inb.gov.br/reservasBrasil.asp](http://www.inb.gov.br/reservasBrasil.asp)>. Acesso em: dez. 2008; jan. 2009.

**Orais:**

Entrevista com o Sr. Pedro Ribeiro, realizada em novembro de 2007, na cidade de São Paulo-SP.

Entrevista com o Sr. Carlito Meinberg, realizada em novembro de 2007, na cidade de Barretos-SP.

Entrevista com o Sr. Cássio Carvalho do Val, realizada em novembro de 2008, na cidade de Redenção - PA.

Entrevista com o Sr. Ademar Guimarães, realizada em novembro de 2008, na cidade de Redenção - PA.

Entrevista com o Sr. “Empreiteiro”, realizada em janeiro de 2009, na cidade de Santana do Araguaia-PA.

Entrevista com o “Ator Cristalino Chave 01”, realizada em janeiro de 2009, na cidade de Santana do Araguaia-PA.


Entrevista com o “Ator Cristalino Chave 01”, realizada em junho de 2010, na cidade de São Paulo-SP. (segunda etapa)

Entrevista com o “Posseiro e Pecuarista”, realizada em abril de 2011, na cidade de Redenção – PA.

## **ANEXO**

ANEXO 1

DOCUMENTOS CEDIDOS POR PEDRO RIBEIRO

  
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS TERRAS E VIAÇÃO

Belém, E. Pa.

CÓPIA AUTÊNTICA      GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado de Obras Terras e Viação.  
Portaria nº 23 de 14 de Maio de 1957 .

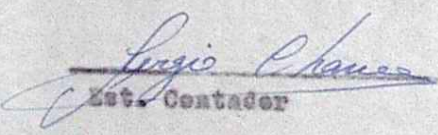
O Engenheiro Jarbas de Castro Pereira, Secretário de Estado de Obras Terras e Viação, usando de suas atribuições e de ordem do Exmo. Sr. General Governador do Estado e tendo em vista o relatório apresentado pelo Engenheiro Helio Pinheiro da Silva Almeida referente a verificação procedida nas terras do Município de Conceição de Araguaia, conforme portaria nº de 8/4/57.

Resolve nesta data designar o Engenheiro Helio Pinheiro da Silva Almeida, Chefe de Serviço de Terras, para juntamente com o Engenheiro Augusto Pereira e o Agrimensor João Evangelhista Filho proceder ao levantamento das terras devolutas do Município de Conceição de Araguaia, a medida que forem sendo requeridas, discriminando-as / para os respectivos patrimônios, apresentando, no final, uma planta cadastral da região, arrendando as despesas por conta dos interessados / conforme prescrevem os artigos 6º e 7º de Regulamento de Terras que / baixou com o decreto Lei nº 1044 de 19 de Agosto de 1955.

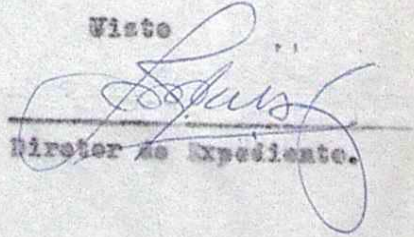
Dê-se ciência e cumpra-se.

( assinado) Jarbas de Castro Pereira  
Secretário de Estado.

Confere com o Original

  
Sergio Chaves  
Est. Contador

Visto

  
Pedro Ribeiro  
Diretor de Expediente.

Instrumento particular de contrato de trabalho, entre partes João Evangelista Filho, Hélio Pinheiro da Silva Almeida e Augusto Jarthes Pereira e o Agrimensor Leopoldo Rodrigues dos Santos.

Pelo presente contrato particular de locação de serviços profissionais - Trabalho - os engenheiros civis João Evangelista Filho, Hélio Pinheiro da Silva Almeida e Augusto Jarthes Pereira, o primeiro casado e os últimos solteiros, residentes e domiciliados nesta Capital aqui qualificados como contratantes e locatários e / LEOPOLDO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, agrimensor, domiciliado no Estado de Goiás e ora residente nesta Capital, aqui qualificado como contratante locador, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O contratante locador acorda proceder, por conta dos contratantes locatários, a medição e discriminação fotográfica, digo, topográfica de terras devolutas do Estado, situadas à margem esquerda do Rio Araguaia, município de Conceição do Araguaia, \* local a ser designado por êstes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficarão a cargo do contratante locador as operações de campo e escritório inclusive o fornecimento de plantas escalonadas, correndo as despesas por sua conta.

CLÁUSULA TERCEIRA - O contratante locador colocará no serviço, no \* mínimo cinco equipes de trabalhadores, dirigidas por agrimensores \* práticos e iniciará os trabalhos no dia em que for determinado pelo Edital de discriminação.

CLÁUSULA QUARTA - A orientação e fiscalização técnica dos trabalhos ficará sob a direção de qualquer dos contratantes locatários, ficando o contratante locador obrigado a seguir as normas topográficas \* exigidas pelo Regulamento de Terras do Estado.

CLÁUSULA QUINTA - Os contratantes locatários ficarão responsáveis \* pela legalização das Terras demarcadas e entrega dos respectivos Títulos definitivos, dentro do prazo estatuido pelo Regulamento de \* Terras.

CLÁUSULA SEXTA - Como remuneração dos seus trabalhos o contratante \* locador perceberá oitenta por cento (80%) do valor da medição e discriminação das áreas de terra que forem atribuídas, ficando os contratantes locatários obrigados a pagar tal percentagem tão logo recebam o total das partes interessadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - No evento de se encontrar o contratante locador fora desta Capital, quando do pagamento pelos interessados, do que for devido pela medição e demarcação das terras apontadas, deverá a percentagem a que tem direito, ser depositada, à sua ordem, em qualquer Agência de Banco nesta Cidade.

CLÁUSULA OITAVA - Outrossim, fica o contratante locador autorizado a receber das partes interessadas as quantias referentes aos trabalhos topográficos executados ou a executar, abandonando, neste caso, os vinte por cento (20%) devidos aos contratantes locatários.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato somente entrará em vigor após a publicação da Portaria de designação dos contratantes locatários pela Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação para realização dos ditos trabalhos.

E por terem justo e contratado, assinam o presente \* em duas vias datilografadas para o mesmo fim e em presença das testemunhas abaixo, isento de selagem na forma da lei, ficando eleito o foro de Belém para a exigibilidade jurídica deste contrato.

Belém 15 de Maio de 1957  
Heloisa Pires da Silva  
A. Pires da Silva (sup)  
por Manoel da Silva  
Vicente Rodrigues da Silva

T.T.

Cláudio Silva  
e o Sr. Manoel da Silva



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

BELEM, B. P.

O Sr. JOSÉ DE AZEVEDO LOPES, Agrimensor, portador da Carteira Profissional nº 1519, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, 4ª Região, está credenciado a proceder as demarcações de terras devolutas no Município de Conceição do Araguaia, bem como fazer o Tombamento e Cadastro da Região, realizar a medição discriminação das terras pertencentes ao Município de Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras observando os limites do Decreto nº 2332 de 12 de Setembro de 1957 e as terras de suas adjacencias tudo de conformidade nosse Contrato podendo ainda assinar e dar Recibos aos requerentes do valor total ou // parcial aos onorarios do Agrimensor.

Belém, 21 de Março de 1958

( A )

Leopoldo Rodrigues dos Santos  
e Helio Pinheiro de Almeida

Eng. Chefe do Serviço de Terras do Estado do  
Pará.

- CONTRATO DE COMPRA E VENDA -

Aos 16 dias de fevereiro de 1960, o Sr. JOSÉ DE AZEVEDO LOPES, brasileiro, casado, agrimensor, residente em Araguacema, Estado de Goiás, neste ato chamado VENDEDOR, e o Sr. CARLOS RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciante, residente em São Paulo, à rua Zeferino da Costa, nº 127, aqui denominado COMPRADOR, têm justo e contratado entre si o seguinte:

1º) - O Vendedor, juntamente com o Sr. Dr. Leopoldo Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro, residente em Goiânia, Estado de Goiás, foi autorizado pelo Governo do Estado do Pará, de acordo com a portaria nº 23, de 14 de maio de 1957, baixada pelo Exmo. Sr. Dr. Diretor do D.E.N.O., e contrato assinado (de serviço) com a comissão designada pela mesma portaria, em 15 de maio de 1957, a executar os trabalhos de medição e discriminação de terras devolutas no município de Conceição do Araguaia daquele Estado, em glebas de 4.356 hectares.

2º) - Após a concessão da portaria, o Vendedor executou os trabalhos de medição e discriminação de uma área situada as margens dos Rios Inajá e Arraias, a qual, uma vez dividida, deu um total de 124 lotes, cuja numeração, de acordo com o mapa já elaborado, por ele assinado e em poder do COMPRADOR, é a seguinte: 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-11A-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-33A-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100-101-Lo2-103-104-105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-115-116-117-118-119-120-121-122-123-124. Do referido loteamento constituem objeto do presente contrato, isto é, são vendidos ao comprador CARLOS RIBEIRO os seguintes lotes constantes do respectivo mapa: 11A-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-30-31-32-33A-34-35-36-37-38-39-40-45-46-47-48-49-50-51-52-55-56-57-58-59-60-61-62-64-65-66-67-68-69-70-71-72-74-75-76, 77, 88 e 91, num total, por tanto, de 60 (sessenta) lotes. Os lotes acima mencionados estão localizados no loteamento definitivo da região RIO INAJÁ, distrito de Santa Maria das Barreiras, município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, e cujos serviços foram executados pelo Vendedor, com abertura de picadas, colocação de piquetes e marcos divisórios e levantamento topográfico completo do perímetro.

3º) - O Vendedor, neste ato, vende ao Comprador, pura e simplesmente, os serviços especificados na cláusula 2º, que se referem a terras pertencentes ao Estado do Pará e ao qual deverão ser pagas.

4º) - O preço estipulado para a presente transação é de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$15.000.000,00), preço que deverá ser pago da seguinte maneira: seis milhões de cruzeiros (Cr\$6.000.000,00), neste ato, importância da qual o Vendedor dá plena e geral quitação, declarando ter recebido a mesma em moeda corrente do país; nove milhões de cruzeiros (Cr\$9.000.000,00), que representa o restante do pagamento, assim: vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$25.000,00) por cada légua requerida, por ocasião da respectiva publicação no "Diário Oficial"; vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$25.000,00) por cada légua na assinatura das cartas e termo por parte dos requerentes; cinquenta mil cruzeiros (Cr\$50.000,00) na sentença de homologação de cada légua por parte do Estado; cinquenta mil cruzeiros (Cr\$50.000,00) na extração do título definitivo de cada légua, diretamente do Estado do Pará.

5°)- Fica desde já estipulado que não haverá prazo marcado para as providências acima enumeradas; entretanto, os pagamentos supra referidos somente serão devidos mediante essas providências.

6°)- O Sr. Dr. Leopoldo Rodrigues dos Santos colocará no presente contrato o seu "Ciente", uma vez que o contrato de demarcação e discriminação de terras devolutas está por ele assinado junto à Comissão designada pela portaria n° 23, de 14 de maio de 1957, de início mencionada.

7°) - O Vendedor se obriga a fazer a entrega de todos os requerimentos, isto é, gleba por gleba, diretamente do Departamento de Terras do Estado do Para, providenciando, ainda, o respectivo protocolo, sentença de homologação e extração do título definitivo, correndo por sua conta todas as despesas necessárias para essas providências, assim como passagens de avião, diárias, condução e outras despesas que forem precisas para esse fim.

8°) - As glebas deverão ter a área de 900 (novecentos) alqueires geométricos de 80 litros, ou sejam 4.356 hectares, área essa que deverá ser exata.

Por estarem de pleno e comum acôrdo, com todas as cláusulas do presente contrato, o Vendedor e o Comprador assinam este, com as duas testemunhas abaixo.

*Araguacema, 16 de Fevereiro de 1960*

*Jose de Azevedo Lopes*  
\_\_\_\_\_  
José de Azevedo Lopes

*Carlos Ribeiro*  
\_\_\_\_\_  
Carlos Ribeiro

Ciente:

*Leopoldo Rodrigues dos Santos*  
\_\_\_\_\_  
Leopoldo Rodrigues dos Santos

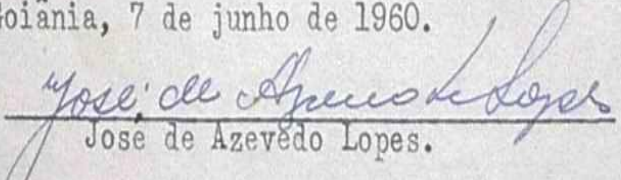
Como testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- DECLARAÇÃO DE COMPRA E VENDA -

Eu, JOSÉ DE AZEVEDO LOPES, brasileiro, casado, agrimensor, residente em Araguacema, Estado de Goiás, declaro, por esta e melhor forma de direito, haver vendido ao Sr. CARLOS RIBEIRO, brasileiro, casado, comerciante, residente em São Paulo, à rua Zeferino da Costa, nº 127, onze(11) glebas de terras integrantes do loteamento definitivo da região RIO INAJÁ, localizado no distrito de Santa Maria das Barreiras, município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, ou sejam os lotes de números 82-85-87-83-84-86-89-95-94-93-92, mediante os preços e condições seguintes: os lotes de números 82-85-87-84-86-89-95-94-93 e 92, pelo preço total de um milhão e quinhentos e oitenta mil cruzeiros (Cr\$1.580.000,00), sendo oitocentos mil cruzeiros(Cr\$800.000,00), neste ato, importância da qual dou plena quitação, confessando ter recebido a mesma em moeda corrente do país, trezentos e noventa mil cruzeiros (Cr\$390.000,00), na sentença final de homologação dos trabalhos técnicos de medição e demarcação dos referidos lotes e os trezentos e noventa mil cruzeiros (Cr\$390.000,00) restantes, na extração do título definitivo dêles, diretamente do governo do Estado do Pará. Do lote 83, integrante do mencionado loteamento, já me acho pago e satisfeito, pelo que dou também plena quitação ao Sr. CARLOS RIBEIRO da quantia recebida e correspondente ao seu preço de duzentos mil cruzeiros(Cr\$200.000,00.

Goiânia, 7 de junho de 1960.

  
José de Azevedo Lopes.

CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA, QUE ENTRE SI FAZEM, COMO COMPRADOR O SNR. CARLOS RIBEIRO E VENDEDOR O SNR. JOSE DE AZEVEDO LOPES, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente e particular instrumento de contrato de compra e venda o Snr. JOSE DE AZEVEDO LOPES, brasileiro, casado, agrimensor, casado, residente e domiciliado nesta Capital, aqui chamado Vendedor e o Snr. CARLOS RIBEIRO, brasileiro, casado, fazendeiro, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, neste ato denominado comprador, têm justo e contratado o seguinte:-

1o - O vendedor, juntamente com o Snr. Dr. Leopoldo Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, foi autorizado pelo Governo do Estado do Pará, de acordo com a Portaria no. 23, de 14 de maio de 1957, baixada pelo Exmo. Snr. Diretor da Secretaria de Estado e Obras, Terras e Viação e contrato assinado - ( de serviço ) com a comissão designada pela mesma portaria, em 15 de maio de 1957, a executar os trabalhos de medição e discriminação de terras devolutas no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, em glebas de 4.356 hectares cada uma.

2o. - Após a concessão da portaria, o vendedor executou os trabalhos de medição e discriminação de uma área situada às margens dos Rios Inajá e Arraias, a qual, uma vez dividida, deu um total de 124 glebas, cuja numeração, de acordo com o mapa já elaborado, por ele assinado e em poder do comprador, das quais fazem parte do presente compromisso as de número 53, 44, 98, 41, 42, 29, 73 e a de no. 99, na qual existe a benfeitoria constituída de um campo de aviação e ainda as de número ainda não determinados, que confrontam com as já mencionadas no. 29 e 73, perfazendo um total de onze (11) glebas.

3o. - O valor da presente transação é de Cr\$ ..... 3.300.000,00 ( Treis milhões e trezentos mil cruzeiros ), que serão pagos da seguinte maneira:- 1.100.000,00 ( Hum milhão e cem mil cruzeiros ); neste ato, em moeda corrente no País, da qual o vendedor dá plena e geral quitação de pago e satisfeito -- Cr\$ 200.000,00 ( Duzentos mil cruzeiros ) dentro do prazo de sessenta (60) dias, isto é, a 20 de setembro de 1960 -- Cr\$ 1.000.000,00 ( Hum milhão de Cruzeiros ) no ato da sentença final de todas as glebas e Cr\$ 1.000.000,00 ( Hum milhão de

cruzeiros ) na entrega das títulos definitivos.

4o.- O vendedor, neste ato, vende ao comprador pura e simplesmente os serviços especificados na cláusula 2o. deste contrato, que se referem a terras pertencentes ao Estado do Pará e ao qual deverão ser pagas pelo mesmo vendedor, ficando o comprador excluído de qualquer responsabilidade a este ato referentes.

5o.- Fica desde já estipulado que não haverá prazo para as providências acima enumeradas e que os pagamentos supra referidos somente serão devidos mediante essas providências.

6o.- O Snr. Dr. Leopoldo Rodrigues dos Santos, colocará no presente contrato seu "ciente", uma vez que o contrato de demarcação e discriminação de terras devolutas <sup>está</sup> por ele assinado junto à Comissão designada pela Portaria no. 23 de 14 de maio de 1957, atrás mencionada.

7o.- O vendedor se obriga a fazer a entrega de todos os requerimentos diretamente ao Departamento de Terras do Estado do Pará, providenciando ainda o respectivo protocolo, seus andamentos, sentença definitiva de homologação e extração do título, correndo as despesas, como ficou estipulado a cláusula 4o., por conta exclusiva do vendedor.

8o.- As glebas deverão ter a área de 900 (Novecentos) alqueires geométricos de 80 litros, ou seja, 4.356 hectares.

9o.- As glebas objeto do presente contrato estão requeridas em nome de terceiros, conforme enumeração abaixo, com procurações outorgadas ao vendedor que as substabelecerá em nome do comprador para as respectivas outorgas de compromissos ou vendas propriamente ditas. Relação dos requerentes:- Da -  
theus de Souza Macedo, Geny Araujo, Maria Almeida Morgado, -  
digo, Maria Leda Morgado Ferreira, Iris Rezende Machado, Bráulio Rodrigues Póvoa, Osorio Candido de Aguiar, Aurenita Cabral Morgado, Olga Araujo, João Fernandes dos Santos, Libânio José de Souza e João Antonio de Araujo Filho.

10o.- O fôro deste contrato é o da Comarca de Goiânia, pela qual serão dirimidas quaisquer dúvidas ou questões suscitadas pelo mesmo.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente juntamente com duas testemunhas que assistiram ao ato.

Goiânia, 20 de julho de 1960.

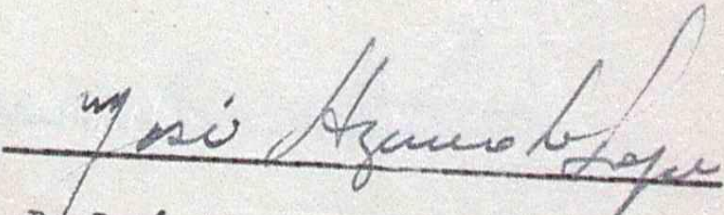
Vendedor [assinatura]  
Comprador [assinatura]  
Testemunhas [assinatura] [assinatura]

4

R E C I B O - CR\$ 480.000,00

Declaro ter recebido do Sr. CARLOS RIBEIRO, residente a Rua Zeferino da Costa, 127- 7 e 8 andar-Aclimação-S.Paulo. A importância de CR\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil cruzeiros), correspondente ao adiantamento que lhe fiz da cláusula 4º que se refere ao "TERMO DE HOMOLOGAÇÃO"-SENTENÇA FINAL, Pagamento êste que se refere a adiantamento da cláusula 4º do contrato firmado entre nós, ~~em 10 de dezembro de 1960.~~ negócio REGIÃO DO RIO INAJÁ.

Por ser verdade assino o presente recibo selado de acordo com a Lei em vigor,

  
\_\_\_\_\_  
Dr. José de Azevedo Lopes.

